



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - GEA

**POLÍTICAS DE VERTICALIZAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR:
ESTUDO DE CASO SOBRE OS BENEFICIÁRIOS DO PROVE/DF**

Rafaela Oliveira de Carvalho

Brasília
2014

RAFAELA OLIVEIRA DE CARVALHO

**POLÍTICAS DE VERTICALIZAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR:
ESTUDO DE CASO SOBRE OS BENEFICIÁRIOS DO PROVE/DF**

Monografia de Graduação apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia sob a orientação da Prof. Dra. Marli Sales.

Brasília

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

RAFAELA OLIVEIRA DE CARVALHO

**POLÍTICAS DE VERTICALIZAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR:
ESTUDO DE CASO SOBRE OS BENEFICIÁRIOS DO PROVE/DF**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia, da Universidade de Brasília, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Prof^ª. Dr^ª. Marli Sales
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília

Examinador:

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília

Examinador:

Prof^ª. M^a. Violeta de Faria Pereira
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília

Brasília, março de 2014

FICHA CATALOGRÁFICA

CARVALHO, Rafaela Oliveira de. *Políticas de Verticalização Agrícola Familiar: Estudo de Caso sobre os Beneficiários do Prove/DF*. 2014. 107p. (GEA/IH/UnB, Bacharel, Geografia, 2014). Monografia de graduação - Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia.

- | | |
|-------------------------------|-----------------------|
| 1. Agricultura Familiar | 2. Políticas Públicas |
| 3. Verticalização da Produção | 4. Prove/DF |

|.IH/GEA/UnB|

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CARVALHO, Rafaela Oliveira de. *Políticas de Verticalização Agrícola Familiar: Estudo de Caso sobre os Beneficiários do Prove/DF*. Monografia de conclusão de curso, Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Brasília, 2014. 107p.

CESSÃO DE DIREITOS

Autoria: Rafaela Oliveira de Carvalho

Título: Políticas de Verticalização Agrícola Familiar: Estudo de Caso sobre os Beneficiários do Prove/DF.

Grau: Bacharel, 2014.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta monografia e, ainda, emprestar e/ou vender cópias, desde que sejam destinadas para propósitos acadêmicos ou científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta monografia pode ser reproduzida sem a autorização, por escrito, da autora.

*A todos que buscam,
de alguma forma, contribuir para
um mundo mais justo e melhor.*

AGRADECIMENTOS

Àqueles que nunca mediram esforços para a realização dos meus sonhos: meus pais. Aqui, agradeço - em especial - ao meu pai, por ter desbravado comigo rumo aos espaços rurais do DF. E à minha ‘manona’, por sempre transmitir alegria em minha vida.

À minha grande família, por ser base da construção da pessoa que hoje sou. A todos vocês, minha eterna gratidão!

Ao meu noivo, pelo companheirismo, carinho e cuidado de sempre.

A todos os amigos que, às suas diferentes maneiras, souberam contribuir de alguma forma para minha formação.

À Marli Sales, pelo apoio e cordialidade de sempre. A ti, minhas saudações de “Paz e bem”!

A todos os agricultores participantes desta pesquisa. A estes, meus sinceros votos de que todos os desejos que anseiam sejam concretizados.

E, principalmente a Deus, minha fortaleza, que me mantém firme todos os dias.

“Porque cada um, independente das habilitações que tenha, ao menos uma vez na vida fez ou disse coisas muito acima da sua natureza e condição, e se a essas pessoas pudéssemos retirar do quotidiano pardo em que vão perdendo os contornos, ou elas a si próprias se retirassem de malhas e prisões, quantas mais maravilhas seriam capazes de obrar, que pedaços de conhecimento profundo poderiam comunicar. Porque cada um de nós sabe infinitamente mais do que julga e cada um dos outros infinitamente mais do que neles aceitamos reconhecer.”

José Saramago (A Jangada de Pedra)

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar a atual situação dos beneficiários do Prove/DF, enfatizando-se o papel das políticas públicas para a agricultura familiar que busquem como resultado o desenvolvimento rural. Para tanto, trabalhou-se, em um primeiro momento, com pesquisas exploratórias e, posteriormente, com a pesquisa empírica, a qual, por meio de entrevistas semi-estruturadas, permitiu o conhecimento da realidade em que vivem os agricultores beneficiários, quinze anos após o fim do programa. O Prove/DF teve como objetivo inserir os agricultores familiares no ciclo produtivo do mercado, através da verticalização da produção, e tendo como ideal a melhoria das condições econômicas e sociais dos produtores marginalizados. Antes mesmo do debate sobre os impactos causados por esse programa, necessário se fez a discussão conceitual de temas pertinentes para este trabalho, quais sejam: agricultura familiar, desenvolvimento rural, políticas públicas, verticalização da produção e pluriatividade como fenômeno subjacente à noção de agroindústrias familiares.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Políticas Públicas; Verticalização da Produção; Prove/DF.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Representação Simbólica do Prove.....	57
Figura 2. Localização das áreas de estudo no mapa das Regiões Administrativas do Distrito Federal.....	70
Figura 3. Áreas rurais do Distrito Federal.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Composição do PIB do Distrito Federal (2007).....	71
Gráfico 2. Número de estabelecimentos agropecuários do Distrito Federal (em unidades)....	73
Gráfico 3. Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários no Distrito Federal.....	73
Gráfico 4. Classes de uso das terras de Brazlândia (%) – 2007.....	75
Gráfico 5. População rural e urbana de Brazlândia	76
Gráfico 6. População rural e urbana de Sobradinho.....	77
Gráfico 7. População rural e urbana de Planaltina.....	78
Gráfico 8. População rural e urbana de Ceilândia.....	79
Gráfico 9. Tamanho das propriedades do grupo entrevistado.....	81
Gráfico 10 - Produção agrícola das famílias.....	81
Gráfico 11 - Avaliação feita pelos entrevistados sobre o Prove.....	83
Gráfico 12. Renda Média das famílias entrevistadas.....	90
Gráfico 13. Frequência de utilização dos serviços da Emater.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Brasil - População total, urbana e rural, com 10 anos ou mais, ocupada e não-ocupada, segundo local de domicílio e o setor de atividade, 1981-1999 (1000 pessoas).....	23
Tabela 2. Diferenças entre as agriculturas do tipo familiar e patronal.....	43
Tabela 3. Programas estaduais de agroindustrialização na agricultura familiar brasileira	51
Tabela 4. Organizações que implementaram o Prove - 1995/1998.....	58
Tabela 5. Parâmetros para classificação do produtor rural (Portaria nº 1 – SADF de 27/03/96).....	59
Tabela 6. Financiamento do Programa.....	62
Tabela 7. Tipos de Agroindústrias do Prove de acordo com a atividade desenvolvida.....	63
Tabela 8. Tipos de produtos produzidos no PROVE.....	64
Tabela 9. Os números do Prove (dados de outubro de 1998).....	65
Tabela 10. Situação das agroindústrias no atual contexto.....	86
Tabela 11. Comparativo sobre os produtos destinados ao mercado na época do Prove e atualmente.....	86

LISTA DE SIGLAS

CEASA – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FUNSOL - Fundo de Solidariedade para geração de emprego e renda do Distrito Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PEA – População Economicamente Ativa

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVE/DF – Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal

RA – Região Administrativa

SAB – Sociedade de Abastecimento de Brasília

SADF – Secretaria de Agricultura do Distrito Federal

ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO RURAL	18
1.1. A relação campo-cidade	18
1.2. A pluriatividade como tendência do novo rural	22
1.2.1. As agroindústrias familiares	27
1.2.2. A verticalização da produção agrícola.....	30
1.3. Por um desenvolvimento rural	32
2. AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS	37
2.1. Agricultura Familiar: aporte teórico-conceitual	37
2.2. A relação Estado-Agricultura Familiar:o papel das políticas públicas.....	45
2.2.1. As políticas de agroindústria familiar	49
3. O PROGRAMA DE VERTICALIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO DISTRITO FEDERAL (Prove/DF)	53
3.1.Contextualização da criação do Programa	53
3.2.Detalhamento do Programa.....	56
3.2.1. Objetivos e entidades participantes	56
3.2.2. O público alvo	58
3.2.3. Os produtos do Prove	62
3.2.4. Primeiros resultados.....	65
3.3. Críticas ao Prove.....	67
4. A ATUAL SITUAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROVE/DF	70
4.1. Caracterização das áreas de estudo.....	70
4.1.1. O setor agropecuário do Distrito Federal: uma breve descrição	70
4.1.2. Brazlândia	74
4.1.3. Sobradinho	76
4.1.4. Planaltina	77
4.1.5. Ceilândia	78
4.2. Caracterização geral das famílias	79
4.3. A percepção dos envolvidos sobre o programa	82
4.4. A realidade dos agricultores no contexto pós-Prove.....	85
4.5. Análise dos impactos do Prove na produção agrícola e no desenvolvimento rural ...	93

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99
ANEXO.....	104

INTRODUÇÃO

No bojo das tentativas de transformações política, social, econômica e ambiental que recorrentemente acontecem no Brasil e no mundo, verifica-se a necessidade de contemplar, cada vez mais, os diferentes segmentos que compõem a sociedade. Essa abrangência constitui-se requisito primordial quando o objetivo é o desenvolvimento de uma nação. É fato que nunca será possível garantir o desenvolvimento se as ações estatais permanecerem como se encontram na atualidade. Por vezes, nota-se o foco dessas transformações voltado àqueles que já detêm boas condições de vida.

No ambiente rural, as necessidades de transformação não são diferentes. É nesse contexto que se insere a agricultura familiar.

Buscou-se trabalhar com esse segmento pelo fato de se constituir peça fundamental para o tão almejado desenvolvimento rural. Desenvolvimento este que deve priorizar a melhoria das condições sociais e econômicas em que se encontram os trabalhadores do campo. Nesse sentido, através da análise da ação do Estado frente às propostas de melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, buscou-se identificar os reflexos dessas ações por meio de um estudo de caso. O recorte deste estudo pautou-se na análise dos efeitos do Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal – Prove/DF.

O Prove foi uma iniciativa do Governo do Distrito Federal na gestão de 1995-1998, em que se objetivava inserir os agricultores familiares no ciclo produtivo do mercado, através da verticalização da produção. A proposta do programa estava em oferecer a democratização de oportunidades e, conseqüentemente, a melhoria das condições econômica e social dos agricultores envolvidos.

Induzidos à pluriatividade, as famílias beneficiárias foram assistidas técnica e financeiramente pelo governo distrital nos diversos campos da produção. Contudo, após a gestão do então governo, o programa deixou de existir.

O objetivo geral desse trabalho é, pois, analisar os impactos do Prove na agricultura familiar do Distrito Federal, quinze anos após o fim do programa. Analisar a eficácia do Prove quanto às unidades familiares de produção agrícola alvos do projeto, identificar a percepção dos envolvidos sobre o programa, bem como em que situação encontram-se atualmente, são os objetivos específicos aqui presentes.

Tem-se como principal hipótese que, após o fim do programa, grande parte das famílias abandonou o processo de verticalização da produção, tendo em vista não possuírem mais o apoio técnico, financeiro e comercial que tinham. Como consequência desse fato, trabalha-se com a hipótese de que outras formas de atividades não-agrícolas passaram a atuar no contexto das famílias que não mais desempenham atividades ligadas à agroindústria e que, portanto, continuaram a ser pluriativas. Por fim, também trabalhou-se com a hipótese de que as ações implementadas pelo Prove conseguiram alterar, positivamente, as situações dos envolvidos.

A fim de alcançar os objetivos aqui propostos, alguns procedimentos metodológicos foram adotados, tendo em vista serem estes um imperativo para a exequibilidade de quaisquer pesquisas científicas. Dessa maneira, o primeiro passo foi fazer uma busca consistente, por meio de estudos bibliográficos, de modo a proporcionar o embasamento teórico às questões e hipóteses levantadas. Tornou-se fundamental discutir os principais conceitos que norteiam essa pesquisa, quais sejam: desenvolvimento rural, agricultura familiar, pluriatividade, verticalização da produção agrícola familiar e políticas públicas.

Os trabalhos acadêmicos e científicos, tais como dissertações, teses e artigos foram de fundamental importância ao relatarmos, em sua maioria, estudos de casos feitos em outras localidades. Tais estudos possuem grande relevância pois permitem conhecer e até mesmo relacionar as variáveis existentes entre um e outro lugar, não se devendo esquecer, entretanto, as contingências de cada tempo e espaço.

Essa pesquisa também utilizou como procedimento o levantamento e análise de dados secundários sobre o programa, bem como também a coleta de dados primários, isto é, a análise empírica através de saídas de campo a espaços rurais onde ainda residem as famílias beneficiárias do Prove.

A coleta dos dados primários contou com entrevistas a fim de destacar quais foram as alternativas adotadas pelas famílias para suprir o suposto benefício que o programa concedia, além de indagar-lhes as supostas carências que enfrentam no meio em que vivem. As ferramentas utilizadas nesta etapa contemplaram, além da observação, entrevistas do tipo semi-estruturada e livre.

A escolha da amostra dos entrevistados foi definida de acordo com o universo de agricultores que participaram do programa que, segundo Carvalho (1998), contemplou 132 famílias. Assim, foi utilizada uma amostra de pouco mais de 10% desse universo, em outras palavras, 14 entrevistas, que contou com a participação dos proprietários ou cônjuges. Os

endereços foram obtidos por meio de solicitação à EMATER, sem nenhum critério de seleção, bastando apenas que os logradouros fossem de famílias beneficiárias do programa. Dessa maneira, as entrevistas contemplaram as cidades: Sobradinho (Entrevistados 1 a 6), Planaltina (Entrevistados 7 a 10), Brazlândia (Entrevistados 10 a 13) e Ceilândia (Entrevistado 14). O roteiro de entrevista contou com trinta questões, trabalhadas em eixos temáticos: eixo família, que aborda questões sobre a composição familiar, tais como: quantidade de membros, sexo, idade; eixo trabalho, que trata sobre as principais fontes de renda da família, bem como o que é produzido na propriedade e como se dá as relações de produção; e por fim, eixo Prove e atuais condições. Nesse último eixo, buscou-se ter conhecimento da percepção dos envolvidos sobre o programa, qual a realidade dos agricultores à época do Prove e como está atualmente.

Por fim, no último passo buscou-se analisar, à luz de uma teoria, as informações obtidas através dos dados coletados. Para tanto, objetivou-se conectar os estudos de campo - entrevistas e coleta de dados em instituições públicas - com as discussões teóricas.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro deles revela-se importante para discussão do contexto sócio-espacial em que se encontram os agricultores familiares no Brasil. Trata, pois, das relações entre cidade e campo e da pluriatividade como alternativa econômica e social presente no novo rural brasileiro. A partir da definição da pluriatividade, propõe-se a discussão acerca das agroindústrias familiares e da prática da verticalização da produção. Ressalta-se que tal prática é espécie da qual a pluriatividade é gênero e sua discussão é de suma importância para compreender como ela pode contribuir para a proposta de desenvolvimento rural.

O segundo capítulo, por sua vez, constitui-se de abordagens teórico-conceituais sobre agricultura familiar e políticas públicas. Estas, primeiramente são tratadas de forma genérica e, posteriormente, foca-se nas políticas de agroindústria familiar.

O terceiro capítulo faz uma apresentação geral sobre a contextualização do Prove, bem como mostra o detalhamento do programa, tais como: objetivos, público alvo e primeiros resultados.

Por fim, o último capítulo refere-se aos resultados do trabalho, de forma a contemplar as entrevistas feitas com o público alvo da pesquisa. Neste tópico foram trabalhadas as possibilidades de refutação ou corroboração das hipóteses aqui apresentadas.

O trabalho em questão faz-se importante uma vez que se constitui de apoio à tomada de decisões do aparelho estatal, na forma de subsídio à construção de políticas de

desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar, ao passo que também propõe novas formas de intervenção.

1. MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Esse capítulo tem como objetivo apresentar um breve histórico dos modelos de desenvolvimento rural adotados no Brasil, bem como se o que está em voga faz-se viável frente às novas conjunturas. Além disso, procurar-se-á dar ênfase no próprio conceito de desenvolvimento, pois, é a partir da noção que se constrói sobre determinados conceitos, que diferentes estratégias são adotadas.

Antes mesmo de se adentrar a esses discursos, necessário se faz compreender qual a relação estabelecida entre campo e cidade e como estes espaços se complementam e articulam. A partir dessa noção, será possível perceber que o desenvolvimento rural não ocupa seu espaço em discussões voltadas somente para as áreas rurais, mas sim para as áreas urbanas, sendo, pois, um conjunto de ações que envolvem diversos agentes, interrelacionando-se com as mais diversas áreas.

1.1. A relação campo-cidade

Uma vez que a integração dos agricultores com os espaços urbanos do seu entorno é considerada fundamental para o desenvolvimento rural (Kageyama, 2004), entender como se dá o funcionamento e a dinâmica existente entre o campo e a cidade é peça fundamental para quaisquer estudos voltados a esses setores. Muito tem sido o esforço na tentativa de melhor adequar os pontos que permeiam essa relação. De forma abrangente, pode-se afirmar que campo e cidade são “adaptações do espaço que o homem modifica de forma a suprir suas necessidades básicas” (SANTOS, 2000, p.04), ou seja, ambos os espaços convergem para uma finalidade essencial do homem: a sobrevivência.

A noção de sobrevivência está intimamente ligada às formas de evolução da sociedade. Sob esse aspecto, Botelho Filho (2001), ao apontar para tal evolução, reconhece um estágio inicial de dicotomia entre campo e cidade, advindo da divisão espacial do trabalho. Neste processo, as atividades relacionadas à agricultura e à pecuária – caracterizadas pela produção do excedente - ocorriam no campo, enquanto as atividades artesanais e de comércio – caracterizadas pela apropriação de parte do excedente - aconteciam na cidade.

Algumas correntes interpretativas expõem o estudo sobre o binômio campo-cidade como áreas distintas e antagônicas, as quais, uma é vista como o progresso da outra. Nesse

aspecto, conforme afirma Santos (2000), o campo é visto como o atraso, o arcaico. Em contrapartida, a cidade é tida como sinônimo de desenvolvimento, de moderno. Para Graziano da Silva (1997), essa concepção pode ser explicada pela utilização clássica que mencionava um corte entre o rural e o urbano, e que dizia respeito a duas realidades sociais distintas - sendo uma em declínio e a outra em ascensão - em função do desenvolvimento da força capitalista que minava o feudalismo. Sendo assim, a dicotomia entre essas áreas representava as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo ou a ele se opunha. A partir dessa percepção é que se tem o urbano tido como sinônimo de novo, de progresso. Em contrapartida, tem-se o rural como representante da velha ordem social.

Uma tentativa de definição das características que compõem e distinguem o mundo rural do mundo urbano é proposta por Ferrão (2000) ao explicitar que o primeiro é fundamentalmente constituído por quatro elementos básicos: a produção de alimentos é tida como função principal; a agricultura é considerada como atividade econômica dominante; a família agricultora é o grupo social preponderante e, por fim, a paisagem natural é considerada em equilíbrio com a atividade humana ali praticada. Entretanto, esse mesmo autor reconhece que tais características só podiam ser concebidas até dado período histórico. Nesse sentido, o cenário supracitado é fortemente alterado após o século XVIII, com o surgimento da Revolução Industrial, momento em que se verifica a emergência da sociedade urbano-industrial. As relações que anteriormente se estabeleciam passam a ter seus significados e complexidades alteradas. Além do destino da produção agora estar voltado para o abastecimento dos grandes centros urbanos, o fornecimento de mão-de-obra barata é adicionado a essa nova relação. Assim afirma o autor: “Diversificam-se, pois, as relações de complementaridade rural-urbano, ao mesmo tempo que a sua tradicional natureza (aparentemente) simbiótica vai dando lugar a interdependências cada vez mais reconhecidas como assimétricas” (FERRÃO, 2000, p. 46).

Nesse cenário, as novas aglomerações industriais vão ganhando e ocupando os espaços das cidades que antes estabeleciam fortes relações com as áreas rurais. A partir daí, é decretado o início do processo de “perda da centralidade econômica, social e simbólica por parte do mundo rural” (FERRÃO, 2000, p. 46)

O mesmo autor ainda destaca que a industrialização da agricultura, visivelmente identificável após a Segunda Guerra Mundial, trouxe maiores diferenciações nas áreas rurais, tendo em vista que a industrialização no campo separou esses espaços em classes. A partir

daí, há que se falar em áreas rurais centrais e áreas rurais periféricas. Tais designações estariam diretamente relacionadas à proximidade dessas áreas com os centros urbanos.

Complementando essa idéia, Botelho Filho (2001) afirma que as atividades econômicas localizadas nas cidades tendem a influenciar a localização das pessoas, de forma que estas se movem de acordo com as melhores oportunidades proporcionadas. Nesse âmbito, as atividades agrícolas também competem entre si no uso da terra, de forma que as que pagam a maior renda ocupam áreas mais próximas às cidades.

Graziano da Silva (1997), complementando as idéias expostas por Ferrão (2001) sobre a mudança na relação entre campo e cidade, afirma que o olhar para esses espaços voltou-se para a relação que estes possuem, ou seja, para sua dinâmica, tendo em vista que as duas áreas trabalham em conjunto, complementam-se. Essa relação de complementaridade implica até mesmo em dizer que

Quanto maior for o dinamismo e a diversificação das cidades impulsionados pela interiorização do processo de crescimento econômico, mais significativas serão também as chances para que a população rural preencha um conjunto variado de funções para a sociedade [...] (ABRAMOVAY, 1999, p. 49).

Graziano da Silva (1997) considera que a preocupação em querer delimitar o que seja rural e o que seja urbano não deve ser tomada como primordial. Assim, o rural só pode ser entendido, sob o aspecto espacial, como um “continuum” do urbano¹. Por sua vez, sob o aspecto da atividade econômica, a cidade não pode somente ser caracterizada com o setor terciário, nem o campo com o a agricultura e a pecuária.

Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura - que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno - se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 01).

É especialmente ao final do século XX que tais transformações passam a ocorrer com mais vigor. Para este autor, há até mesmo que se falar em um “novo rural”. As transformações ocorridas nos campos econômicos, políticos e social acabaram por nos direcionar a uma nova

¹ Botelho Filho (2001, p.60), sobre a noção de “continuum” afirma que este seria “um conjunto de pontos do espaço ligado a um outro conjunto de atributos das pessoas. A relação entre estes conjuntos opera em bases econômicas, sociais, ecológicas, etc.”

sociedade. Complementando-se a isso, pode-se também dizer que a inserção de novas tecnologias também acabou por alterar as formas de organização do processo de trabalho.

Em função dessas mudanças, o referido autor ainda aponta para algumas evidências presentes na conjuntura das atividades agropecuárias: i) as unidades familiares se individualizaram no que diz respeito à gestão produtiva, liberando os membros da família para buscarem fora outras atividades; ii) os membros da família que já trabalhavam individualmente ou por conta própria reduziram o tempo dedicado às atividades agropecuárias em busca de outras atividades rurais ou urbanas que lhes assegurassem maior nível de renda. Tais fatores propiciaram o surgimento de uma nova característica do mundo rural: a pluriatividade. Para o autor, essa tendência é um elemento fundamental da nova base social da agricultura moderna.

Sinteticamente, as características observadas no “novo rural”, segundo Graziano da Silva (1997)², contemplam os seguintes aspectos: i) “desmonte” das unidades produtivas; ii) especialização produtiva e aparecimento de novos produtos; iii) formação de redes que interligam fornecedores de insumos, agricultores, agroindústrias e comerciantes; iv) aumento do emprego rural não-agrícola; v) melhoria da qualidade de vida da população rural através de maior acesso ao transporte, à saúde, à educação e à previdência social.

Ainda que campo e cidade atuem de forma dinâmica, verifica-se a necessidade de se estabelecer uma nova relação entre essas áreas, de forma a concretizar uma “relação de proximidade mutuamente benéfica e de natureza sinérgica” (FERRÃO, 2000, p. 29). Prioriza-se, pois, pela intensificação de ligações dinâmicas e diversificadas entre campo e cidade. Para tanto, é fundamental “que a população rural possua meios que lhe permitam tirar proveito do dinamismo que as cidades tendem a propagar ao seu redor” (ABRAMOVAY, 1999, p. 49). Assim, complementam Blakely e Bradshaw (1985 apud Graziano da Silva, 1997) que tal ligação, a ser mediada por políticas rurais, deve contemplar as exigências de um rural típico de uma sociedade pós-industrial. Cita-se como exemplo o estabelecimento de um zoneamento para definir áreas industriais e de moradia e áreas de preservação ambiental.

Dentro do quadro de modificações apresentadas no “novo rural”, considera-se importante destacar como a pluriatividade vem atuando na vida de muitos agricultores.

² O autor ressalta que tais características são evidentes tanto em países desenvolvidos, quanto nos subdesenvolvidos. Entretanto, pondera para o fato de que há diferença de magnitude entre um e outro país que apresenta tais características.

Nos últimos anos, a pluriatividade tem sido encarada, e apresentada por muitos estudiosos, dentre eles, Schneider (2005), como uma alternativa econômica e social adotada por muitas famílias para suprir eventuais problemas que enfrentam, entre estes, a diminuta renda advinda da produção exclusivamente agrícola. O fenômeno da pluriatividade tem sido visto, por muitos, como um sinônimo de desenvolvimento rural, capaz de alterar positivamente, as condições de vida das famílias pluriativas.

Entender o que vem a ser a pluriatividade é importante para esse trabalho tendo em vista nosso objeto de estudo ser um programa que induziu muitas famílias a conciliar a atividade agrícola com uma não-agrícola. Dessa forma, faz-se necessário compreender o que caracteriza uma família pluriativa e como essa nova tendência vem ocorrendo no rural contemporâneo.

1.2. A pluriatividade como tendência do novo rural

Dentro do contexto de transformações que o mundo rural vem passando, merece destaque a emergência de um fenômeno bastante difundido no cenário brasileiro: a pluriatividade. Antes de tudo, deve-se entender que tal fenômeno é definido

pela situação em que os membros das famílias residentes em áreas rurais e ocupadas no setor agropecuário passam a combinar a esta atividade outras não-agrícolas. As formas desta combinação são variáveis e heterogêneas, podendo ocorrer dentro ou fora do estabelecimento rural, não sendo, portanto, possível uma definição universal (SCHNEIDER, 2005, p. 38).

De uma forma sintética, pode-se dizer que a pluriatividade caracteriza-se pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. São práticas que contemplam a atividade agrícola ligada a uma não-agrícola e estão relacionadas a

situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra [...] (SCHNEIDER, 2003, p.101).

Normalmente, as atividades não-agrícolas estão relacionadas a outros ramos ou setores da economia, sendo os mais tradicionais a indústria, o comércio e os serviços (Schneider, 2009). De uma maneira geral, o surgimento da pluriatividade está ligado a situações onde

ocorre uma articulação entre os interesses e as estratégias dos agricultores e as condições do ambiente social e econômico em que se situam.

A discussão sobre o tema é bastante recente. Embora houvesse alguns trabalhos pioneiros, é só a partir dos anos 1990 que essa discussão é consolidada no espaço acadêmico. Esse período é marcado pelo início dos trabalhos voltados para o mercado de trabalho rural. De acordo com Schneider (2005), a consolidação do tema em âmbito acadêmico dá-se através de trabalhos realizados pelo Projeto Rurbano. Tal projeto teve um papel fundamental para consolidar os dados das PNADs. A reconstrução de séries históricas a partir dessa pesquisa permitiu aos analistas a constatação de diferenças em algumas das tendências esperadas, tendo destaque a emergência das atividades não-agrícolas. Essa situação pode ser facilmente visualizada após análises feitas pelas PNADs de 1981-1999, para a existência de um crescente número de empregos não agrícolas e da pluriatividade do meio rural. A tabela abaixo evidencia as novas tendências.

Tabela 1. Brasil - População total, urbana e rural, com 10 anos ou mais, ocupada e não-ocupada, segundo local de domicílio e o setor de atividade, 1981-1999 (1000 pessoas).

POPULAÇÃO		1981	1992	1999 ³	Tx. Crescimento (% a.a.)	
					1981/92 ^a	1992/99 ^b
Pop. Total + de 10 anos		88.902,9	113.294,9	130.096,7	2,2***	2,0***
População Urbana + de 10 anos		64.669,1	89.510,7	104.693,5	3,0***	2,3***
População Rural + de 10 anos		24.233,8	23.784,5	25.402,2	-0,2*	0,9***
PEA rural Ocupada		13.795,7	14.689,2	14.850,5	0,6***	-0,2
PEA Rural ocupada	Agrícola	10.735,9	11.192,5	10.230,5	0,4***	-1,7***
	Não-agrícola	3.060,8	3.496,7	4.620,0	1,2***	3,7***
PEA Rural não-ocupada	Desempregados	139,4	312,0	594,6	7,6***	10,8***
	Aposentados	1.240,0	1.517,1	2.235,8	1,9***	5,7***
	Outros	9.057,8	7.266,1	7.721,3	-2,0***	1,4***

Fonte: Schneider, 2005, p. 28.

Os dados apresentados, apesar de não muito recentes, nos mostra o momento em que a preocupação com a dinâmica ocupacional do mercado de trabalho rural torna-se tema de debates políticos e acadêmicos. A partir daí, pode-se verificar que, entre 1981 a 1992, a população rural com mais de 10 anos de idade tem um pequeno declínio de -0,2%, ao passo que entre 1992 a 1999 há um pequeno aumento. A população rural economicamente ativa, por sua vez, quanto ao tipo de atividade desempenhada, mostrou que no período de 1992 a 1999 houve um aumento da atividade não-agrícola, tendo como comparativo o período 1981-1992. Pode-se inferir que esse aumento da ocupação não-agrícola constitui-se um dos fatores principais que estava relacionado à estabilização da população rural, ao invés de seu sucessivo

esvaziamento. Além disso, a própria questão do melhoramento da infraestrutura nesses espaços deve ser considerada, pois, conforme acredita Veiga (2001),

Ao mesmo tempo em que reduz a marcha da inevitável queda da população ativa no setor agropecuário, a pluriatividade favorece a industrialização difusa e a descentralização de serviços sociais, de serviços para empresas e vários tipos de serviços pessoais. Como consequência, há absorção local da sobra de braços, o que alivia os outros mercados de trabalho dos setores secundário e terciário das regiões metropolitanas, aglomerações e centros urbanos [...] (VEIGA, 2001, p. 06)

Graziano da Silva (1997) demonstra também, por meio da análise dos dados das PNADs de 1990, que as rendas não-agrícolas são relativamente maiores que as rendas agrícolas, em uma mesma região brasileira. Dessa maneira, observou-se que a renda das atividades não-agrícolas foi capaz de atingir dois objetivos antes nunca alcançados: a elevação e a estabilização das rendas rurais ao nível das urbanas (Gasson, 1988 apud Graziano da Silva, 1997). Entretanto, há que se considerar que a própria localização das áreas rurais pode influenciar o desenvolvimento dessas atividades já que

As Ornas (ocupações rurais não-agrícolas) costumam ser pouco freqüentes, provisórias e muito precárias em municípios rurais distantes de aglomerações, centros urbanos e municípios “rurbanos”. Mas parece ocorrer exatamente o contrário nos municípios rurais que se situam nas vizinhanças desses vários tipos de “pólos” concentradores das atividades do setor terciário (VEIGA, 2001, p. 49).

Pode-se afirmar, a partir daí, que a interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa à medida que mais diversificadas forem as relações entre as famílias de agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situadas (Schneider, 2005).

Segundo o mesmo autor, há ainda em que se falar que a pluriatividade ocorre quando há a combinação de atividades agrícolas, não-agrícolas e/ou pára-agrícolas. Para este, as atividades pára-agrícolas

formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (in natura ou de derivados) produzida dentro de um estabelecimento ou adquirida (em parte ou no todo) fora [...] podem ter a finalidade de transformar a produção visando o consumo pelos próprios membros da família – produção para autoconsumo - ou destiná-la para a venda (SCHNEIDER, 2009, p. 04).

As questões subjacentes à prática da pluriatividade são, primordialmente, a garantia da reprodução social e a participação no mercado de trabalho (Fuller e Brun, 1998 apud

Schneider, 2003). Constitui-se, pois, de estratégias sociais e produtivas adotadas pelos membros de cada família.

A pluriatividade aparece em contextos e situações onde a integração dos agricultores à divisão social do trabalho passa a ocorrer não mais exclusivamente através de sua inserção nos circuitos mercantis via processos de produção agropecuários [...] A pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos onde sua articulação com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas (SCHNEIDER, 2005, p.27).

Assim, tem-se que a noção de pluriatividade se refere, antes de tudo, a um “conjunto heterogêneo e diversificado de situações, que varia de acordo com o espaço e o contexto histórico” (SCHNEIDER, 2003, p.104). As variáveis que tornam uma família pluriativa são diversas, a começar pelo número de membros, idade média da família e condição econômica. Diante do mosaico que compõe a agricultura familiar brasileira, é importante destacar que não se pode determinar a ocorrência da pluriatividade como um processo de generalização em todas as áreas rurais.

Sobre os principais fatores ligados ao crescimento da pluriatividade, Schneider (2005) os relaciona à(s):

- Modernização Tecnológica: fator indutor da individualização da agricultura e da conseqüente diminuição do uso da mão-de-obra total dos trabalhadores rurais;
- Queda das rendas agrícolas: fator propiciado pelo alto custo das produções agrícolas e pela dependência tecnológica. O crescimento da produtividade, baseado na modernização agrícola, tem se dado através do incremento de maquinários, de forma que o gasto com essas estruturas nem sempre é proporcional à rentabilidade da produção;
- Políticas de estímulo às atividades rurais não-agrícolas: estratégia governamental para geração de emprego e contenção da migração campo-cidade;
- Mudanças no mercado de trabalho: fator relacionado ao processo de descentralização industrial em espaços rurais, propiciando uma nova dinâmica do mercado de trabalho não-agrícola.

Além desses fatores, há de se apontar para o fato de que a sazonalidade da produção agrícola pode dispensar, parcial ou integralmente, trabalhadores que estarão disponíveis para exercer outras atividades sem que isso signifique uma ameaça à continuidade da atividade agropecuária nem uma tendência ao desaparecimento das unidades de produção. “No Brasil, vários estudos têm analisado processos produtivos que combinam, em uma mesma unidade

familiar, agricultura e atividades não-agrícolas como um mecanismo das estratégias de reprodução social” (CARNEIRO, 1997, p. 82).

Alguns estudos apontam para certas vantagens da pluriatividade como um importante papel para o desenvolvimento rural. Nesse sentido, tal tendência poderia contribuir, dentre outros fatores, para: i) o aumento da renda familiar, já que é ampliada a oportunidade de ganhos; ii) a estabilização da renda em face da sazonalidade da agricultura; iii) a geração de emprego no espaço rural; iv) redução do êxodo rural, já que maiores oportunidades de emprego diminuem a necessidade de muitas famílias terem que deixar suas residências em busca de emprego nas cidades (Schneider, 2005). Sobre esse último ponto, que versa sobre a contenção da migração campo-cidade, Carneiro (1997), afirma ser importante considerar a pluriatividade como condição importante para manter a população no campo sendo, contudo, essencial que se viabilize as unidades de produção familiar para que estas sejam capazes de responder as demandas do mercado. Graziano da Silva (1999 apud Veiga, 2001) também compartilha de idéia similar ao afirmar que a principal estratégia capaz de reter a população rural nos seus locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar sua renda é a criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais. Critica, assim, o fato de o foco de ações ainda estar voltado para o desenvolvimento agrícola. Dessa maneira, “o apoio à agricultura familiar tem que ser pensado no âmbito do desenvolvimento local no qual os aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais devam ser igualmente levados em conta na busca de soluções não excludentes” (CARNEIRO, 1997, p. 82).

As principais atividades não-agrícolas exercidas pela população rural brasileira estão relacionadas, segundo Graziano da Silva (1997): à proliferação de indústrias, com destaque para as agroindústrias no meio rural; a atividades ligadas à urbanização da área rural, tais como moradia, turismo e lazer; e à proliferação de sítios de recreio destinados ao lazer de famílias urbanas. Pode-se perceber, a partir daí, que a pluriatividade combina desde atividades ligadas aos ramos tradicionais urbano-industriais, como em novas atividades que estão se desenvolvendo, como lazer, turismo e conservação da natureza. Dessa forma é importante que se fique claro que

a definição da pluriatividade afasta-se da discussão da combinação de rendas [...]. Ou seja, não é o fato de que em uma família existe o acesso a diferentes tipos de rendas, além das agrícolas, tais como as rendas de aposentadorias, a remessa de dinheiro de parentes ou membros da família que residem e trabalham fora do estabelecimento, que faz com que uma família seja considerada pluriativa. Enquanto não se configurar uma situação que implique na combinação de diferentes atividades com a agricultura, não se pode falar em pluriatividade (SCHNEIDER, 2009, p. 05).

Objetivamente, segundo Graziano da Silva (1997), a pluriatividade pode se configurar sob duas principais formas: i) por meio de um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas); ii) por meio da combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário com o “management” das atividades agropecuárias.

Em suma, tendo em vista a pluriatividade já ser um fato em muitas realidades de famílias de agricultores, prioriza-se pelo estímulo ou mesmo fortalecimento dessa prática no contexto dessas famílias. Todavia, já de antemão, percebe-se que um dos entraves ao estímulo da pluriatividade está nos critérios de acesso ao Pronaf, uma importante política de fortalecimento da agricultura familiar, mas, que ainda prevê, para que se tenha acesso ao crédito, que parcela significativa da renda das unidades seja oriunda exclusivamente de atividades agrícolas (Schneider, 2005). Vê-se aí a necessidade de mudança nessa política para que possa se adequar ao novo contexto da agricultura familiar, tendo em vista que “a produção agrícola já não é mais a única e, em muitos casos, nem a principal fonte de renda das famílias que vivem no espaço rural” (DENARDI, 2001, p. 61).

Conforme afirma Schneider (2009), a pluriatividade está ligada à prática da combinação agrícola com uma não-agrícola e/ou pára-agrícola. Segundo o autor, as atividades desempenhadas numa agroindústria são do tipo pára-agrícola. Sendo assim, necessário se faz discutir o que venha a ser esse tipo de empreendimento e como essa forma de pluriatividade atua na vida dos agricultores familiares.

Além disso, entender o que seja a agroindústria familiar rural, bem como se deu seu aparecimento nos debates acadêmicos e políticos é fundamental para que se compreenda que pressupostos estão atrás de uma política que privilegia a agregação de valor por meio da agroindústria e como esse mecanismo atua no contexto da agricultura familiar.

1.2.1. As agroindústrias familiares

Como pode ser visto no tópico acima, as atividades desempenhadas dentro de uma agroindústria familiar são consideradas, segundo Schneider (2009) como atividades pára-agrícolas, e que a junção desta com uma atividade agrícola resulta em pluriatividade. Dessa maneira, uma vez que esta pesquisa contempla a análise de um programa que privilegiou a

implantação de agroindústrias do tipo familiar, necessário se faz um breve debate acerca do tema.

Raupp (2005 apud Wesz Junior, 2010) afirma que o debate sobre agroindústrias familiares só passou a entrar na agenda de intervenções governamentais a partir do momento em que as organizações de representação da agricultura familiar se convenceram de que esta não tinha espaço na cadeia de commodities, dada a tendência de exclusão ou a insuficiência dos níveis de renda gerados. É, pois, com a luta de movimentos sociais por melhoria nos processos de inclusão econômica e social que se passa a reconhecer na agroindústria uma atividade fundamental para a reprodução social da agricultura familiar.

As discussões acadêmicas já apontavam para a necessidade de inverter a lógica da agregação de valor que fica retida em certos pontos da cadeia produtiva, restando ao produtor uma parcela quase irrisória do produto que é vendido no mercado. Sendo assim, “o beneficiamento da produção realizada pelos próprios agricultores tem papel ímpar no enfrentamento da oligopolização dos mercados e na redução dos preços presentes no sistema agroalimentar” (Maluf, 2001 apud Wesz Junior, 2010, p. 02).

Orsi (2001) afirma que é com essa preocupação que o tema sobre agroindústrias começou a se apresentar com mais intensidade nos debates institucionais a partir da década de 1960. Ainda que houvesse alguns esforços para a implantação desse projeto, estes eram dificultados pelo enfrentamento de diversas barreiras em termos de legislação sanitária, bastante complexa e que, devido suas exigências legais, acabava impedindo a criação de agroindústrias de pequeno porte para a categoria de agricultores familiares. Somente com a alteração de certas leis e decretos é que se conseguiu obter sucesso na implantação do empreendimento, tendo isso ocorrido por volta da década de 1990³.

Por agroindústria familiar entende-se “uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização” (MIOR, 2005 apud WESZ JUNIOR, 2010, p. 01). Outros fatos a serem considerados ao se referir à Agroindústria Familiar Rural (AFR), é que as relações de trabalho apresentam, como prioridade, a alocação da força de trabalho familiar. Além disso, a escala de produção deve estar em sincronia com a capacidade de produção da matéria-prima e de processamento, este estando relacionado com a disponibilidade de força de trabalho familiar (Sulzbacher, 2009).

³ Como poderá ser visto no capítulo sobre o Prove, o surgimento do programa só foi possível graças a alteração das leis sanitárias, que passaram a dar mais condições reais para o surgimento de agroindústrias do tipo familiar.

Segundo esta mesma autora, as atividades desempenhadas numa agroindústria familiar são intrínsecas ao modo de vida rural, não sendo a industrialização dos produtos agropecuários uma novidade. Faz, pois, parte da história das famílias agricultoras, estando presente em suas vidas desde sua origem, uma vez que o processamento artesanal dos produtos já era realizado na cozinha doméstica das propriedades⁴. Dessa maneira,

a agroindústria passa a ser uma forma de síntese contemporânea, pois representa a união entre o *velho* e o *novo*, representados, respectivamente, na racionalidade camponesa (relações de produção e saber-fazer) e racionalidade empresarial (gestão e administração, fiscalização, adequadas às exigências do mercado) (SULZBACHER, 2009, p. 02).

Deixa, pois, de se restringir à cozinha dessas famílias e passa a ser encarada como uma estratégia de formação de renda para muitas famílias, passando a ser definida de acordo com

seu caráter diferenciado, pois nesta atividade a inserção mercantil acontece de um modo distinto dos esquemas tradicionais de produção de *commodities*, uma vez que os produtores passam a desenvolver de forma conjunta a produção da matéria-prima, a agroindustrialização da produção e a comercialização do artigo final (MALUF, 2001 apud WESZ JUNIOR, 2010, p. 01).

Dessa forma, ao se participar de todo o processo produtivo, muitas famílias vêm em suas agroindústrias uma oportunidade de fuga da dependência do complexo agroindustrial. Além disso, acreditam-se que as agroindústrias familiares também representem uma forma de reapropriação de tarefas que haviam sido transferidas do rural para grandes indústrias a partir da década de 1950⁵. “Este processo de retorno do processamento a esfera familiar é facilitado pela miniaturização das tecnologias de produção” (WILKINSON, 2002 apud SULZBACHER, 2009, p. 02).

De uma maneira geral, os debates têm apontado a agroindústria familiar rural como uma forma de atenuar as mazelas sociais presentes no campo, principalmente pela capacidade que esta possui de impulsionar a criação de novos postos de trabalho e de incrementar a renda dos agricultores familiares, tendo isso como consequência sua inclusão social e econômica. De acordo com Maluf (2004, apud Wesz Junior, 2010), tem-se nessas organizações agroalimentares um componente central para uma estratégia de desenvolvimento pautada em atividades econômicas promotoras de equidade e de inclusão social.

Sendo as agroindústrias ligadas à prática do beneficiamento agrícola através da verticalização dos produtos, passaremos agora ao debate sobre esse tema.

⁴ Como exemplo desse processamento artesanal tem-se as conservas, bebidas, a fabricação de queijos, embutidos e defumados (Wesz Junior, 2010).

⁵ O motivo de tal transferência, segundo Guimarães (2001, apud Sulzbacher, 2009) estaria na pressão da legislação sanitária da época.

1.2.2. A verticalização da produção agrícola

Sendo a análise desse trabalho voltada para os efeitos de um programa que privilegiou a verticalização de produtos agrícolas por meio de agroindústrias familiares, necessário se faz aqui discutir o que vem a ser a verticalização e como esta atua de forma estratégica na agricultura familiar.

Entende-se que a verticalização⁶ “é uma estratégia de crescimento conforme a qual uma organização se envolve em mais de um estágio da cadeia de suprimento de um determinado setor produtivo (HARRISON, 2005 apud CRIBB e CRIBB, 2008, p. 111)”. É, pois, a incorporação de certos estágios produtivos antes não dominados por uma organização.

Para Carvalho (2003), a agregação de valor é o resultado imediato desse processo, tendo em vista que ao se transformar o produto “in natura” em um produto industrializado, aumenta-se a capacidade de se obter um preço maior sob o produto. Além disso, retira da condição de perecíveis a maioria desses produtos, que agora poderá esperar a comercialização, sem a necessidade de venda imediata após a colheita.

Cribb e Cribb (2008) afirmam que, para a agricultura familiar, a verticalização constitui-se de uma estratégia produtiva e comercial que proporciona maior qualidade e durabilidade dos produtos, uma vez que muitos destes que são vendidos *in natura* sofrem mais exigências de aparência visual pelo consumidor.

Os mesmo autores, ao estimarem impactos⁷ sobre a verticalização de produtos agrícolas aliada às Boas Práticas de Fabricação (BPF), perceberam que esta pode proporcionar os seguintes benefícios: facilidade na agregação de valor, aumento da vida de prateleira do produto, otimização do aproveitamento do produto, diminuição da participação de intermediários que oneram o custo final do produto e geração de emprego nas agroindústrias.

Carvalho (2003) pondera para as seguintes questões quando um produtor familiar procura transformar seu produto: Será possível competir com uma grande indústria? O produto industrializado terá condições de ser vendidos nos supermercados competitivamente ao mesmo produto de uma grande empresa? Para o autor, as respostas são afirmativas, tendo em vista que nesse tipo de produção verticalizada entra a estrutura familiar. Os custos da produção tornam-se mais baratos em função de não se contabilizar os encargos sociais e

⁶ Também conhecida sob o termo “integração vertical”.

⁷ A análise dos impactos de que tratam os autores foram feitas com base na cooperativa de agroindústrias do município de Quissamã (Rio de Janeiro), que comercializa, através da extração e envase da água de coco verde.

tributos para as pessoas que trabalham. Dessa maneira, os repasses de custos não serão transferidos ao consumidor em um mesmo nível pelo qual passa a empresa de grande porte.

O papel exercido por essas grandes empresas, segundo Carvalho (2006 apud Cypas e Yazaki, 2006), deve ser fortemente combatido. Para este autor, é a matriz tecnológica de produção uma das principais responsáveis que impossibilitam a inclusão da agricultura familiar no sistema econômico do país. O autor faz referência à desigualdade de repartição do valor de um produto vendido no mercado que, já descontados os impostos, fica assim distribuído:

- 30 a 40% destinados às grandes agroindústrias;
- 20 a 25% destinados aos comerciantes;
- 25 a 30% destinados aos produtores de insumos;
- 5 a 10% destinados aos agricultores.

Essa relação aponta para o fato de que o conjunto de atividades econômicas que atuam sobre certo produto não só agregam valor, como também o retém em diferentes pontos da cadeia produtiva (Giovenardi, 1993 apud Orsi, 2001). Dessa forma, os produtores da matéria prima raramente conseguem reter recursos para obterem salários que lhes garantam boas condições de vida. Dessa maneira, acredita o autor, que a pobreza rural em muitos países poderia ser também justificada pela alta concentração de renda em determinados pontos de acumulação da cadeia produtiva. “O produtor é um é um profissional pobre porque produz e investe todos os seus recursos e sua força de trabalho no conjunto de produção, cuja capacidade de acumulação é muito fraca [...]” (GIOVENARDI, 1993 apud ORSI, 2001, p. 51).

A verticalização da produção é, pois, uma forma de inverter essa lógica excludente. Ao se verticalizar todo o processo produtivo, as porcentagens destinadas às grandes agroindústrias de processamento e aos comerciantes, por exemplo, são repassadas aos agricultores (Cypas e Yazaki, 2006).

De uma maneira geral, pode-se dizer que a verticalização da produção agrícola familiar pode contribuir para melhorar diversos aspectos socioeconômicos do meio rural, sendo algum destes: geração de emprego e renda, agregação de valor às matérias-primas, estabilidade da oferta de produtos, diversificação do sistema de produção, oferta contínua de produtos ao longo do tempo e redução de perda no produto.

De acordo com as ideias de Cribb e Cribb (2008), considera-se importante o apoio de entidades governamentais a favor de ações que incentivem a prática da verticalização. O

associativismo, o cooperativismo, a transferência de tecnologia (entre organização de pesquisa e propriedade de base familiar), e o acesso a crédito, constituem-se de potenciais exemplos capazes de incentivar tal prática. Os autores acreditam que o apoio governamental fortaleceria a permanência da agricultura familiar num mercado competitivo.

Como se pode perceber, a prática da verticalização agrícola é apontada como apoio à melhoria de vida das populações rurais. O pressuposto de mudanças no ambiente dessas famílias constitui-se uma das preocupações do desenvolvimento rural. Passemos agora para a discussão sobre esse tema.

1.3. Por um Desenvolvimento Rural

Trabalhar com a noção de desenvolvimento rural é de fundamental importância para este trabalho, pois é com esse objetivo principal de desenvolver o campo que muitas estratégias governamentais vêm sendo buscadas. A noção de desenvolvimento tem sido amplamente discutida pelos debates acadêmicos, cujo pressuposto principal tem sido, nos últimos tempos, orientar as ações do Estado para o meio rural.

O termo *desenvolvimento* tornou-se bastante em voga principalmente após a Segunda Guerra Mundial, entre as décadas de 1950 a 1970, quando se verificou um expressivo crescimento econômico de alguns países nessa época. O ideário do crescimento passou a estimular diversas iniciativas em todo o mundo (Navarro, 2001). Entretanto, pondera Almeida (1997) que a noção de crescimento não deve ser confundida com a de desenvolvimento. Enquanto a primeira tem sua análise pautada em aspectos meramente quantitativos, a segunda procura evidenciar as dimensões econômicas, sociais e culturais, de modo a preocupar-se com a transformação estrutural da sociedade. Aqui, “a dimensão econômica interage de modo recíproco com os aspectos socioculturais” (ALMEIDA, 1997, p. 36).

A mesma autora ainda relata que, durante a década de 1960, o modelo de desenvolvimento adotado pelos países do Terceiro Mundo foi o mesmo sucedido entre os países mais avançados industrialmente, cabendo aos países menos avançados imitar o processo de industrialização das nações ocidentais. Nesse período, a idéia de desenvolvimento é, pois, reduzida à de modernização.

Antes mesmo de se propor definir, mais a fundo, o que seja o desenvolvimento rural, necessário se faz estabelecer as diferenças conceituais entre outros termos que, recorrentemente, são confundidos e até mesmo sendo tidos como sinônimos de

desenvolvimento da área rural. Essa proposta é trabalhada por Navarro (2001), que elenca e aponta as características peculiares de cada termo. O primeiro deles - o *desenvolvimento agrícola* - refere-se, unicamente, às condições de produção agrícola ou agropecuária. Tem um sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um dado período estabelecido. Preocupa-se com a base material da produção, sendo, basicamente, quantitativo.

A segunda expressão – *desenvolvimento agrário* – é mais abrangente, pois abarca o conceito supracitado, mas não se pauta unicamente em estruturas quantitativas. Ressalta que as análises devem voltar-se “nas instituições, nas políticas do período, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e suas mudanças, nos conflitos sociais, nos mercados, para citar alguns aspectos” (NAVARRO, 2001, p. 86). Dessa forma, tal expressão é voltada para a análise das mudanças econômicas e sociais do mundo rural, também em um dado período de tempo. Entretanto, pauta-se em estudos macro-sociais e poucas são as importâncias dadas aos processos micro, de forma que a vida cotidiana de quem no campo vive não é tida como análise central das discussões.

Ainda que haja diferenças conceituais entre as mencionadas expressões, o mesmo autor expõe para o fato de que estas não são inteiramente segmentadas e seus significados acabam, por vezes, se interpenetrando, de forma a tornar necessária a análise do desenvolvimento agrícola para se interpretar o desenvolvimento agrário que, por sua vez, será necessário para se construir um conjunto de iniciativas que priorizem o desenvolvimento rural.

A noção de *desenvolvimento rural*, tida como fundamental neste trabalho difere-se das mencionadas por constituir-se de ações articuladas que visam mudanças no ambiente rural. Mudança, pois, é a palavra-chave que permeia o conceito do referido tipo de desenvolvimento. Entretanto, diferentemente do tipo de mudança que permeia as outras noções de desenvolvimento, tem-se, aqui, as análises voltadas para a escala micro, de forma que a vida social de quem no campo vive é preocupação central dos discursos.

Navarro (2001) ainda expõe para o fato de que a definição do próprio termo “desenvolvimento rural” tem variado bastante ao longo da história. A mutabilidade, como característica desse conceito, ocorre por conta das diferentes conjunturas e dos novos condicionantes de cada época. De uma forma geral, pode-se afirmar que, apesar dessa variabilidade, todas as propostas de definição destacam “a melhoria do bem-estar das populações rurais como objetivo final desse desenvolvimento” (NAVARRO, 2001, p. 88).

Ainda que tenha como essencial o pressuposto da melhoria do bem-estar social, há que se diga que o desenvolvimento rural é, pois, uma noção bastante complexa que envolve uma gama de mudanças e ações que contemplem desde a produção agrícola e o modo de vida das populações rurais a mudanças que contemplem um município como um todo.

Desenvolvimento rural, portanto, não se restringe ao ‘rural estritamente falando’ – famílias rurais e produção agrícola – nem exclusivamente ao plano das interações sociais, também principalmente rurais – comunidade, bairros e distritos rurais, por exemplo -, mas necessariamente abarcam mudanças em diversas esferas da vida social as quais, se têm por limite mais imediato de realização o município, podem estender-se para horizontes territoriais mais extensos, como provavelmente ocorrerá em curto prazo. Parecem assim desaparecer definitivamente o corte rural-urbano e as formas de sociabilidade, igualmente demarcadas por tal segmentação (NAVARRO, 2001, p. 97).

Vê-se que a proposta de desenvolvimento rural engloba muito além do que sua própria expressão afirma, de forma que as ações propostas para este meio reflete e interage também com os espaços urbanos. “Não existe o ‘desenvolvimento rural’ como fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano” (VEIGA, 2002 apud KAGEYAMA, 2004). Nesse sentido, esses espaços, que antes eram vistos por muitos como isolados e previamente definidos, passam a ganhar novos significados e constituírem-se de forte relação. A própria questão da migração rural-urbana, essencial nos discursos que tratam sobre o desenvolvimento rural é tratada pela autora como sendo um fenômeno intimamente relacionado à grande concentração dos recursos de um país no desenvolvimento industrial urbano⁸. Faz-se necessário, pois, um redirecionamento dos esforços desenvolvimentistas, no sentido de tornar mais atrativas as áreas rurais como forma de reter a população que aí vive. Esse imperativo deixa claro que o desenvolvimento rural e o urbano devem ser trabalhados de forma complementar, ao invés de “competidores por recursos limitados” (KAGEYAMA, 2004, p. 388).

É fato que as discussões acerca do desenvolvimento rural tem se tornado presente em vários discursos, bem como que a cada discurso buscou-se definir as principais dificuldades que comprometem a concretização de seus pressupostos. Assim, sobre os principais entraves que impossibilitam sua materialização no Brasil, pode-se afirmar que,

O primeiro desses limites reside exatamente na extrema heterogeneidade das atividades agrícolas e rurais no Brasil, diferenciação que foi exacerbada intensamente no período recente, quando diversas regiões (ou atividades

⁸ Epstein e Jezeph (2001, apud Kageyama, 2004) apontam essa tendência como característica principal dos países mais pobres.

intra-regionais) sofreram forte intensificação econômica e dinamismo tecnológico. Em oposição, outras partes do país rural parecem ainda dormir em contextos do passado, seja no plano da (falta de) integração econômica, seja no que concerne à natureza das relações sociais e políticas, que permanecem distantes de padrões de institucionalidade satisfatórios (NAVARRO, 2001, p.91).

Tendo em vista essa diversidade, necessário se faz iniciativas institucionais que contemplem as singularidades locais, haja vista que a própria heterogeneidade implica decisões diferentes.

Diante desses entraves, Kageyama (2004) cita como elementos favoráveis ao desenvolvimento rural:

- A necessidade de uma integração mercantil com cidades da própria região. Essa premissa é tida importante pelo fato de que o dinamismo econômico das cidades ajuda no favorecimento das comunidades rurais próximas;
- Os programas de geração de emprego e de melhoria da qualidade de vida, que permitem reduzir as migrações e a luta contra o isolamento;
- A pluriatividade das famílias rurais, o que permite, além da retenção da população rural no campo, diversidade das fontes de renda.

Assim, ao elencar essas premissas, a autora concatena esses elementos sob a seguinte afirmação:

Regiões com redes urbanas bem distribuídas, com recursos territoriais adequados, mercados locais que favoreçam a pluriatividade devem apresentar um alto grau de desenvolvimento rural, em contraste com áreas isoladas, sem privilégios naturais e sem instituições locais adequadas (KAGEYAMA, 2004, p. 389).

Em complementaridade aos elementos capazes de promover o desenvolvimento rural, tem-se a ideia de Abramovay (1999) ao afirmar que

A descentralização recente do próprio processo de investimentos industriais, dos investimentos públicos em novas rotas de transporte, associada à ampliação das possibilidades abertas pela privatização do sistema de telecomunicações são a base objetiva da formulação de um ambicioso projeto de desenvolvimento rural para o País (ABRAMOVAY, 1999, p. 49).

Veiga (2001), também ao tentar propor uma estratégia de desenvolvimento para as áreas rurais, critica o modelo adotado pelo Brasil que, até determinado momento, tinha os olhos voltados exclusivamente para a competitividade e especialização das áreas produtivas. “A simbiose dos sistemas policultores com criação de pequenos animais e pecuária de leite é muito melhor que a monotonia de ilhas monocultoras cercadas de pastagens extensivas por

todos os lados” (VEIGA, 2001, p. 06). A partir daí, vê-se a importância da agricultura familiar, que contempla a diversificação produtiva e que decorre em menos danos ao meio ambiente.

Dado o fato que é recente a atribuição de novos papéis à agricultura e ao espaço rural (Denardi, 2001), a agricultura familiar constitui-se de um importante papel para o desenvolvimento desses espaços, tendo em vista ter deixado de ser vista apenas sob o aspecto produtivo.

Desde a primeira metade da década de 1990, assiste-se à uma legitimação e proeminência cada vez mais forte da agricultura familiar, que assume espaço político destacado e busca afirmar-se como categoria social estratégica para um projeto de desenvolvimento rural de maior alcance (SCHNEIDER, 2005, p. 31).

Essa legitimação está intimamente ligada às multifunções que essa categoria possui e que apresentam potenciais capazes de alterar, positivamente, alguns dos desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. Por multifuncionalidade entende-se, como o próprio nome já induz, as diversas funções desempenhadas pelos agricultores familiares, sendo algumas destas: a preservação ambiental, a segurança alimentar (comumente relacionada a um modo de vida saudável), a manutenção do patrimônio cultural ligada ao modo de vida dessas famílias e a oferta de emprego rural (Carneiro e Maluf, 2005).

Como possíveis mudanças para subsidiar a proposta de desenvolvimento rural no Brasil têm-se como sendo primordial para quaisquer procedimentos futuros a própria estruturação política e ideológica do país (Navarro, 2001). É fato que todas as ações voltadas ao desenvolvimento rural requerem forças articuladas e ativas que devem também ser construídas pelas próprias famílias rurais. A própria organização social é, pois, um importante e essencial meio para se promover as mudanças desejadas. Além disso, faz-se necessário também um regime político efetivamente democratizante, ou seja, que não seja restritivo do ponto de vista de seus participantes, e que busca reduzir a lógica excludente do sistema econômico, intimamente relacionada às desigualdades existentes em todo o país.

Tendo em vista as idéias aqui expostas, reconhece-se a necessidade de se repensar o atual modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil, que muito deixa a desejar em vários aspectos. A reorientação das formas de intervenção do Estado por meio de políticas públicas deve ir muito além de estratégias que contemplem apenas os aspectos produtivos. Como se viu no decorrer desse tópico, a proposta de desenvolvimento rural é multifacetada e deve contemplar as esferas econômicas, cultural, ambiental e social.

2. AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. Agricultura Familiar: aporte teórico-conceitual

A proposta de conceituação do que seja agricultura familiar é um tema bastante recorrente nos vários discursos teóricos. Há de se falar até mesmo em vertentes que sugerem como esse termo deve ser trabalhado. Uma destas afirma que a agricultura familiar é uma nova categoria, fruto de mudanças ocorridas na sociedade capitalista moderna. Assim, considera não ser pertinente buscar as origens históricas do conceito. Por sua vez, uma segunda vertente estabelece que o conceito de agricultura familiar passa por constantes mudanças, sendo fruto de evoluções históricas (Altafin, 2008). Este trabalho irá pautar-se nos preceitos desta última vertente, pois acreditamos não haver uma ruptura definitiva entre os fatos passados e os atuais, mas senão, de forma genérica, uma adaptação dessas famílias às novas exigências, não deixando, portanto, as características fundamentais que as compõem.

A agricultura familiar revela-se como peça fundamental da estrutura agrária brasileira, tendo suas origens ainda nos primórdios da ocupação do território brasileiro. Serviu, pois, como elemento de apoio à empresa de engenho de açúcar, quando o Nordeste brasileiro era uma das regiões mais importantes do mundo capitalista pré-industrial. Todavia, o conceito de Agricultura Familiar viria a ser (re)elaborado no bojo das diversas formas de ocupação do território nacional.

O surgimento da agricultura familiar no Brasil, diferentemente do uso desse conceito – que é bastante recente - remonta ao período colonial, conforme expressa Silva e Jesus:

a agricultura familiar no Brasil surge como uma forma de produção alternativa à monocultura e ao latifúndio do período colonial fortalecendo-se com os impactos sociais, culturais e ambientais ocasionados pela “revolução verde” a partir da década de 1950 (SILVA e JESUS, 2010, p. 3).

A razão de a agricultura familiar, como elemento formador do campo brasileiro, ter tido a sua conceituação escamoteada, deve-se ao fato de, no Brasil, “termos uma história urbana, uma história dos que participam do pacto político, do qual o camponês é excluído e pelo qual é visto como um ator inferior, não essencial” (ALTAFIN, 2008, p.4). A historiografia ocupou-se de representar o campo brasileiro como sendo o espaço dos senhores de engenho, dos latifúndios monocultores, ocultando o papel dos produtores de gêneros alimentícios que sustentavam a vida na colônia e que acabavam ocupando terras não aproveitáveis à agricultura de exportação.

Para esta mesma autora, a origem da agricultura familiar brasileira está calcada em cinco diferentes grupos, a saber: os índios, os escravos africanos, os mestiços, os brancos (não herdeiros) e os imigrantes europeus.

Os índios introduziram, praticamente, todos os gêneros alimentícios da agricultura tradicional brasileira (milho, mandioca, feijão, arroz). Antes mesmo da chegada dos europeus, esses índios já cultivavam boa parte de alimentos que hoje são típicos da mesa brasileira.

Com relação aos escravos africanos, estudos apontam que a muitos destes pertenciam parcelas de terras⁹. Nestas era permitida, após o cumprimento das quotas exigidas pelo fazendeiro, a realização de cultivo nas próprias parcelas dos escravos.

O outro grupo de destaque – os mestiços – era composto pelos filhos bastardos dos senhores de engenho. Ocupavam as terras marginais e tinham na produção de alimentos o seu meio de sobrevivência, tanto produzindo para auto-consumo, quanto fornecendo sua produção aos engenhos e às vilas. Estas, conforme foram crescendo, atribuíram à atividade de exploração de cultivos alimentares uma importante fonte de rendimento para este grupo.

Os brancos não herdeiros, por sua vez, eram os filhos legítimos não-primogênitos, ausentes de direitos para usufruir da herança. Por não possuírem capital para compra de escravos necessários à agricultura de exportação, dedicavam-se ao abastecimento interno. Entretanto, ainda que também às margens da sociedade, a situação de ocupação de terras do branco não herdeiro era bastante distinta à do mestiço. Conforme explicita Martins (1986), os regulamentos sobre a posse de terras

[...] permitia a um branco deserdado pelo morgadio abrir a sua própria posse, onde pudesse, e obter assim a sua sesmaria. Já um mestiço pobre podia abrir a sua posse, mas, devido aos mecanismos tradicionais de exclusão que alcançavam o impuro de sangue, dificilmente podia tornar-se um sesmeiro (MARTINS, 1986 apud ALTAFIN, 2008, p. 07).

Assim, é visível que esse grupo possuía condições mais prósperas tanto no aspecto de receberem tratamentos legais diferentes, quanto por possuírem laços de amizade com os grandes detentores de poderio econômico e político da época.

Por fim, os imigrantes europeus, que foram inicialmente inseridos no país através de políticas de incentivos para captar mão-de-obra que trabalhasse nos núcleos de produção agrícola. Recebiam terras e subsídios por parte do governo local para começarem a

⁹A noção de pertencimento aqui deve ser entendida não de forma absoluta, já que as terras não era uma pertença real e integral. Estes escravos detinham porções de terras, mas estavam subordinados aos fazendeiros. Ainda segundo a autora, a razão para esse grupo possuir tais terras era bastante estratégica, resumindo-se no “interesse do fazendeiro em minimizar os custos de manutenção e reprodução da força de trabalho” (ALTAFIN, 2008, p. 5).

desenvolver a produção alimentar, a fim de que esta pudesse atender as demandas dos centros. Ainda assim, eram limitados ao desenvolvimento de culturas rentáveis de grande valor comercial, devendo produzir o que era designado. Essa limitação servia como forma de minimizar a concorrência que os latifundiários não desejavam.

Objetivamente, a história dos produtores de alimentos, no Brasil, remonta à existência dos diferentes grupos supracitados. Apesar de distintos e em condições desiguais entre si, estes grupos compartilhavam da posição secundária dentro do modelo de desenvolvimento adotado pelo país desde sua origem (Altafin, 2008).

A partir do século XX, todo esse mosaico da classe produtora de alimentos é identificado e politizado com um termo apenas: camponês. Nesse período, o Brasil passa por profundas transformações econômicas, participando do cenário mundial não mais como base primário-exportadora, e sim como urbano-industrial (ALTAFIN, 2008). Dentro desse contexto, merece destaque a consolidação de partidos esquerdistas que passam a lutar tanto por melhores condições de trabalho do operariado industrial, quanto pela organização dos trabalhadores rurais. Segundo Porto (1997), é só a partir da segunda metade desse século que se pode falar em uma questão agrária nacional. Para este, esse período “[...] é o momento a partir do qual não só o rural se constitui de forma mais sistemática como objeto teórico e empírico de estudos, mas se afirma, simultaneamente, enquanto problema político” (PORTO, 1997 apud ALTAFIN, 2008, p.09).

Altafin (2008) afirma ainda que, da organização e do movimento de luta, originam-se as Ligas Camponesas, as quais se voltam para as exigências de uma reforma agrária e para a ampliação dos direitos trabalhistas no campo. De um modo geral, esses grupos tiveram bastante repercussão na história do espaço rural, contudo, após o golpe de 1964 toda a conjuntura de organização e luta foi abalada devido às perseguições militares contra os militantes esquerdistas. O conceito de campesinato, por exemplo, vai sendo substituído por uma nova lógica que agora classifica os produtores de acordo com o tamanho da propriedade que possuem e de sua capacidade produtiva.

A mesma autora complementa que, num cenário voltado à modernização agrícola para os produtos de exportação, a nova classificação estabelece categorias como pequeno, médio e grande produtor. De forma estratégica, as políticas públicas de subsídio aos agricultores passam a diferenciar suas formas de funcionamento para cada categoria. Assim, privilegiavam-se as propriedades que detinham melhor capacidade de competição no

mercado, em detrimento daquelas em que a produção era para fins de subsistência ou para o mercado local.

De forma objetiva, o período militar foi marcado pela valorização das grandes propriedades ao subsidiar seu funcionamento para fins de atender a demanda do modelo de desenvolvimento econômico da época.

Essa configuração só tende a mudar após o processo de redemocratização do país, a partir dos anos 1980. Nesse período, retomam-se os movimentos do campo¹⁰, que agora não só reivindicavam melhores condições de trabalho, como também exigem políticas agrícolas específicas ao setor e novas distribuições de terra. Exigindo novas políticas que os incluam no processo de desenvolvimento do país, o governo federal lança, em 1990, o primeiro programa voltado à questão da produção familiar: o Pronaf. É sob esse contexto que se firma o termo *agricultura familiar*, presente não somente no referencial político, como também no acadêmico, e este, por sua vez, sugerindo formas que procurem inserir esse segmento no processo de desenvolvimento do país (ALTAFIN, 2008).

Até aqui se pretendeu dar uma breve noção do histórico da agricultura familiar brasileira, tendo em vista ser essa um importante passo para se entender o seu conceito. Sendo assim, as próximas análises desse tópico tratarão, mais especificamente, sobre a análise conceitual do termo.

O conceito, propriamente dito, de agricultura familiar é recente (Denardi, 2001). Anterior aos anos 1990, os termos pequena produção e pequeno produtor eram os mais utilizados para se referir a essa categoria. Entretanto, a que pondera Veiga (2001), a categoria de agricultores familiares não deve ser definida pelo tamanho de suas terras, mas sim pelas características organizacionais do empreendimento. Sendo assim, entende-se como importante evitar o uso de termos como “pequeno produtor” e “pequena produção”, tendo em vista tais termos serem restritivos a aspectos quantitativos.

Para Denardi (2001), duas são as características essenciais que compõem o quadro da agricultura familiar: a administração do empreendimento é feita pela própria família, bem como o trabalho realizado é executado diretamente pela família, presente ou não a mão-de-obra externa. Tendo isso como exposto, pode-se afirmar que uma propriedade familiar é tanto uma unidade de produção, quanto uma de consumo. Além disso, ressalta-se a importância do papel de reprodução social que possui.

¹⁰Caracterizado pelo surgimento de novos grupos militantes. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), são alguns exemplos.

Segundo Altafin (2008), a noção do termo ‘agricultura familiar’ teve seu surgimento nos discursos políticos a partir da redemocratização, durante os anos de 1980. Nesse contexto, o movimento sindical dos trabalhadores rurais teve fundamental importância para a inclusão de pautas sobre políticas agrícolas específicas e sobre a distribuição de terras. E é na década de 1990, como bem acentua a autora, que se observa a

reinserção da reforma agrária na agenda política, resultando na criação de diversos projetos de assentamentos, e a criação do PRONAF, representando a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar (...) É nesse contexto que o termo **agricultura familiar** se consolida e se difunde nos diferentes setores da sociedade (ALTAFIN, 2008, p.13).

É neste período recente que o conceito de agricultura familiar, apesar de amparo teórico a distintas situações, surge como contraposição à agricultura patronal, diferenciando-se desta, fundamentalmente, pelo tipo de mão-de-obra e de gestão empregadas.

O estudo realizado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em parceria com a FAO (Fundação para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas) foi fundamental para a formação do conceito de agricultura familiar, caracterizada pelos seguintes critérios:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996 apud ALTAFIN, 2008, p.13).

Ao mesmo tempo em que ocorrem debates conceituais no âmbito acadêmico, surge, em 2006, a delimitação formal do conceito de agricultor familiar. A Lei Federal nº11326, que estabelece os procedimentos para a elaboração da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, considerando para fins legais e de gestão de recursos, agricultor familiar como aquele que atenda, concomitantemente, quatro requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Pode-se perceber que os fatores tipo de mão-de-obra empregada e gestão do empreendimento são considerados, como já ocorria no âmbito acadêmico. Entretanto, fatores como o tamanho da propriedade entra como uma variável quantitativa que, como reforçado por Veiga (2001), não deveria compor o quadro de caracterização da agricultura familiar, já que esta deve ser conceituada de acordo com o tipo de organização e gestão do trabalho.

Pode-se perceber, através da análise de outros estudos, que a partir dos anos 1990, o conceito de agricultura familiar se estabelece padrão ao longo dos anos. Conforme bem acentua Altafin (2008), o termo passa a ser utilizado como “um guarda chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão-de-obra e de gestão empregadas” (ALTAFIN, 2008, p.13). A idéia de guarda chuva conceitual está no fato de a agricultura familiar incluir, em um único rótulo, grupos sociais bastantes heterogêneos (Cribb e Cribb, 2008).

Concordando com esses autores, Schneider (2003) afirma que a nova expressão passa a englobar, em um mesmo conjunto, diversas categorias que se encontravam em distintas situações, ou seja, agora os arrendatários, os parceiros e os assentados, por exemplo, passariam a compor o quadro do que vem a ser a agricultura familiar. Tal fato é bem exposto por Oliveira (2000) ao afirmar que esse segmento de agricultores

constitui-se numa categoria por demais ampla, abarcando um grande espectro de produtores, englobando desde a agricultura estritamente de subsistência até à monocultura altamente tecnificada, passando por produtores integrado às agroindústrias, produtores não integrados, produtores pluriativos, produtores que produzem tanto para subsistência quanto para o mercado, e produtores assentados (OLIVEIRA, 2000, p. 61).

A crítica feita pelo autor está baseada na complexidade de situações presente em um país de vasta extensão continental e de condições muito diferenciadas como é o Brasil. Assim, torna-se inviável a adoção de alternativas iguais para o conjunto dos produtores familiares, mesmo porque os processos desencadeados em uma região peculiar não devem ser transformados em regras gerais para as demais regiões.

Ao que se diga sobre a amplitude do conceito que, segundo o autor supracitado, engloba desde a agricultura de subsistência à tecnificada, Baiardi (1999) estabelece cinco categorias, quanto ao contexto da agricultura familiar contemporânea brasileira:

Tipo A: tecnificado, com forte inserção mercantil. É predominante na região de cerrado, geralmente ligado à produção de grãos;

Tipo B: integrado verticalmente em Complexos Agro-Industriais – aves e suínos, por exemplo – e mais recentemente em perímetros irrigados voltados à produção de frutas;

Tipo C: agricultura familiar tipicamente colonial – Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais – ligados à policultura combinando lavouras, pomares com a pecuária e a criação de pequenos animais;

Tipo D: agricultura familiar semimercantil – predominante no Nordeste e no Sudeste;

Tipo E: de origem semelhante ao tipo D, porém caracterizada pela marginalização do processo econômico e pela falta de horizontes (BAIARDI, 1999 apud ALTAFIN, 2008, p. 14).

De forma sintética, pode-se dizer, a partir da classificação acima, que a agricultura familiar abrange um conjunto que abriga

desde aqueles classificados como capitalizados com atividades econômicas integradas ao mercado até os residentes no espaço rural, assalariados agrícolas e não agrícolas com produção agropecuária voltada quase exclusivamente ao autoconsumo. Entre esses dois grupos extremos, há os agricultores descapitalizados ou em transição, mas com algum nível de produção destinada ao mercado (CRIBB e CRIBB, 2008, p. 111).

Ainda que existam diferentes categorias para um mesmo grupo, Tinoco (2008) considera que, para se analisar a agricultura familiar contemporânea, necessário se faz compreender o contexto da qual participa, considerando as formas que apresentam, mas que sua essência permaneça sob a mão-de-obra familiar.

Também se faz pertinente trabalhar aqui sobre os dois principais modelos de agricultura existentes. A importância dessa análise está, além de estabelecer suas diferenciações conceituais, em entender como se dá a participação de cada uma no contexto da agricultura brasileira.

A tabela abaixo demonstra a relação de polarização existente entre os dois modelos vigentes.

Tabela 2. Diferenças entre as agriculturas do tipo familiar e patronal.

Modelo Patronal	Modelo Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Predomínio do trabalho assalariado	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”.	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: VEIGA, 2001, p.31.

Como pode ser visto, na agricultura familiar, a gestão da unidade produtiva e o trabalho realizado no interior do estabelecimento são de responsabilidade da família agricultora. Conforme bem acentua Friedman (1978 apud Müller, 2007, p. 48) a agricultura familiar “preserva um traço distinto, que é a não separação entre o trabalho e sua gestão, ou seja, não se apresentam classes distintas e antagônicas; os meios de produção não estão nas mãos daqueles que não os utilizam”. Por sua vez, o trabalho assalariado somente entra como complementar e, muitas vezes, tem caráter temporário. Além disso, a produção de alimentos é caracterizada pela diversificação. Tal fato é recorrente porque muitas dessas famílias produzem para subsistência, necessitando, assim, de uma variedade de alimentos para consumo. Há que se falar também que o excedente produzido é, na maioria dos casos, destinado à comercialização. Dessa maneira, pode-se perceber que, ao contrário do que o senso comum costuma pensar, “a agricultura familiar pode ser mais do que a simples subsistência de uma família rural, já que a produção excedente pode ser vendida, tornando-se uma fonte de renda para essas famílias” (CYPAS e YAZAKI, 2006, p. 3).

A agricultura patronal, por sua vez, caracteriza-se por conter uma gestão centralizada, personificada na figura do grande empresário. O trabalho agrícola é realizado por mão-de-obra assalariada e a produção de alimentos é caracterizada pela especialização, ou seja, um único (ou poucos) tipos de alimentos produzidos. Como exemplo tem-se as ilhas monoculturas de soja e café que ocupam praticamente toda a extensão de terras do empreendimento, e que são destinadas à exportação.

Sinteticamente, pode-se perceber que “a diferença fundamental entre a produção mercantil capitalista e a produção simples de mercadorias é que enquanto a primeira busca lucro e acumulação de capital, a segunda visa a reprodução do núcleo familiar” (Müller, 2007, p. 48).

Cypas e Yazaki (2006) afirmam que, dado o abismo que separa a renda do latifundiário e os produtores familiares, necessário seria a existência de políticas fortalecedoras para esta categoria, que é prejudicada, dentre outros fatores, com a concentração da posse de terras e a concorrência desleal perante o latifundiário.

Como pode ser visto ao longo desse tópico, a agricultura familiar sempre esteve presente na história do Brasil, entretanto, a utilização desse termo é bastante recente. Pequeno produtor, pequeno agricultor e camponês eram os principais vocábulos encontrados para designar o segmento caracterizado por ser tanto uma unidade de produção, quanto de

consumo (Denardi, 2001). Ainda que haja diversos conceitos sobre a noção de agricultura familiar, é importante que fique claro que, para essa categoria, trabalho e família são indissociáveis.

Tendo-se, pois, uma noção do que seja a agricultura familiar, passemos para a compreensão da relação desta com as políticas públicas.

2.2. A relação Estado-Agricultura Familiar: o papel das políticas públicas

Entender como se dá o mecanismo de intervenção do Estado, bem como tem sido sua evolução no âmbito da agricultura familiar, constitui-se fundamental para entender o pressuposto principal deste trabalho, qual seja, o de analisar os efeitos do Prove nas famílias beneficiárias.

Primeiramente, faz-se necessário compreender a razão pelo qual o Estado tem passado a investir na agricultura familiar por meio de políticas públicas. É importante ressaltar que tal investimento é recente, tendo em vista que a primeira política pública de caráter nacional destinada a esse segmento teve sua origem na década de 1990.

Para Abramovay (1998 apud Müller, 2007), há uma complementaridade entre os papéis exercidos pela agricultura familiar e pelo Estado. A agricultura familiar, por produzir alimentos a baixo custo, entraria como uma função estratégica dos países capitalistas, pois reduziria os gastos com a reprodução da força de trabalho necessária ao próprio capitalismo. O mesmo autor ainda afirma que a origem de tal preocupação é relacionada ao surgimento do fordismo, momento em que o consumo de produtos produzidos em série atua como nova fase do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, a pobreza do trabalhador das indústrias passa a ser um entrave ao consumo dos produtos. É nesse contexto que “a agricultura familiar, através da atuação do Estado, produz alimentos baratos, diminuindo o gasto com a reprodução da força de trabalho” (ABRAMOVAY, 1998 apud MÜLLER, 2007, p. 52). Assim, por meio da compra de produtos essenciais agora baratos, os trabalhadores passam a ter parte de seus salários disponíveis para um novo tipo de consumo. Somando-se a isso, o autor complementa suas idéias ao afirmar que a agricultura familiar tem um papel importante para o desenvolvimento equitativo do país tendo em vista produzir alimentos baratos para as populações menos favorecidas (Abramovay, 1998; Veiga, 1991 apud Müller, 2007). Assim sendo, o Estado interessa-se em garantir a permanência desse segmento já que, dessa forma,

ele também consegue reduzir os gastos com a reprodução do trabalho assalariado e garantir alimentação a todos.

Müller (2007), com base em interpretações feitas em Abramovay (1998), Jean (1994) e Veiga (1991), afirma que as idéias desses autores, ainda que apresentem algumas divergências, centram-se em uma similaridade: a de que “o Estado privilegia a agricultura familiar para que esta produza alimentos baratos e fartos, condição necessária ao alcance de um determinado estágio do desenvolvimento capitalista” (MÜLLER, 2007, p. 56). Tal perspectiva tem seu fundamento, basicamente, na visão marxista, de que o Estado assume papel importante como regulador dos interesses e conflitos das classes, além de estabelecer mecanismos de valorização do capital.

Outro enfoque que merece destaque, para tentar explicar o porquê da agricultura familiar como foco de políticas públicas para o campo, não se preocupa com a questão da produção de alimentos fartos e baratos, ou seja, com o enfoque econômico, e sim toma esses agricultores como objeto para políticas destinadas a resolver as mazelas sociais (Müller, 2007). Sob tal enfoque, acredita-se que a escolha da agricultura familiar é também uma opção para o desenvolvimento equitativo de uma sociedade. Tal argumento é apresentado por Graziano da Silva (1994 apud Müller, 2007), o qual afirma que a razão da escolha da agricultura familiar como foco de políticas seria embasado na questão social, tendo em vista que os entraves econômicos para o desenvolvimento capitalista no campo já estariam resolvidos.

Muitas abordagens sobre o papel do Estado frente à agricultura familiar mostra uma visão estruturalista de políticas públicas de forma a considerar esse segmento apenas como alvo dessa prática (Müller, 2007). Portanto, deve-se ressaltar que a agricultura familiar também atua ativamente de modo a influenciar o direcionamento e o resultado de uma política, agindo como ator social que influencia o ambiente. Assim sendo, abordagens que consideram os agricultores apenas como sujeito passivos de intervenções estatais negligenciam a importância que estes possuem como agentes que influenciam e modificam o meio. Os agricultores são agentes ativos e não meros objetos de políticas públicas. Assim sendo, Müller (2007) acredita que os projetos de intervenção estatal, ao se depararem com a realidade desse segmento, podem sofrer modificações por parte destes.

Diante do exposto, ainda que se verifique novos direcionamentos do Estado frente à agricultura de base familiar, é possível perceber que, notadamente, o que se tem visto nos últimos anos são políticas públicas que contemplem, além de uma pequena parcela de

produtores rurais, a produção agrícola estritamente econômica. Sobre essa ocorrência, Denardi (2001) afirma que a política agrícola, predominante nas ações governamentais para a área rural é substancialmente ligada aos interesses do agronegócio. Esse mesmo fato é apresentado por Veiga (2001) ao afirmar que a redemocratização trouxe para o campo a política setorial, cujo foco era maximizar a competitividade do agrobusiness. O foco do setor primário pautava-se na diminuição dos custos de produção de forma a repassar tais custos aos outros elos da cadeia: indústrias de transformação, exportadores e atacadistas. Nesse período é efetivada a corrida tecnológica em busca da minimização de custos que, como consequência, trouxe a necessidade de pouca mão-de-obra operando, e esta passando a procurar novos postos de trabalho em outros setores da economia. A busca pela competitividade trouxe consigo a especialização produtiva, bastante criticada pelo referido autor, pois esta, além de prejudicar a criação de novos postos de trabalho, impossibilita a diversidade multisetorial. É diante desse cenário que a agricultura familiar tem sobrevivido: cenário de competições de recursos que favorecem a grande produção e grandes propriedades (Carneiro, 1997).

Durante as décadas de 1980 a 1990, a política setorial que anteriormente era foco do governo para o campo, passa a ser substituída pelas políticas macroeconômicas, e estas tendo sido alavancadas, principalmente, pelos pacotes econômicos. Sobre esse novo posicionamento que a política agrícola tomou, pode-se afirmar que esta “[...] tornou-se subsidiária e está hoje completamente submetida às determinações macroeconômicas, prevalecendo sempre as políticas fiscal, monetária (de juros) e cambial (DENARDI, 2001, p. 57).

Delgado (2001 apud Müller, 2007), complementado as ideias apresentadas por Denardi (2001), afirma que as principais formas de intervenção do Estado na agricultura são as políticas dos tipos macroeconômicas e setoriais. Segundo o autor, a primeira refere-se a um tipo de política mais abrangente, capaz de afetar todos os setores da economia, dentre eles, o agropecuário. Assim, pela sua dimensão, pode neutralizar ou inviabilizar outras políticas voltadas a este setor. A política setorial, como o próprio nome sugere, procura influenciar um setor específico e, no caso do setor agropecuário, pode-se dividi-la em três ramos: política agrícola, política agrária e a política diferenciada de desenvolvimento rural.

Nesses termos, ao que se analisa para a agricultura familiar, pode-se dizer que a política agrária foi praticamente inexistente, sendo o que tem prevalecido nos últimos anos foi a política agrícola (Denardi, 2001). Tem-se, pois, a ênfase na dimensão quantitativa do crescimento econômico em detrimento da dimensão qualitativa do bem-estar social (Carneiro, 1997).

As principais políticas públicas com abrangência nacional destinadas à agricultura familiar são: a Previdência Social e o Pronaf (Denardi, 2001). Esta, formulada como uma conquista dos movimentos sociais do campo constitui-se como a primeira política pública diferenciada em favor dos agricultores de base familiar, tendo como principal função socializar o acesso aos créditos de custeio para considerável número de agricultores familiares. É vista por muitos como uma política compensatória, de efeito paliativo, que busca atenuar os efeitos da marginalização daqueles que não possuem reais condições de integrar-se e competir no mercado globalizado. O que se verifica nesse programa é, basicamente, o financiamento de custeio de tecnologias convencionais para produtos tradicionais (Denardi, 2001). Sustenta-se, pois, numa lógica produtivista e de tecnificação que proporciona tanto um rendimento para o agricultor, quanto o reembolso dos investimentos públicos (Carneiro, 1997).

Por sua vez, a Previdência Social “é, de longe, a mais importante política social para os agricultores familiares brasileiros” (DENARDI, 2001, p. 58). Sua importância está, dentre outros fatores, no complemento da renda das famílias rurais que, segundo alguns estudos, participa entre um quinto e um quarto do aumento médio da renda (Veiga, 2001). As aposentadorias e pensões recebidas por grande número de beneficiários fazem da previdência rural a política pública de maior abrangência social no país. Constitui-se, pois, como “[...] um poderoso instrumento para evitar o agravamento da exclusão social” (CAMPANHOLA e SILVA, 2000 apud DENARDI, 2001, p. 58).

Até aqui se falou da importância do Estado como agente essencial capaz de promover mudanças no campo e na vida de quem lá reside. Muitos são os argumentos que o apontam como fundamental em qualquer proposta que tenha como objetivo a melhoria das condições de vida da população rural. Sabe-se que, ao longo do tempo, as próprias formas de políticas públicas destinadas a esses espaços mudam de acordo com os anseios e valores de cada época.

Ainda que se tenha um novo direcionamento para as políticas rurais, diferente daquelas que consideram aspectos meramente produtivos como foco de ações, tais políticas ainda

continuam a ser direcionadas basicamente para reduzir o isolamento das populações rurais (melhoria nos sistemas de transporte e de comunicação) e melhorar as suas condições de vida (habitação, saúde, etc.) e de qualificação (ensino básico e técnico) (BLAKELY e BRADSHAW, 1985 apud GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 4).

O que os autores levam em conta é que, devido as novas características típicas de uma sociedade pós-industrial, as zonas rurais têm apresentando outras necessidades, como a de se estabelecer um zoneamento que defina áreas industriais e de moradia, bem como aquelas destinadas à preservação ambiental. A importância de tal zoneamento refere-se justamente às novas necessidades do mundo rural que muito foi alterado a partir da industrialização. A importância dada ao ZEE também é contemplada por Veiga (2001) ao sugerir-lo como uma importante política pública para o desenvolvimento tanto de áreas rurais, quanto urbanas.

Sucintamente, uma política pública destinada à agricultura familiar deve

Levar em conta as potencialidades locais (da natureza, do mercado de trabalho e da cultura) [...]. Integrando o social e o cultural ao econômico é possível conceber uma política pública que vá além da simples implantação de novos arranjos tecnológicos e que incorpore os hábitos e os costumes locais ainda que estes sejam considerados “tradicionais” (CARNEIRO, 1997, p. 82).

A combinação entre “modernidade” e “tradição”, segundo a autora, ajuda a ampliar o raio de ação das políticas públicas, de modo que estas assimilem práticas próprias locais e formulem soluções específicas para os diferentes contextos em que se encontram os agricultores familiares. Para tanto, faz-se necessário “um Estado que seja mais aberto às questões da vida cotidiana, que seja ativo sem ser impositivo” (MÜLLER, 2007, p. 67).

2.2.1. As políticas de agroindústria familiar

As políticas públicas de implantação de agroindústrias, visando o desenvolvimento rural, surgiram a partir de 1960. O próprio Estatuto da Terra, aprovado em novembro de 1964, já incluía dentre os seus objetivos “contribuir para harmonizar o desenvolvimento rural com o processo de industrialização, inclusive ao artesanato com a formação de pequenas e médias indústrias com o aproveitamento de mão de obra e utilização de matérias-primas locais”. (BRASIL, 1965 apud ORSI, 2001, p. 52-53). No entanto, é a partir de 1970 que se verifica maiores ações de órgãos de extensão rural para a implantação e desenvolvimento de agroindústrias rurais. O objetivo de tal ação era implementar as fontes de renda dos produtores rurais. Buscava-se, pois, aproveitar o mercado existente e que estava em ascensão devido às mudanças que ocorriam nos padrões de consumo urbano. Dentre essas mudanças, cita-se a procura por produtos saudáveis, naturais e vinculados a um processo produtivo carregado de uma simbologia ambiental e, muitas vezes, social (Sulzbacher, 2009).

Apesar de diversas iniciativas dos entes federados, era fato que a legislação sanitária federal da época dificultava a implantação de pequenas agroindústrias. Tinham exigências incompatíveis com a realidade dos agricultores familiares e, de uma maneira geral, estava voltada para as agroindústrias de grande porte.

É só a partir da Constituição de 1988 que essa situação é alterada. O Estado, tendo descentralizado seus poderes, permitiu que um município, por exemplo, editasse suas próprias normas de fiscalização sanitária (Orsi, 2001).

Sendo assim, é principalmente durante década de 1990 que acontecem, de fato, as modificações políticas para as áreas rurais. Esse período é marcado por novos fatos, sendo algum destes: a) o desenvolvimento de políticas públicas rurais destinadas a um diferente tipo de público; b) a introdução de uma nova forma de intervenção governamental, caracterizada pela descentralização; c) a preocupação com outros focos de intervenção, como o combate à pobreza, a preocupação com a segurança alimentar e a diminuição dos impactos ambientais e, por fim, a inclusão de novas ocupações no ambiente rural, cita-se como exemplo, aquelas propiciadas pelas agroindústrias e pelo turismo rural (Wesz Junior, 2010).

A importância das agroindústrias familiares nas estratégias de desenvolvimento para o campo, além de sua expressividade na economia, tornou essa prática produtiva um objeto a ser apoiada pelas políticas públicas não só na escala nacional, como na estadual e municipal.

Wesz Júnior (2010), ao fazer uma análise comparada de programas de apoio à agroindústria familiar rural¹¹, afirma que, no Brasil, de 1995 até 2008, foram criados oito programas estaduais. Suas ocorrências se deram entre as regiões Sul (todos os estados), Centro-Oeste (Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e Sudeste (Rio de Janeiro e Minas Gerais).

A tabela a seguir apresenta cada um desses programas, local de atuação e duração.

¹¹ Para detalhes de cada programa, consultar trabalho do referido autor.

Tabela 3. Programas estaduais de agroindustrialização na agricultura familiar brasileira

	Nome do Programa	Sigla	UF	Ano de atuação
1	Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola	PROVE	DF	1995-1998
2	Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária	PROVE – PANTANAL	MS	1999-2006
3	Programa da Agroindústria Familiar	PAF	RS	1999-2002
4	Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar pela Verticalização da Produção	DESENVOLVER	SC	1998-2001
5	Programa da Agroindústria Familiar Fábrica do Agricultor	FÁBRICA DO AGRICULTOR	PR	1999-2010
6	Programa Social de Promoção de Emprego e Renda na Atividade Rural	PROSPERAR	RJ	2002-2010
7	Programa de Apoio à Agregação de Valor e Desenvolvimento Rural	PROVEMAIS	MT	2003-2010
8	Programa de Desenvolvimento da Agroindústria Artesanal de Alimentos e do Artesanato Rural	MINAS ARTESANAL	MG	2006-2010

Fonte: Wesz Junior, 2010, p. 05

Ao se analisar a tabela, percebe-se que, dentre as cinco regiões brasileiras, houve um comprometimento com a iniciativa produtiva em três destas regiões, que buscaram criar ferramentas específicas para a agregação de valor e mudança no estilo de vida de muitas famílias rurais. Ressalta-se, contudo, que não foram encontrados programas com esse cunho nas regiões Norte e Nordeste, indicando “um processo desigual na distribuição espacial das políticas públicas de agroindustrialização” (WESZ JÚNIOR, 2010, p. 05).

Após análise específica de cada um desses programas, a conclusão a que o autor chega é a de que

os programas estaduais de agroindustrialização familiar têm desempenhado um papel importante no apoio às novas estratégias de reprodução dos agricultores no meio rural, embora sua cobertura tenha se centrado fundamentalmente em um público restrito¹². Assim, um dos principais desafios destas políticas é buscar alternativas que superem esta orientação centrada em alguns grupos de beneficiários, procurando ampliar a sua atuação para estratos da população rural que atualmente se encontram à margem destes processos e destes instrumentos (WESZ JÚNIOR, 2010, p. 27).

Ainda que se tenham inúmeros desafios a serem superados por esse tipo de política, pode-se dizer que o surgimento de políticas diferenciadas de desenvolvimento rural rompeu, de certo modo, com as políticas agrícolas tradicionais que se baseavam, quase que unicamente, na oferta de crédito a produtores já fortemente inseridos no mercado. Delgado (2001, apud Wesz Junior, 2010), afirma que, além da oferta de crédito, o que se faz primordialmente necessário são estratégias que busquem alterar as deficiências estruturais, de

¹² O público restrito que o autor faz referência é aquele composto por agricultores familiares mais capitalizados. Esse público foi o privilegiado na maioria dos programas listados na tabela.

forma a contemplar ações que reconheçam a heterogeneidade social e produtiva dos agricultores e de suas respectivas regiões.

Importante ainda ressaltar que, mesmo que tais programas tenham incidido sobre as condições de produção da agricultura familiar, é fundamental que o apoio não se restrinja a esse campo. É necessário, também que tais programas ajam a partir de entradas que contemplem a produção, a capacitação, a assistência técnica e a comercialização (Buainain, 1997 apud Wesz Junior, 2010). Dessa forma, acredita o autor, que os agricultores possuiriam também as condições materiais de reprodução da família e da propriedade.

De uma maneira geral, é fato que ainda hoje, ao se analisar o montante de recursos aplicados em programas para as áreas rurais, verifica-se que os grandes proprietários ainda são os maiores contemplados (Wesz Junior, 2010). No entanto, verifica-se também, ao se observar a trajetória dos programas de agroindústrias familiares rural no Brasil, que ocorreram avanços de grande envergadura no cenário das políticas rurais que, até meados dos anos 80, tinham como foco exclusivo de ações políticas creditícias e elitizadas. Ainda assim, considera-se que tais políticas sejam, ainda, um processo em construção e com muitas pendências a serem solucionadas.

Tendo-se, pois, uma noção de como se deu o desenvolvimento de políticas de agroindústria familiar, passaremos para a apresentação, em específico, do Prove/DF.

3. O PROGRAMA DE VERTICALIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO DISTRITO FEDERAL (PROVE/DF)

Vários são os debates sobre a interferência do Estado sobre a organização da sociedade. Em decorrência do tipo de regime político adotado pelas diversas nações, muito do que se tem visto são estudos que apontam o aparato estatal como principal articulador para o desenvolvimento de um país.

No Brasil, a Constituição de 1988 atribui inúmeras responsabilidades ao Estado de forma que este tenha como uma de suas competências promover a integração social dos setores menos desfavorecidos, de forma a combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização (Brasil, 1988).

Como visto no capítulo anterior, a principal forma de intervenção do Estado dá-se por meio de políticas públicas. Estas se apresentam nas formas de política pública de estado e política pública de governo. O Prove configurou-se como uma política de governo tendo, pois, quatro anos de duração.

Delgado e Theodoro (2005) argumentam que as políticas públicas são necessárias para promover o desenvolvimento com equidade, salientando a importância das igualdades de oportunidade, capacidade e de resultados. Tais fatores, por sua vez, são capazes de possibilitar “o acesso dos grupos sociais historicamente excluídos às condições produtivas, aos benefícios do crescimento econômico e às garantias de um sistema de proteção social” (DELGADO; THEODORO, 2005 apud MÜLLER, 2007, p. 66). Para estes autores, incumbe ao Estado a alteração das condições iniciais de desigualdades, incorporando os excluídos ao processo produtivo.

É com esse pressuposto principal que o Prove surge.

3.1. Contextualização da criação do Programa

De acordo com Altafin (2008) e Carvalho (1998) a marginalização dos pequenos agricultores é histórica no Brasil. No Distrito Federal, ao longo dos anos 90 (década de criação do Prove), a situação não era diferente. Quando da criação da capital, as terras da região foram desapropriadas e, quando não destinadas à preservação, eram arrendadas para fins produtivos. No entanto, ao longo dos anos, por falta de administração adequada em relação ao uso das terras, muitas áreas foram ocupadas desordenadamente. Somando-se a esse

fator ainda tinha a falta de assistência e condições capazes de facilitar a geração de renda que garantia o sustento da família. Diante dessa situação, muitas famílias viram-se obrigadas a deixarem suas terras e migrarem para as cidades (Carvalho, 1998).

A situação vivenciada por esse segmento antes do surgimento do programa caracterizava-se pelos seguintes aspectos: êxodo rural, aumento do desemprego nas cidades e crescente falta de oportunidade no campo (Miyashita, 1998).

Diante do exposto, Carvalho (1998) reconhece a necessidade de mudanças no contexto vivido pela população do Distrito Federal. Dessa forma, analisando a postura do Governo do DF da gestão de 1995-1998, o mesmo autor afirma que, com o propósito de articular novos direcionamentos, o referido governo passa a utilizar-se de três premissas básicas para nortear suas ações:

1ª) Os governantes brasileiros, submissos às regras do sistema financeiro internacional, têm atuado em prol daqueles que já possuem condições e facilidades de acesso aos meios de produção e benefícios públicos, restando aos mais destituídos de condições apenas os programas inconsistentes de assistencialismo;

2ª) Os agricultores familiares, por si só, não possuem condições de aumentar e melhorar seu trabalho agrícola, tendo em vista apresentarem as seguintes condições: dificuldade de inserção no mercado (consequente de sua produção restrita e da falta de acesso tecnológico), falta de acesso a créditos e baixa renda para investir;

3ª) O redirecionamento e a ruptura com a prática tradicional da ação do governo, de forma que os mecanismos e instrumentos do Estado sejam colocados a disposição de todos, são fundamentais para combater a exclusão e as desigualdades sociais.

No ano de 1998, a Emater-DF registrava a existência de 12.188 produtores rurais no Distrito Federal, destes, mais da metade - cerca de 6.274 - eram caracterizados como agricultores de base familiar. A outra parcela, também bastante significativa, era composta de 5.914 agricultores, do tipo patronal. Enquanto estes se ocupam da atividade agropecuária em tempo parcial, pois geralmente têm outras ocupações e fontes de renda, aqueles têm na atividade agrícola sua única fonte de subsistência e renda (Carvalho, 1998). O mesmo autor ainda afirma que essa parcela somente era atendida pelos governos passados, ocasionalmente, na forma de ações assistencialistas. Eram, portanto, “[...] excluídos do acesso aos meios de produção, das oportunidades do progresso social e privados dos direitos mínimos do cidadão[...]” (CARVALHO, 1998, p. 22).

A fim de viabilizar a implantação de novos preceitos, foi preciso acabar com alguns “entraves criados pelo sistema econômico dominante e restritivo, e que impediam os agricultores excluídos de terem acesso aos meios de produção e consumo, à informação, à assistência técnica e ao mercado” (CARVALHO, 1998, p. 24).

Nesse sentido, anterior ao processo de criação do Prove via-se a dificuldade em tornar concretas as pretensões estabelecidas por este, principalmente na esfera legal. Para tanto, um dos primeiros passos foi a modificação das legislações fundiária, creditícia e sanitária, que possuíam exigências incompatíveis à realidade dos agricultores (Carvalho, 1998). O acesso ao crédito, por exemplo, não era prática recorrente entre esse grupo tendo em vista que os meios de obtenção de empréstimos, ou seja, os requerimentos pré-estabelecidos não condiziam com suas condições. Nesses termos, Oliveira (2000) ressalta a importância da Constituição Federal de 1988, a qual teve um papel fundamental para a alteração desse cenário ao descentralizar as competências entre os entes da federação, permitindo então que os municípios, por exemplo, editassem suas próprias normas acerca da legislação sanitária e industrial de produtos processados em agroindústrias. É só a partir dos anos 1990 que essa estrutura vem se alterando no Distrito Federal, que agora poderia estabelecer sua legislação local sobre o tema em questão.

Para viabilizar o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola (Prove) e outros programas e projetos dirigidos ao pequeno agricultor de baixa renda, a Secretaria conseguiu que fossem aprovadas normas técnicas e dispositivos legais apropriados, em face do grau elevado de exigências da legislação nacional, incompatível com a pequena produção agrícola e agroindustrial (CARVALHO, 1998, p. 26).

Várias foram as novas edições de leis, decretos e portarias que começaram a abranger condições especiais que propiciassem a inclusão dos agricultores de base familiar.

Ainda segundo Carvalho (1998), a principal justificativa da criação do programa foi a de que novos padrões e regras de comercialização e produção, advindos com a globalização, têm afetado não só os centros urbanos e industriais, como também as atividades do campo, bem como a população que ali vive. O resultado desse processo, para esse mesmo autor, é a dificuldade encontrada pelos trabalhadores rurais em atuar, competitivamente, nos mercados. A fim de buscar outros meios de vida, tem-se como principal reflexo dessa situação o abandono de muitas propriedades rurais e posterior migração para as cidades.

Diante da urbanização crescente e do aumento da demanda por produtos processados, em razão da sua praticidade e economia de tempo no preparo para consumo, a industrialização dos produtos agrícolas no próprio ambiente rural se apresenta como a melhor alternativa para a capitalização dos

pequenos agricultores, precisamente por permitir a ocupação de toda a mão-de-obra familiar na atividade produtiva e a agregação de valor aos produtos (CARVALHO, 1998, p. 37).

Assim, dentre diversos outros fatores, via-se na agroindústria familiar um mecanismo viável de combate ao agravamento dos problemas sociais. É nesse cenário que se tem a justificativa da criação do Prove.

3.2. Detalhamento do Programa

3.2.1. Objetivos e entidades participantes

Concebido em outubro de 1995 pelo Governo do Distrito Federal (Carvalho, 1998), o Prove teve como premissa fundamental a inclusão social do agricultor familiar, tendo na agregação de valor à produção, através das unidades agroindustriais, um dos meios para se garantir melhores condições de vida das famílias do campo. Conforme a lei que o institucionalizou, o objetivo central era

[...] inserir o pequeno produtor rural no processo produtivo, com incentivos à produção e ao processamento dos produtos *in natura* de origem animal e vegetal, de modo a agregar maior valor à produção, aumentar a renda familiar e gerar empregos (DISTRITO FEDERAL, 1998).

O intuito de tal objetivo era, pois, possibilitar a democratização de oportunidades às famílias excluídas do processo produtivo, conforme afirma Botelho Filho (2001):

Os indivíduos e as famílias atendidas pelo programa são as pessoas marginalizadas do processo social no desenvolvimento do capitalismo. O resgate da marginalidade econômica, na qual esses indivíduos se encontram, seria operado através do incentivo à realização de atividades agrícolas e do processamento de produtos agrícolas, de tal forma que levaria os produtores a produzir e agregar valor e renda às suas atividades, através de mecanismos que permitam integrar o seu processo produtivo e colocar seu produto final em mercados competitivos de comercialização (BOTELHO FILHO, 2001, p.36)

Nesses termos, o Prove surgiu com o intuito de melhorar as condições de vida dos produtores rurais do Distrito Federal por meio de ações que incentivassem o processamento de produtos em agroindústrias familiares, cujos principais focos eram: agregar valor à produção agrícola das famílias e gerar emprego e renda no campo (Carvalho, 1998).

O mesmo autor aponta, ainda, para os seguintes objetivos do programa:

- O aumento de oportunidades no processo produtivo para o produtor rural familiar de baixa renda;
- A melhoria das condições de vida dos produtores excluídos do processo produtivo, assegurando-lhes os meios de que necessitam para o exercício da cidadania;
- O estímulo aos produtores familiares para processarem produtos in natura, possibilitando a agregação de valor e consequente aumento de renda das famílias.

De forma objetiva, a base de sustentação do programa pode ser assim representada:

Figura 1. Representação Simbólica do Prove.



Fonte: Cypas e Yazaki, 2006, p. 12

A importância de um tripé sustentado pela comercialização, processamento e matéria prima está na manutenção de seu equilíbrio pois, tendo esse sido alcançado, entende-se que o agricultor conseguiu verticalizar seus produtos e o programa rendeu-lhe resultados positivos (Cypas e Yazaki, 2006).

Desenvolvido e coordenado pela Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, juntamente com outras entidades executoras¹³ e colaboradoras¹⁴ do programa – além de seu principal agente financiador, o Banco de Brasília - o propósito do programa, além dos supracitados, previa a auto-sustentabilidade das propriedades rurais de base familiar

¹³Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (FZDF), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER), Sociedade de Abastecimento de Brasília SA (SAB), Centrais de Abastecimento do Distrito Federal SA (CEASA).

¹⁴Departamento de Defesa Agropecuária e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal –DIPOVA; Administrações Regionais;Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - SEMATEC;Secretaria de Fazenda e Planejamento; Secretaria de Saúde; Companhia de Água e Esgotos de Brasília – CAESB; e Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal – DER; outras entidades conveniadas ou instituições do GDF; e por fim, associações e cooperativas dos pequenos produtores rurais do PROVE.

oferecendo-lhes “tratamento simplificado e diferenciado nos campos tributário, creditício e da organização social e econômica da produção e comercialização dos produtos agroindustriais” (DISTRITO FEDERAL, 1998).

As entidades participantes eram compostas por diversos órgãos do governo distrital, aos quais cabiam, a cada um, diferentes papéis para executar o programa.

Tabela 4 - Organizações que implementaram o Prove - 1995/1998

ÓRGÃO	FUNÇÃO
Secretaria de Estado de Agricultura	Coordenação Geral do Programa
Emater- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	Seleção do público, elaboração de projeto, acompanhamento total, produção de matéria prima, assistência técnica, padronização e validade de produtos, normatização, avaliação econômica.
FZB-DF- Fundação Zoobotânica do Distrito Federal	Fabricação e disponibilidade: de Kit's de agroindústrias, de embalagens de etiquetas e apoio laboratorial.
Ceasa- Centrais de Abastecimento de Brasília	Comercialização, avaliação de mercado, negociação de vendas e vendas direta.
SAB- Sociedade de Abastecimento de Brasília	Venda de insumos, administração do Quiosque do Produtor apoio à comercialização em geral
DIPOVA- Departamento de Defesa Agropecuária e inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal	Inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal e vegetal Cadastro e registro dos estabelecimentos.
Convênio CNPq e Secretaria de Estado de Agricultura	Marketing e design, comercialização engenharia química e de alimentos, engenharia civil, apoio agrônomo e zootécnico, informática, sociologia rural e organização dos produtores.

Fonte: CARVALHO, 2003, p. 06

Como pode ser visto, as funções eram descentralizadas e a cada organização eram incumbidas diferentes responsabilidades. A finalidade dessa especialização era facilitar as atividades desempenhadas por cada órgão.

3.2.2. O público alvo

Para facilitar o atendimento da demanda, a própria Secretaria de Agricultura estabeleceu critérios de classificação das famílias de agricultores que seriam beneficiados, sendo os do tipo A e do tipo B o público que receberia tratamento diferenciado. Por vezes, era

possível que famílias do tipo C também fossem beneficiadas (Oliveira, 2000). A tabela a seguir ilustra melhor essa classificação:

Tabela 5. Parâmetros para classificação do produtor rural (Portaria nº 1 – SADF de 27/03/96)

Produtor Tipo A	Produtor Tipo B	Produtor Tipo C	Produtor Tipo D	Produtor Tipo E	Produtor Tipo F
<ul style="list-style-type: none"> • Possui insuficiência de terras para sustento da família; • Cultiva a área aproveitável disponível; • Tem renda familiar oriunda da exploração agropecuária e da venda da força de trabalho familiar; • obtém renda bruta anual per capita agropecuária de até 12 salários mínimos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tem suficiência de terras agricultáveis para o sustento e progresso da família; • Usa apenas eventualmente o trabalho assalariado, segundo exigências da exploração agropecuária familiar; • Tem no mínimo 80 % da renda familiar oriunda da exploração agropecuária familiar; • obtém renda bruta anual per capita agropecuária de até 36 salários mínimos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tem suficiência de terras agricultáveis para o sustento e progresso da família; • Usa regularmente mão de obra assalariada, sendo ainda predominante o trabalho familiar na exploração; • Tem no mínimo 80 % da renda familiar oriunda da exploração agropecuária familiar; • Tem no mínimo 80 % da área aproveitável incorporada ao processo produtivo; • obtém renda bruta anual per capita agropecuária de até 100 salários mínimos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Administra diretamente a exploração; • Possui fonte de renda suficiente e regular originária da atividade urbana; • Eventualmente tem na exploração fonte complementar de renda; • Obtém renda bruta anual agropecuária de até 180 salários mínimos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Administra diretamente a exploração; • Tem no mínimo 80 % da renda oriunda da exploração agropecuária; • Tem no mínimo 80 % da área aproveitável incorporada ao processo produtivo agropecuário; • Obtém renda bruta anual agropecuária de até 500 salários mínimos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Explora grandes extensões de terra diretamente ou por meio de gerentes contratados; • Tem no mínimo 80 % da área aproveitável incorporada ao processo produtivo; • Obtém renda bruta anual agropecuária acima de 500 salários mínimos.

Fonte: Oliveira, 2000, p.26

Os produtores do tipo A, B e C eram pertencentes ao grupo de produtores familiares, enquanto os do tipo D, E e F eram enquadrados como produtores patronais (Oliveira, 2000).

Segundo a lei de instituição do Programa, pequeno produtor é aquele que preencha, concomitantemente, os seguintes requisitos:

- I - explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;
 - II - tenha mão-de-obra contratada em número inferior ao somatório da mão-de-obra familiar;
 - III - não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais¹⁵ de terras agricultáveis;
 - IV - tenha oitenta por cento, no mínimo, da renda bruta anual proveniente da produção agropecuária ou extrativa;
 - V - resida na propriedade rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo.
- (DISTRITO FEDERAL, 1998)

¹⁵ No DF, esse valor corresponde a 20 hectares de terreno agricultável (Carvalho, 1998).

Não obstante, além de atender a esses requisitos, eram necessários outros pressupostos para poder ter acesso aos créditos, a saber:

- I - ser enquadrado como pequeno produtor do PROVE;
 - II - ter o projeto de financiamento elaborado pela EMATER ou por outro agente de assistência técnica credenciado;
 - III - ter o projeto de financiamento avaliado e aprovado pela EMATER;
 - IV - comprovar a condição de pequeno produtor mediante declaração da FZDF reconhecendo-lhe a posse da terra por documento hábil ou que trabalha em sua propriedade há, no mínimo, cinco anos;
 - V - Conceder aval cruzado como forma de garantia para o empréstimo e como patamar mínimo de garantia pessoal ou fundo de aval.
- (DISTRITO FEDERAL, 1998)

Preenchido os requisitos estabelecidos, o produtor poderia usufruir dos seguintes benefícios, conforme destaca Botelho Filho (2001):

- Fácil acesso à tecnologia;
- Assistência técnica;
- Serviços de inspeção e fiscalização;
- Cursos de treinamento;
- Acesso a feiras e mercados;
- Serviços de marketing;
- Financiamentos;
- Canais de comercialização.

Objetivamente, o apoio era relacionado à assessoria para custeios do financiamento, ao desenvolvimento do processo produtivo, e à comercialização do produto final, com a constituição de centros de distribuição. Esse último ponto bastante importante, conforme destaca Miyashita(1998):

[...] o programa vai além da criação de agroindústrias, contemplando também a etapa de comercialização. Há a preocupação com o desenvolvimento de canais de distribuição da produção dessas pequenas agroindústrias, aspecto muitas vezes negligenciado por outros programas de geração de emprego e renda e de combate à pobreza. (MIYASHITA,1998, p. 05)

Dessa forma, a criação do Quiosque do Produtor constituiu-se numa estrutura de distribuição de mercadorias a fim de aumentar as possibilidades de comercialização. Segundo Carvalho (1998) esses quiosques eram espaços destinados à comercialização, sendo suas

instalações localizadas em Shoppings Centers e em outros pontos estratégicos para venda¹⁶. Em suma, o mesmo autor afirma que os quiosques constituíam-se de meios de ajuda para os produtores colocarem seus produtos no mercado, em locais onde os consumidores possam encontrá-los facilmente.

Para dar visibilidade aos produtos do Prove, impulsionar as vendas e evitar que o valor agregado com a industrialização se perca na intermediação, em prejuízo do produtor, a Secretaria de Agricultura decidiu criar os Quiosques do Produtor, até que os produtos ganhem maior reconhecimento e espaço nas prateleiras e gôndolas dos supermercados (CARVALHO, 1998, p. 60).

A partir daí, pode-se perceber que os quiosques funcionavam como instrumento de alavancagem para o produtor lançar seus produtos no mercado, sendo sua própria extinção prevista, tendo em vista estes constituírem-se como impulsos iniciais que objetivavam permitir, posteriormente, que os produtores fossem independentes na comercialização.

Ainda segundo Carvalho (1998) o funcionamento e a participação dos beneficiários davam-se por meio de:

- Acesso a financiamentos que abarcavam desde insumos necessários para a produção de matéria-prima e compra de equipamentos ao funcionamento inicial da agroindústria;
- Prazo de pagamento do financiamento adequado à capacidade produtiva;
- Assistência técnica que ia desde o plantio e criação de animais à comercialização dos produtos processados;
- Um projeto de instalação e funcionamento de uma agroindústria apresentando estudos de viabilidade econômica e técnica.

O procedimento para a origem desse projeto compreende as seguintes etapas:

Os técnicos da Emater avaliam a possibilidade de sucesso do negócio, analisam a disponibilidade de matéria-prima e de tecnologia apropriada para a agroindústria, as demandas do mercado consumidor, a capacidade de processamento, a capacidade gerencial do produtor e vários outros aspectos. Se as condições forem favoráveis, a Emater elabora um projeto, providencia a documentação necessária e o envia para os bancos da rede pública ou para o Banco do Trabalho (da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do DF), para análise (CARVALHO, 1998, p. 38).

Sendo o projeto aprovado, era possível a concessão de crédito de até R\$15 mil por família ou até R\$26 mil por grupo de famílias. A construção da agroindústria era de responsabilidade da Fundação Zoobotânica e o tamanho destas variava de 14 a 55 metros quadrados (Carvalho, 1998).

¹⁶ Tais como a Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB), Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa), e a Rodoviária do Plano Piloto. Fonte: Carvalho, 1998.

Sobre o financiamento, tiveram-se como agentes financiadores o Banco de Brasília e o Banco do Trabalho, os quais, ao final do programa contaram, juntos, com um montante de, aproximadamente, R\$900.000,00 destinados ao financiamento de agroindústrias.

Tabela 6 - Financiamento do Programa

Agente financiador	Juros % ao ano	Carência para pagamento do empréstimo	Prazo para pagamento do empréstimo	Garantias para o empréstimo	Valor subsidiado	Valor financiado (R\$)
Banco de Brasília	6	1-3 anos	4-8 anos	Funsol	0,00%	593.495,59
Banco do Trabalho	3-6	1-3 anos	4-8 anos	Funsol	0,00%	280.000,00

Fonte: CARVALHO, 2003, p. 05.

O prazo para pagamento do empréstimo, como pode ser visto, é declarado pelos próprios agricultores como um bom período para a quitação. Além disso, as taxas de juros fixas e não elevadas permitiam um baixo índice de inadimplência por parte dos participantes (Carvalho, 2003). As garantias do empréstimo eram de responsabilidade do Funsol - um fundo de Aval que avaliza os agricultores que tomam empréstimo de até R\$5.000,00. Para valores acima deste limite, o tomador deveria apresentar garantias reais.

A área de atuação do programa compreendia todo o território do Distrito Federal. Entretanto, as maiores evidências de agroindústrias eram em cidades onde as áreas rurais eram mais significativas em termos de população residente, tais como em: Sobradinho, Planaltina, Brazlândia. A primeira agroindústria foi inaugurada na cidade satélite de Sobradinho, em outubro de 1995. Nesse período, a família beneficiária contava com uma renda mensal inferior a 50R\$ per capita (Azevedo et al., 2005).

3.2.3. Os produtos do Prove

O aproveitamento das matérias-primas para beneficiamento nas agroindústrias constituía-se de fator fundamental para desenvolver o potencial que os agricultores tinham em suas propriedades. Dentre essas matérias, têm-se aquelas que contemplam: a horticultura, que fornece legumes e verduras para transformação em produtos pré-processados; a fruticultura, para transformação em doces, polpas e sucos; e a pecuária, que envolve a criação de animais para a produção de ovos, produtos lácteos, embutidos e defumados (Carvalho, 2003).

Dentre o total de agroindústrias existentes até o fim do programa, pode-se classificá-las, quanto à atividade desenvolvida, em 13 diferentes tipos, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 7. Tipos de Agroindústrias do Prove de acordo com a atividade desenvolvida

Atividade	Quantidade de AGIs	Percentual (%)
1. Frango abatido, em pé e derivados	31	23,5
2. Doces, geleias e pickles e conservas	25	19,0
3. Ovos	20	15,1
4. Panificados e biscoitos	15	11,4
5. Vegetais processados	12	9,1
6. Embutidos e defumados de suíno	07	5,3
7. Rapadura	05	3,8
8. Ovos de codorna	04	3,0
9. Mel	04	3,0
10. Leite pasteurizado e/ou iogurte	04	3,0
11. Temperos	03	2,2
12. Processamento de frutas	01	0,8
13. Sabão em barra	01	0,8
Total	132	100

Fonte: OLIVEIRA, 2000, p. 109.

Conforme pode ser visto, os tipos de agroindústrias existentes eram bastante diversificados, de modo a dar variedade aos produtos da marca Prove. Em sua maioria, as agroindústrias de abatimento de frango eram as mais recorrentes. Tal fato pode ser explicado pela simplicidade na criação desses animais, bem como por ser a criação de aves em propriedades rurais característica usual desses ambientes. A partir daí, pode-se perceber, pela tabela, que as agroindústrias em menor representatividade dizem respeito àquelas matérias-primas menos recorrentes em ambientes rurais.

Dentre os diferentes tipos de atividades realizadas, pode-se, ainda, detalhar os gêneros produzidos. A tabela a seguir apresenta, dentre as agroindústrias existentes, quais eram os produtos processados. Era comum, entre as propriedades, a produção de mais de um tipo de alimento.

Tabela 8. Tipos de produtos produzidos no PROVE

DOCES	PÃES, BOLOS, BISCOITOS E SALGADOS	FRANGOS E DERIVADOS	OUTROS
Doce de manga em pasta	Pão caseiro	Frango caipira vivo	Alface
Doce de goiaba cristalizado	Pão de queijo	Frango abatido resf.	Brócolis
Goiabada	Pão de coco	Frango abatido cong.	Cebola ralada
Doce de banana cristalizado	Pão integral	Frango em pedaços resf.	Cebola fatiada
Doce de abóbora cristalizado	Pão de cenoura	Lingüiça de frango	Cheiro verde
Doce de banana em pasta	Pão de abóbora	Ovos de codorna	Cenoura
Doce de abóbora em pasta	Pão de mandioca	Ovos caipira	Coco ralado
Doce de mamão verde	Bolo de mandioca	Ovos de codorna em conserva	Feijão verde (resf.)
Doce de amendoim	Bolo de milho	Galinha d'angola	Mandioca pré-cozida
Doce de banana em barra	Bolo de cenoura		Mandioca congelada
Doce de leite	Bolo de banana		Lingüiça de suíno
Doce de leite c/ amendoim	Bolo de laranja		Pimenta em conserva
Doces cristalizados	Cuca		Iogurte
Chocolates	Brioche		Polpas de frutas (acerola e maracujá)
Doce de leite pastoso	Biscoito de nata		Licores diversos
Doce de ambrósia	Petinhas- vários sabores		Picles de couve-flor
Doce de goiaba	Biscoitos salgados		Picles de pepino
Geléia de goiaba	Coxinha		Picles misto
Doce de mamão	Empadinha		Conserva de jurubeba
Doce de banana	Pizza		Couve picada
Rapadura	Rizoli		Vagem picada
Melado	Kibe		Repolho
	Enroladinho		
	Esfira		

Fonte: Oliveira, 2000, p. 123.

Pela tabela é possível perceber que, ainda que muitos produtos não se utilizassem de algum tipo de máquina para seu processamento (como pressupõe o conceito de agroindústria), existia certo tipo de aproveitamento/beneficiamento na produção. Como exemplo, tem-se o caso dos ovos de galinha e dos ovos de codorna. É sabido que para a venda desses produtos é dispensável a utilização de algum tipo de máquina. Nesses casos, o valor agregado estava na higienização da superfície dos ovos, no embalagem e no selo de qualidade oferecido pelo Dipova. Além disso, Azevedo et al. (2005) afirmam que havia outras formas de agregação de valor que estavam além do ambiente agroindustrial. Os autores explicam que o forte potencial de demanda dos consumidores por produtos naturais abriu a opção de se agregar valor aos produtos sem conservantes e sem defensivos agrícolas. Nesse sentido, a agregação de valor ao produto estava ligada à sua qualidade. Cypas e Yazaki (2006), por sua vez, também afirmam

que o próprio selo do programa era associado, pelos consumidores, à qualidade. Todavia, além desse fator, os autores acreditam que outra forma de agregação de valor seria a de remeter ao selo uma conotação social, ligada aos agricultores familiares.

3.2.4. Primeiros resultados

O programa teve início, mais especificamente, em outubro de 1995 e foi finalizado tão logo tenha acabado o mandato do governador eleito, ao fim de 1998. Neste mesmo ano foram contabilizadas 118 agroindústrias em funcionamento e 14 em construção, conforme pode ser visto pela tabela abaixo.

Tabela 9. Os números do Prove (dados de outubro de 1998)

Indicadores	Números
Agroindústrias existentes	118
Agroindústrias em construção	14
Projetos em análise nos bancos	4
Volume financiado	R\$ 873.504,59
Famílias beneficiadas	178
Postos de trabalho gerados	712
Novos produtos	mais de 100
Quiosques do Produtor	5
Visitantes (do Brasil e exterior)	3.419

Fonte: Oliveira, 2000, p. 62

Além do total de agroindústrias existentes ao final da gestão do então governo, outras análises podem ser feitas a partir da tabela. A primeira delas refere-se ao número de famílias beneficiadas e ao número de postos de trabalhos gerados. No primeiro caso, tem-se que, ainda que o total de agroindústrias implementadas tenham sido 132, o número referente à primeira análise ultrapassa esse valor, já que se deve considerar, também, as indiretamente beneficiadas. Sobre os postos de trabalhos gerados, vê-se um valor bastante considerável em relação ao total de agroindústrias existentes. Teve-se, pois, um valor de cinco vezes mais de mão-de-obra empregada, que compreende tanto os da própria família, quanto os trabalhadores temporários. Carvalho (2003) afirma que o número de ocupação de mão-de-obra direta gerada por cada agroindústria girava em torno de seis membros. Além disso, a renda per capita das famílias antes do programa era de R\$50,00, e logo após o programa ser implantado, teve-se um aumento de quatro vezes mais, ou seja, a renda per capita passa a ser R\$200,00.

Outro ponto de destaque com relação aos resultados do programa refere-se ao aumento dos membros que compunham o coletivo familiar. Quando da implantação do Prove, muitas vezes a agroindústria era construída em propriedades onde só trabalhava o casal. Posteriormente, alguns membros que saíram de casa em busca de emprego em outras localidades acabaram retornando para trabalhar em suas propriedades. “Um dos casos mais interessante foi o da família do Sr. Anísio, na cidade de Ceilândia. Voltaram os cinco filhos com as noras, genros e netos. O projeto que havia começado com duas pessoas, acabou sendo implementado com quinze participantes” (CARVALHO, 2003, p. 17).

Além disso, apontam-se transformações não somente na capacidade produtiva do agricultor familiar, como também em sua qualidade de vida e sua maneira de enxergar a realidade da qual participam, conforme pode ser visto pelo trecho abaixo.

[...] o Programa, muito além de transformar as práticas produtivas, o que é inquestionável, propiciou também uma transformação paulatina (mas, no nosso entendimento, irreversível, uma vez assimilada ao cotidiano dos indivíduos) no nível da mentalidade e das representações sociais que os mesmos têm acerca do mundo e de si mesmos. Deixaram de ser, na maioria, donas de casa, roceiros e empregados e passaram a ser e a sentirem-se como empreendedores rurais, ou seja, indivíduos que conseguem vislumbrar, com maior clareza, a lógica do contexto que até então os excluía (CARVALHO, 2003, p. 45).

Objetivamente, tem-se que, ainda que a meta pretendida inicialmente pelo programa não tenha sido cumprida¹⁷, foi possível verificar a inclusão e o aumento da cidadania de alguns produtores marginalizados (Azevedo et al., 2005).

Ainda que apresentando alguns entraves a serem superados, os resultados iniciais do programa foram bem vistos tanto nacional, quanto internacionalmente.

Os resultados altamente positivos do Prove repercutiram dentro e fora do Brasil. Municípios de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Alagoas adotaram a experiência, e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) solicitou do Governo do DF apoio para a implantação do programa em países africanos. Angola será o primeiro país a adotar o programa (CARVALHO, 1998, p. 18).

Em dezembro de 1999, com a gestão do governo subsequente, é promulgada a Lei nº2499 que revoga a lei de institucionalização do Prove.

¹⁷ Segundo os autores, a meta do Prove era viabilizar o surgimento de 300 agroindústrias familiares até o final de 1998. A perspectiva era da geração de 7400 empregos, dos quais, 2400 seriam diretos. No entanto, ao fim do programa, contabilizou-se menos da metade de agroindústrias inicialmente pretendidas, e apenas 238 pessoas empregadas.

3.3. Críticas ao Prove

Como quaisquer programas de governo, há o que se aponte como positivo e/ou negativo para as ações tomadas pelo Estado. O objetivo de tais críticas é apontar para a reorientação das formas de intervenção.

O Prove teve como uma de suas críticas mais contundentes a de o Estado fazer pelos agricultores. Botelho Filho (2001), por exemplo, critica a estrutura de canais de distribuição, concretizados com o Quiosque do Produtor. Para este autor,

A necessidade de criação de canais de distribuição das mercadorias dos produtores agrícolas excluídos é um diagnóstico correto. A falta de acesso ao mercado, por parte dos produtores agrícolas marginalizados, é importante de ser superada em qualquer programa de promoção do desenvolvimento. Entretanto, o estado realizar a distribuição da produção é um equívoco. Construir através da sociedade os canais de distribuição da produção de forma permanente é a solução” (BOTELHO FILHO, 2001, p.39).

Em contrapartida, outras vertentes acreditam ser de “[...] extrema relevância a criação de mecanismos dentro do programa que pelo menos impulsionem a comercialização e insiram as agroindustriais no ciclo econômico e produtivo” (CYPAS e YAZAKI, 2006, p. 22). A criação de tais mecanismos, entretanto, não pode ser confundida com a ação paternalística do Estado. Dar apoio àqueles que se encontram numa situação desassistida é, antes de tudo, o pagamento de uma dívida social (Carvalho, 2006).

De uma maneira geral, observa-se que essa discussão tem sua pauta em opiniões divergentes quanto à necessidade de o Estado mediar ou não a venda dos produtos. Cypas e Yazaki (2006), a partir dessa premissa, questionam a seguinte questão: Até que ponto o Estado deve participar desta etapa do ciclo produtivo? Há quem acredite que o governo deve dar as mãos aos produtores e levá-los aos pontos de venda. Por outro lado, há quem defenda a maior distribuição de responsabilidades, pois acreditam que muitos destes beneficiários acabam se acomodando e permanecendo inertes enquanto o programa se encarrega das vendas.

Wilkinson (1999, apud Botelho Filho, 2001) pondera para o fato de que, dependendo do grau de marginalidade dos produtores, os subsídios iniciais podem ser altos, contanto que num quadro dinâmico seja prevista a capacidade de auto-sustentação. Para Carvalho (1998), esse estágio era o desejado a ser alcançado a partir da criação do Quiosque do Produtor, caso houvesse a continuidade do programa. O que ocorreu, na realidade, foi o fato de o governo não ter tido tempo hábil para apoiar essas famílias a ponto de estas poderem “andar com suas próprias pernas” (OLIVEIRA, 2000, p.62).

Indo além da discussão sobre a intervenção estatal na comercialização dos produtos, Cypas e Yazaki (2006), utilizando-se das ideias de Eron Brum¹⁸, entendem que os problemas da comercialização não se encontram no incentivo ou não do governo, mas sim nos próprios mecanismos de mercado que impedem o sucesso dos produtores¹⁹. Acreditam ser “[...] de suma importância que o programa tenha uma visão sistêmica, sendo capaz de incluir os beneficiados na rede por completo, e não aos poucos, de parte em parte” (CYPAS e YAZAKI, 2006, p. 22). Para estes, uma política pública eficiente deve incluir os beneficiários na rede econômica pois, a partir do momento em que os envolvidos estejam conectados à lógica atual, os mecanismos que agem na rede econômica passarão a agir também a seu favor.

Outra crítica merecedora de destaque refere-se ao próprio grupo de trabalho das instituições envolvidas. No início de desenvolvimento do programa, a gestão era centralizada e havia pouca participação de todos os colaboradores, isso tendo como consequência “um não comprometimento efetivo de seu corpo técnico, muito menos proporcionado grande entusiasmo com o Programa, apesar de muitos considerarem ‘a princípio’ a proposta boa” (OLIVEIRA, 2000, p. 36). Nesse sentido, um dos principais entraves à concretização do programa era sua própria equipe. O secretário adjunto da SADP à época do programa reconhece que o não conhecimento, pela Secretaria, de quem eram os profissionais envolvidos acabou comprometendo a eficácia do Prove.

Era um programa de pequena produção, um programa para trabalhar com excluído, era uma proposta que envolvia a determinação, a afinidade dos técnicos com a proposta [...] Tinham muitos técnicos que não acreditavam, esse foi um dos principais problemas nossos, para vender a ideia do projeto [...] porque há uma resistência muito grande, do ponto de vista, vamos dizer assim, do funcionário público, do técnico, há uma rejeição a priori em trabalhar com excluído [...] E a grande dificuldade é você adaptar a estrutura ao projeto, então essa foi a maior dificuldade que nós tivemos; nós não éramos um Governo revolucionário em que nós tivéssemos que mudar toda a instituição para poder se adaptar ao Programa, não conseguimos fazer isso, nós fomos um governo reformista [...] Não conseguimos toda a massa crítica da Secretaria como aliada.” (SECRETÁRIO ADJUNTO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DURANTE O GOVERNO QUE IMPLEMENTOU O PROVE, apud OLIVEIRA, 2000, p. 36-37)

¹⁸ Jornalista, cientista político e Professor de Mestrado da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP). Fonte: Cypas e Yazaki, 2006, p. 20.

¹⁹ Brum apresenta essa idéia com base na Teoria Geral dos Sistemas, de Von Bertalanffy, a qual ressalta a importância de uma abordagem holística para entender a complexidade do todo.

Vê-se, a partir daí, que uma das grandes dificuldades esteja em não só inserir o produtor no mercado, como também na cultura das instituições oficiais, não habituadas a trabalhar com o público excluído (Carvalho, 1998). Diante desse e de outros quadros semelhantes, os quais se vêem inúmeros problemas com o próprio quadro pessoal das instituições envolvidas em programas assistenciais, faz-se “necessária uma mudança nas cabeças, consciências e comportamentos dos técnicos e agentes de desenvolvimento. Uma mudança nas pessoas, uma mudança na metodologia de trabalho, nas relações – uma mudança de cultura” (DENARDI, 2001, p. 60).

De uma maneira geral, pode-se afirmar que o Prove certamente precisaria de algumas modificações para que continuasse atuando de forma eficiente junto às famílias produtoras. Certamente, uma dessas principais modificações contaria com o fortalecimento educacional dos produtores. O objetivo seria desenvolver suas técnicas de gerenciamento da agroindústria, tornando-os cada vez mais independentes do Estado (Azevedo et al., 2005).

Tendo-se o conhecimento de quais foram os principais entraves do programa, bem como o que ele objetivava, qual era seu público alvo, quais as práticas desenvolvidas na agroindústria e como tal prática contribuiu para a melhoria de vida dos agricultores familiares, passaremos para o último capítulo desse trabalho, que conta com o estudo de caso da atual situação das famílias envolvidas.

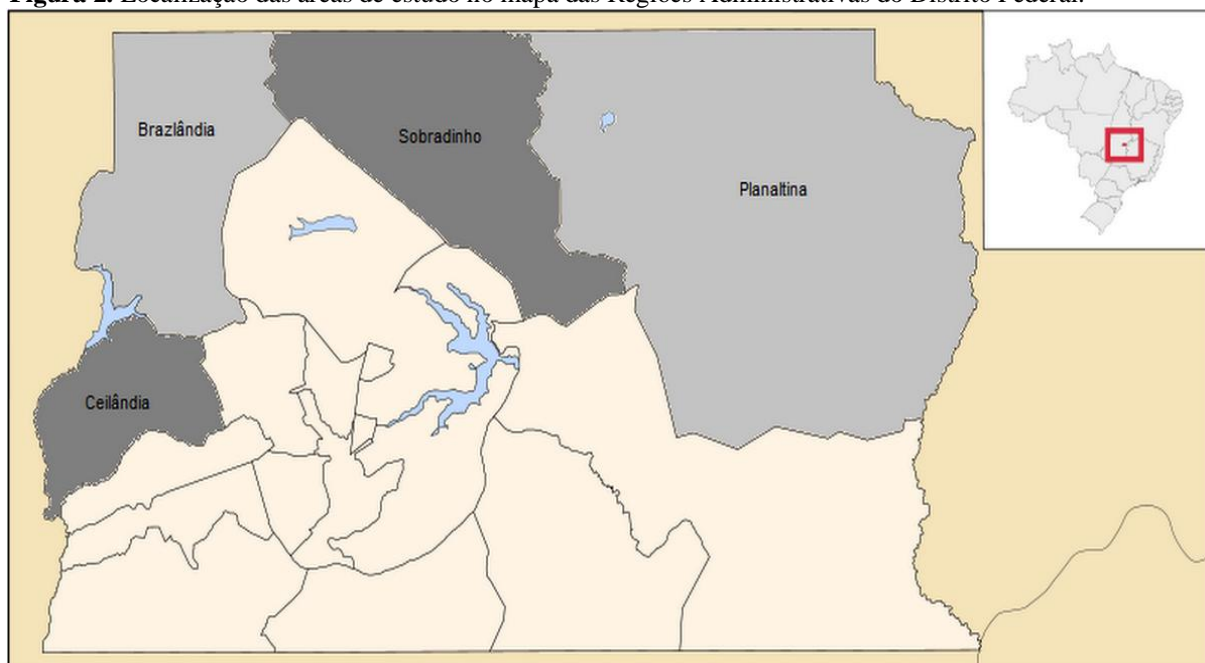
4. A ATUAL SITUAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROVE/DF

4.1. Caracterização das áreas de estudo

A pesquisa desse trabalho contou com entrevistas nas seguintes Regiões Administrativas: Sobradinho, Planaltina, Brazlândia e Ceilândia.

É de suma importância descrever, primeiramente, as características locais de cada uma dessas regiões para que se tenha a noção do que o agrário representa para cada uma dessas áreas.

Figura 2. Localização das áreas de estudo no mapa das Regiões Administrativas do Distrito Federal.



Fonte: Distrito Federal, 2013a. (Mapa modificado pelo autor)

4.1.1. O setor agropecuário do Distrito Federal: uma breve descrição

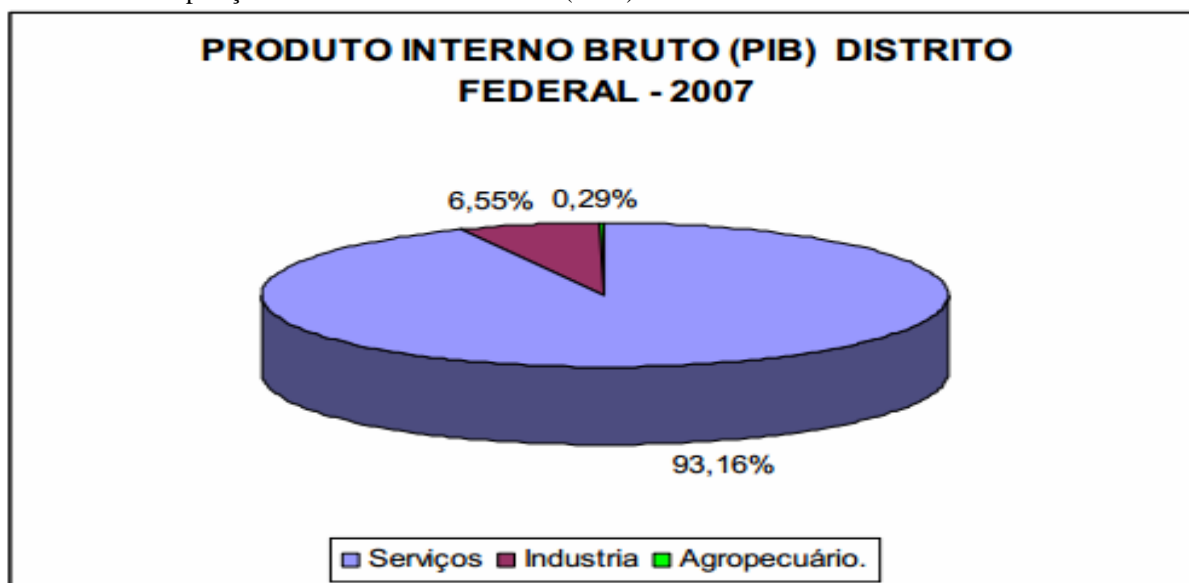
Antes mesmo de ir diretamente à caracterização das regiões supracitadas, acreditamos ser importante contextualizá-las, ainda que brevemente, no âmbito do Distrito Federal.

A transferência da capital federal para o centro do país representou uma nova e diferenciada fase para o desenvolvimento do Brasil. Buscavam-se, dentre outros fatores, a interiorização e integração do território nacional. Caracterizada por ser antes um vazio demográfico, com traços de economia de subsistência, a região passa a concentrar diversos tipos de obras necessárias à instalação da nova capital. A construção civil foi, pois, “a força

motora da economia nos anos que antecederam a transferência da Capital” (CHAVES, 2011, p. 67).

Dessa maneira, sabe-se que a própria formação de Brasília teve como um de seus preceitos o desenvolvimento de atividades tipicamente administrativas e institucionais. É por esse motivo, dentre outras razões que, segundo dados apresentados pelo governo distrital, o PIB do DF foi representado pelos seguintes setores econômicos: prestação de serviços, indústria e setor agropecuário, conforme apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 1. Composição do PIB do Distrito Federal (2007).



Fonte: Chaves, 2011, p.68.

Conforme os dados apresentados, verifica-se quão pequena é a participação do setor agropecuário, de modo que, uma outra explicação para esse fato dá-se pelo fato de o DF ser “limitado territorialmente para desenvolver de forma extensiva as atividades do setor primário” (CHAVES, 2011, p. 68).

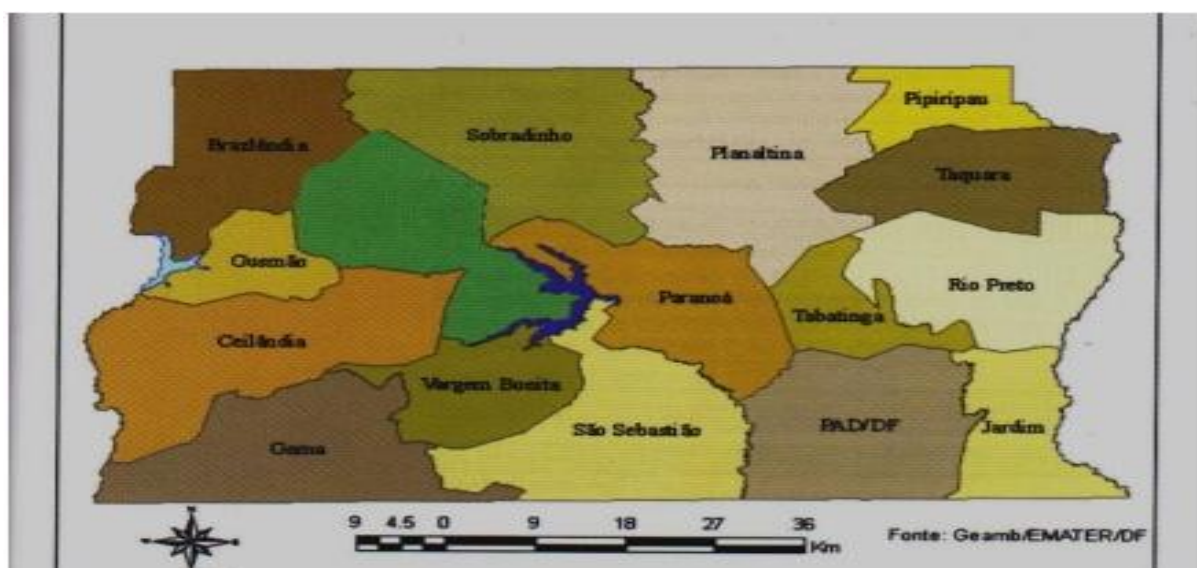
Ainda que essa participação seja pequena, não se pode deixar enganar para o fato de que, quanto aos aspectos ambientais, pode-se dizer que

A pequena participação do PIB agropecuário no PIB total do Distrito Federal não significa que problemas ambientais (potenciais o efetivos) relacionados ao setor agropecuário sejam inexistentes. Neste sentido, merecem ser destacadas a ocorrência de processo erosivos, a elevada demanda hídrica para as culturas irrigadas (maior ênfase na bacia do rio Preto), a contaminação dos recursos hídricos por defensivos e fertilizantes e a questão do desmatamento da cobertura vegetal de Cerrado provocando a perda de biodiversidade (DISTRITO FEDERAL, 2013b, p. 101)

Além disso, a participação desse setor também depende bastante da configuração fundiária em que se encontram as áreas de determinado local, de modo que a concentração fundiária existente do DF impossibilita grandes aproveitamentos das terras agricultáveis. Consequentemente, a geração de emprego nesse setor é prejudicada tendo em vista que são os pequenos e médios produtores os principais fornecedores de mão-de-obra (CHAVES, 2011). Esse mesmo autor, baseando-se em dados revelados pelo INCRA, ressalta as principais produções dos grandes produtores, a saber: carne bovina, açúcar, soja e arroz. Por sua vez, os pequenos e médios produtores destacam-se com a produção de milho, feijão, mandioca, aves, ovos e hortaliças.

Diante desse quadro, das trinta e uma RA's existentes, apenas cinco se destacam com a prática agropecuária: Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, São Sebastião e Paranoá (DISTRITO FEDERAL, 2013b). Ainda que somente essas regiões tenham na prática agrícola uma de suas principais atividades econômicas, consideram-se quinze as áreas rurais no DF, conforme ilustra o mapa.

Figura 3. Áreas rurais do Distrito Federal.



Fonte: Tavares, 2011, p. 11.

* A área de Brasília não é considerada núcleo rural.

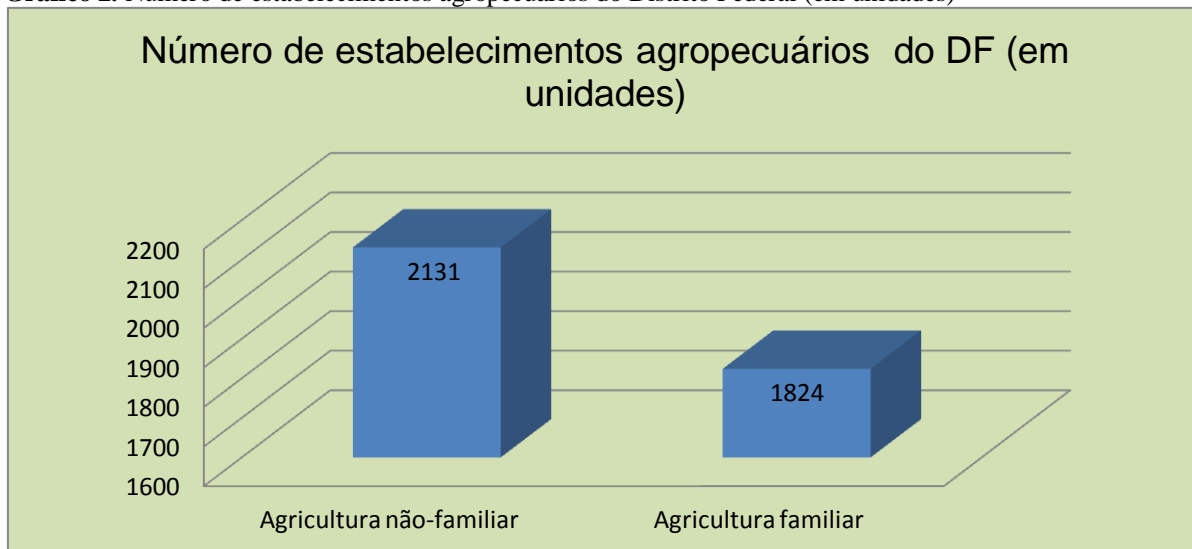
As regiões de Pipiripau, Taquara, Rio Preto e Jardim concentram o maior número de estabelecimento rural familiar (Tavares, 2010).

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, a população do Distrito Federal conta com aproximadamente 2,6 milhões de habitantes. A população urbana corresponde a 97%

desse total, enquanto a população rural, correspondendo a 3% do total, é representada por quase 88 mil indivíduos (IBGE, 2010).

No que tange, mais especificamente à agricultura familiar no Distrito federal, dados do Censo Agropecuário de 2006 aponta para um total de 3.955 estabelecimentos agropecuários no Distrito Federal, com a agricultura familiar representando 46% desse total.

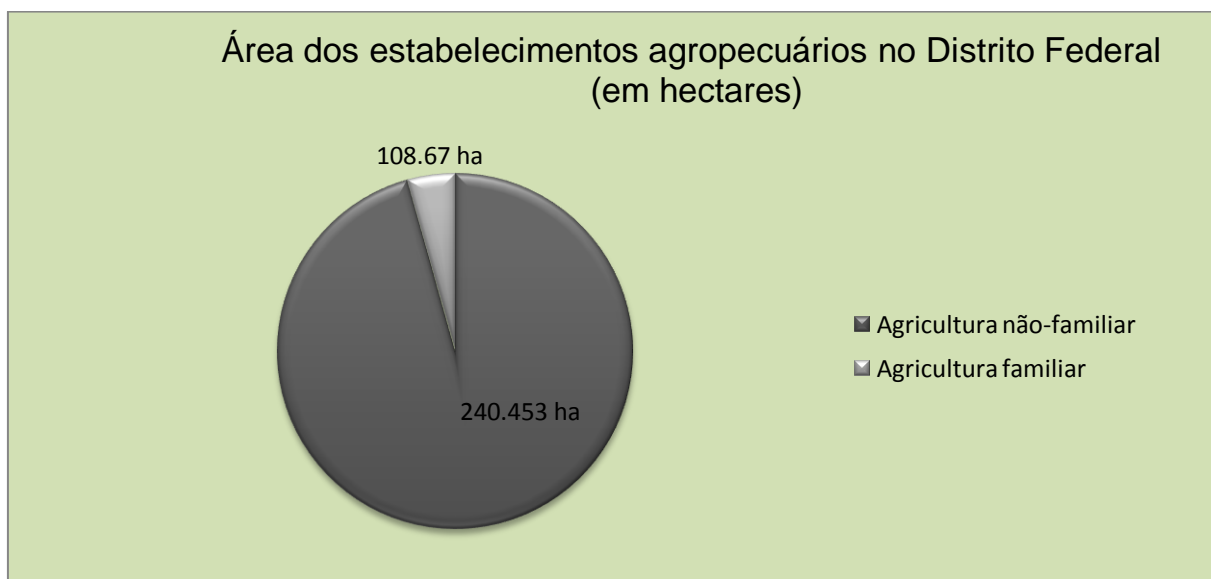
Gráfico 2. Número de estabelecimentos agropecuários do Distrito Federal (em unidades)



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Além disso, outro dado importante apontado pela pesquisa refere-se à área ocupada tanto pela agricultura familiar, quanto pela não-familiar.

Gráfico 3. Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários no Distrito Federal



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Como é possível perceber, ainda que a agricultura familiar represente mais que 45% do total de estabelecimentos rurais no DF, esta só ocupa 4% de toda a área destinada a atividades agropecuárias, o que reflete a grande concentração de terras nas mãos dos grandes empresários agricultores.

Entre as RA's do Distrito Federal, Brazlândia, Planaltina, São Sebastião e Sobradinho ganham destaque para a agricultura do tipo familiar (Distrito Federal, 2012).

Além disso, é comum entre essas famílias agricultoras, a prática da pluriatividade pois, conforme explica Del Grossi (2006),

A região rural do Distrito Federal se divide em 15 núcleos rurais, que rodeiam a área urbana da capital federal. Essa disposição geográfica possibilita uma alta pluriatividade. Devido à proximidade com as áreas urbanas, muitas pessoas incrementam a renda com atividades não-agrícolas, ou até mesmo possuem somente a renda da atividade não-agrícola, usando a área rural somente como local de residência (DEL GROSSI, 2006 apud TAVARES, 2010).

Tendo-se, pois, uma noção geral da representatividade do setor agropecuário do Distrito Federal, bem como da agricultura familiar nesse distrito, necessário se faz descrever as características locais de cada uma das regiões onde ocorreu o estudo de caso, a fim de que também se tenha a noção do que o agrário representa para essas áreas.

4.1.2. Brazlândia

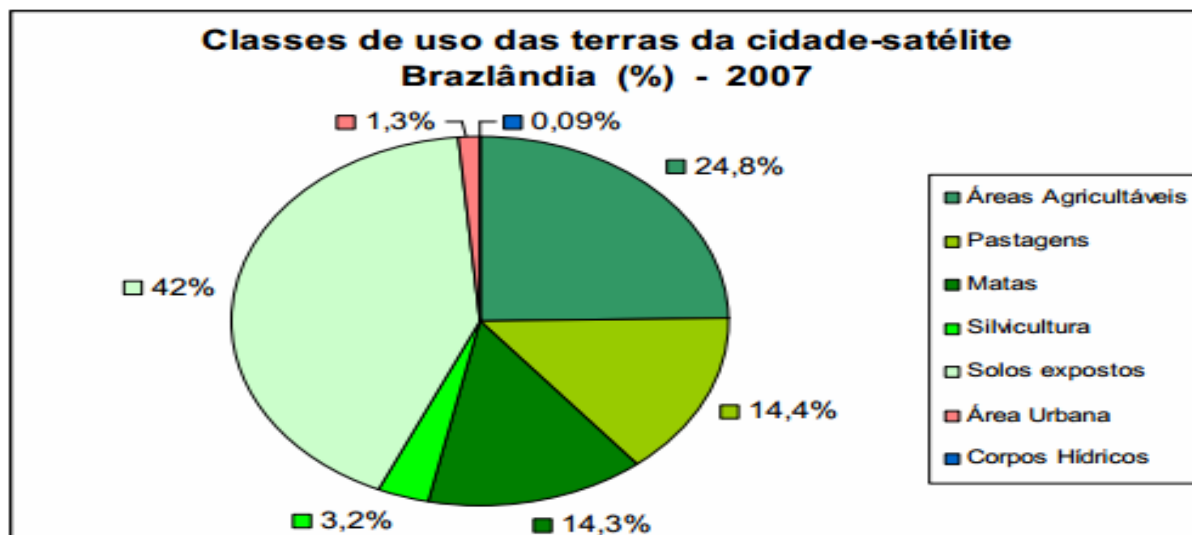
Localizada na porção noroeste do DF, Brazlândia é a Região Administrativa IV do Distrito Federal, sendo fundada em 5 de julho de 1993. Possui uma área equivalente a 474,80Km² (CODEPLAN, 2007a) e população total correspondente a 57.542 mil habitantes (IBGE, 2010)

Anterior ao processo de criação dessa região como pertencente ao DF, Brazlândia constituía-se de um povoado pertencente ao município de Luziânia, do qual foi desmembrado para se inserir no quadrilátero previsto para a construção de Brasília.

Por ser uma das regiões onde a agricultura é forte no DF, Brazlândia recebe o nome de “o lado verde de Brasília” (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, 2013). Carvalho e Lacerda (2007 apud Chaves, 2011) também corroboram essa ideia ao afirmar que nessa região predomina o cultivo de hortaliças caracterizado pela adoção de manejos de médio nível tecnológico, configurando-se, pois, como “uma das maiores produtoras de hortifrutigranjeiros do DF” (CODEPLAN, 2013a, p. 16). Além disso, dados da Emater/DF

indicam que cerca de 2,8 mil propriedades rurais produzem 34% de tudo o que é consumido no DF (Distrito Federal, 2012).

Gráfico 4. Classes de uso das terras de Brazlândia (%) – 2007

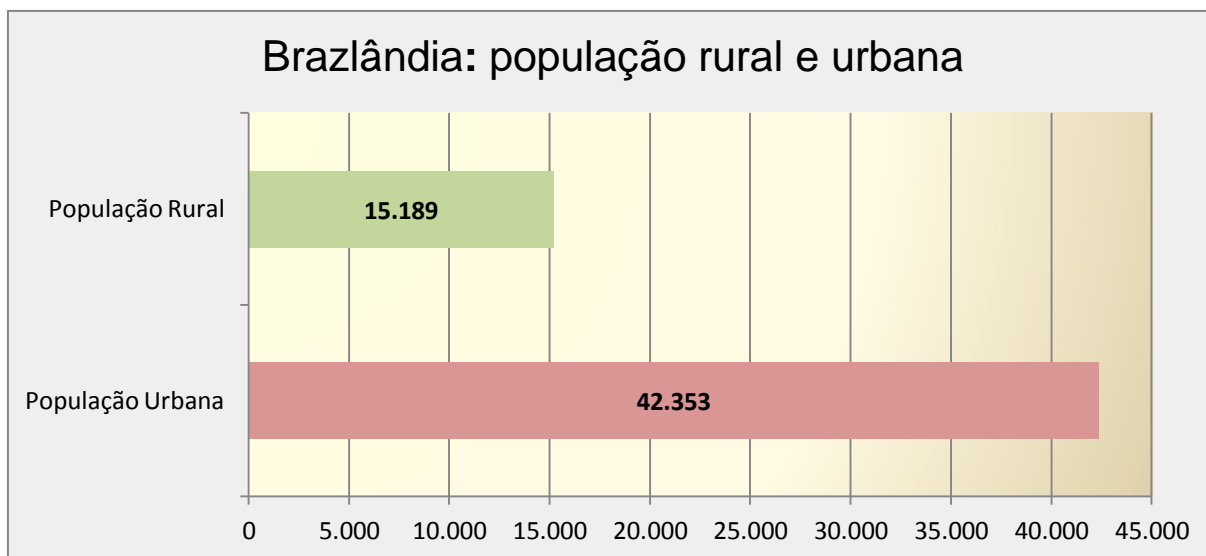


Fonte: Chaves, 2011.

Como se pode perceber pelo gráfico, as áreas destinadas a algum tipo de plantio representam quase a metade das classes de uso das terras. Entretanto, a maior representação está na presença de solos expostos. A área urbana, por sua vez, representada por 1,3% é bastante ínfima quando comparada ao total das classes de uso aí utilizadas.

Entretanto, conforme nos mostra os dados do IBGE para o Censo Demográfico de 2010, a população urbana de Brazlândia, ainda que ocupe uma área pequena concentra um grande contingente de pessoas.

Gráfico 5. População rural e urbana de Brazlândia



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Objetivamente, Chaves (2011) caracteriza as situações demográficas da região afirmando que

[...]73,6% dos habitantes vivem concentrados em apenas 1,104% da área total da RA, ou seja, 5,24 Km², numa alta densidade demográfica de 8.082,63 habitantes/Km². Os restantes 26,4% residem na zona rural, que responde por 98,896% da área total, 469,59 Km², numa densidade bastante rarefeita de 32,34 habitantes/Km² (CHAVES, 2011, p. 80).

As áreas urbanas da região são representadas pelo Setor Tradicional, Setores Norte e Sul, Vila São José e Bairro Veredas. Nas áreas rurais encontram-se os Núcleos Alexandre Gusmão, Dois Irmãos, Engenho Queimado, Desterro, Chapadinha e Barreiro (CODEPLAN, 2007a).

4.1.3. Sobradinho

Localizado na porção norte do DF, Sobradinho é a Região Administrativa V do Distrito Federal, fundada em maio de 1960 (Distrito Federal, 2012). A ocupação urbana dessa região iniciou-se em 1959 pela necessidade de alojar, principalmente, os imigrantes goianos e nordestinos.

A região compreende uma área de 569,37Km² e, além disso, apresenta-se como a única RA localizada em uma serra (ADMINISTRAÇÃO DE SOBRADINHO, 2013).

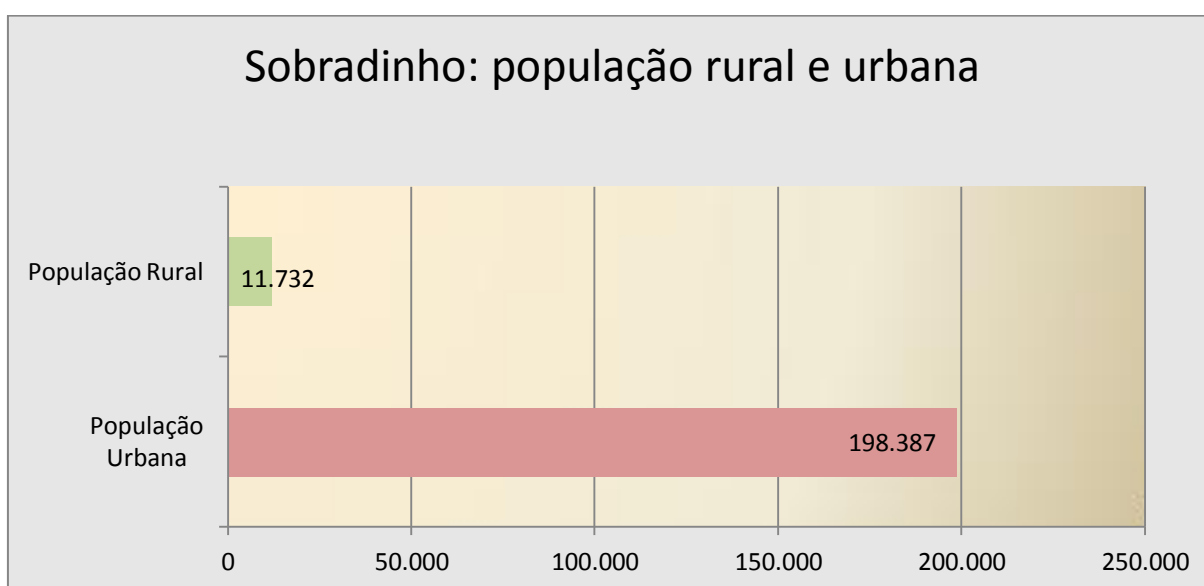
A área urbana da região é composta pelos seguintes setores: Setor Administrativo, Hoteleiro, Comercial, Central, Industrial, Esportivo, Setor de Grandes Áreas, Sobradinho II e

Novo Sobradinho. A ocupação da população urbana está muito concentrada no serviço público e no comércio.

Por sua vez, a área rural é composta pelos Núcleos Rurais Sobradinho I e II, Áreas Isoladas: Serandi, Mogi, Buraco, Paranoazinho, Córrego do Meio, Contagem e São João (CODEPLAN, 2007b).

A população correspondente total da região corresponde a 210.119 mil habitantes (IBGE, 2010).

Gráfico 6. População rural e urbana de Sobradinho.



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Do total de habitantes, apenas 6% representa a população residente em áreas rurais, que é significativamente representada por agricultores familiares (Distrito Federal, 2012).

4.1.4. Planaltina

Planaltina recebe o título da cidade mais antiga do Distrito Federal, tendo em vista que sua fundação data de 1859. Em 1960 é incorporada ao DF e, a partir desse momento, não diferente do que ocorreu em Brazlândia e nas demais regiões administrativas, houve um processo de inchaço populacional (CODEPLAN, 2013c).

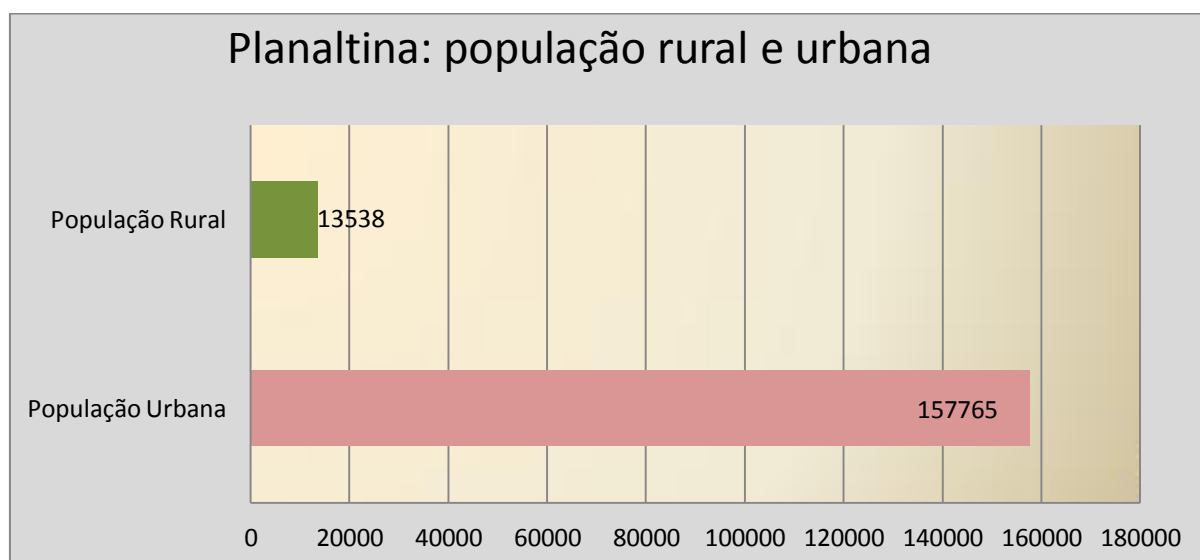
A região configurava-se como município de Goiás e, após sua integração ao quadrilátero que configuraria a nova capital, deixa a condição de município goiano e passa a funcionar como Região Administrativa do DF.

A RA VI divide-se em Setor Tradicional, Setor Residencial Norte, Setor Residencial Oeste, Vila Vicentina, estâncias e condomínios, Arapoanga, Vale do Amanhecer, além da Área Central, que abrange os setores Educacional, Hospitalar, Recreativo e Cultural. As áreas rurais, que compõem a maior parte da área de Planaltina, são compostas por Rio Preto, Taquara, Tabatinga e Pipiripau (Distrito Federal, 2012).

O setor agropecuário é o grande propulsor da economia local. “A vocação rural está presente desde a criação da cidade [...] as produções de feijão, milho, soja, trigo, café, hortaliças e frutíferas, além dos rebanhos bovino, suíno e aves movimentam a riqueza local” (Distrito Federal, 2012).

Contando com uma área de 1.534,69km², Planaltina conta com uma população total de 171.303 mil habitantes.

Gráfico 7. População rural e urbana de Planaltina



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Do total de habitantes, apenas 9% é representado pela população rural. A área urbana, por sua vez, ainda que concentrada num pequeno espaço territorial concentra mais que 90% de toda a população de Planaltina.

4.1.5. Ceilândia

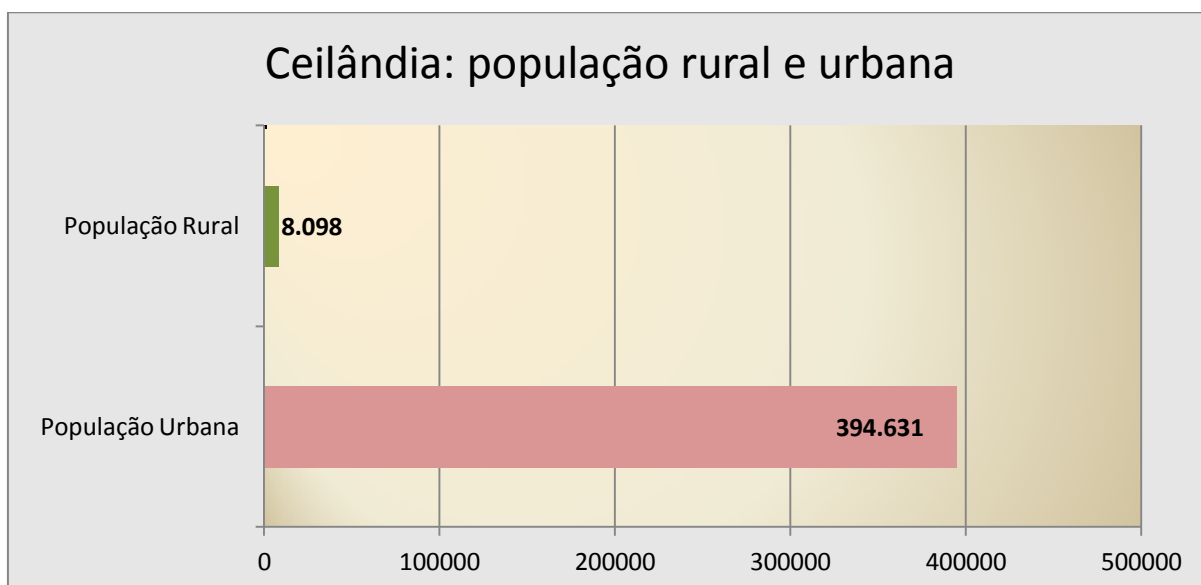
Ceilândia é a Região Administrativa IX do Distrito Federal. Sua origem está ligada à resolução de problemas de distribuição populacional (Distrito Federal, 2012). É, atualmente, a cidade que possui maior densidade urbana no Distrito Federal, possuindo taxa de crescimento

demográfico anual alta que está relacionada ao crescimento de moradias em condomínios irregulares.

A Região possui área total de cerca de 230km², que está subdividida em diversos setores: Ceilândia Centro, Ceilândia Sul, Ceilândia Norte, P Sul, P Norte, Setor O, Expansão do Setor O, QNQ, QNR, Setores de Indústria e de Materiais de Construção e parte do INCRA (área rural da Região Administrativa), Setor Privê, e condomínios que estão em fase de legalização como o Pôr do Sol e Sol Nascente (CODEPLAN, 2013b).

Segundo dados do Censo Demográfico (2010), a cidade conta com uma população de mais de 400 mil habitantes. A distribuição entre a população urbana e rural é mostrada no gráfico abaixo.

Gráfico 8. População rural e urbana de Ceilândia.



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

A população rural representa apenas 2% da população total e a economia local é voltada, essencialmente, ao setor terciário.

4.2. Caracterização geral das famílias

Apresentaremos aqui uma breve caracterização dos produtores familiares, visando vislumbrar certo conhecimento da realidade empírica local.

Os entrevistados foram, ou os proprietários da unidade, ou o cônjuge – todos estando na faixa etária entre 51 e 81 anos. Estes também declararam ser somente agricultores. As atividades típicas do campo exercidas por estes são realizadas com outra pessoa que, na maioria dos casos, ou são o cônjuge ou o filho, ou ambos. Houve somente dois casos em que o trabalho agrícola é realizado por apenas uma pessoa. Um desses casos motiva-se pelo fato de o entrevistado morar sozinho, e o outro caso motivado pelo fato de o entrevistado morar somente com seus filhos ainda na fase infantil (três e cinco anos).

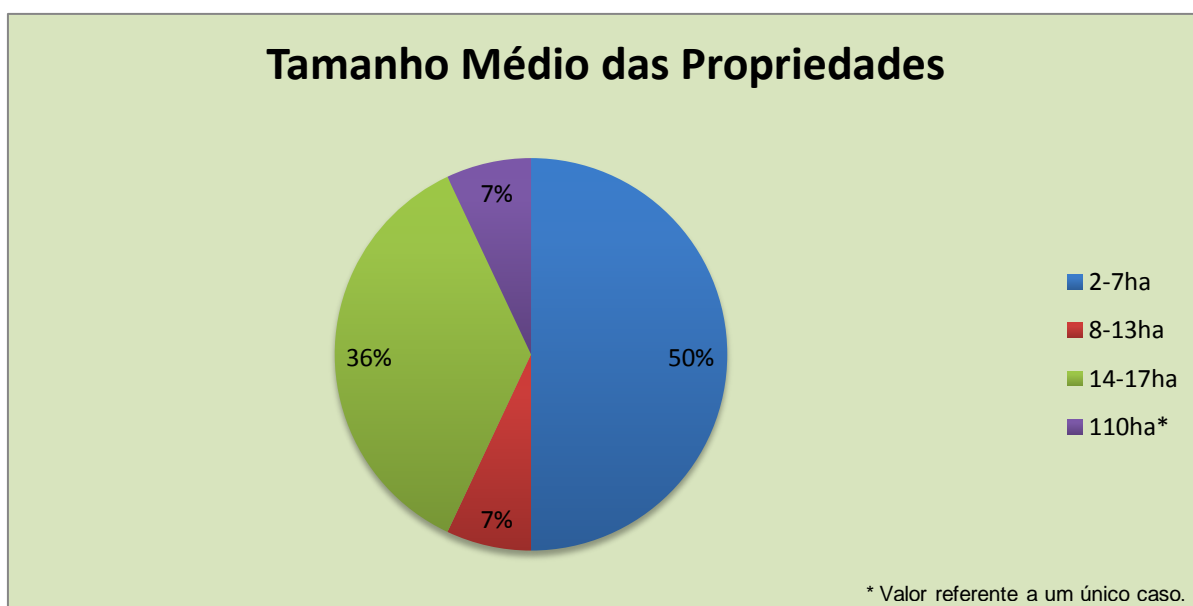
De uma maneira geral, as famílias compõem-se, em média, de 2,5 membros, sendo os valores mínimos e máximos de indivíduos, de uma a quatro pessoas, respectivamente. Na maioria dos casos, essas famílias são compostas pelo casal e por um ou, no máximo, dois filhos. Era recorrente entre os entrevistados a afirmação de os outros filhos, já casados, residirem nas cidades.

Quanto à escolaridade dos entrevistados, 86% afirmaram possuir ensino fundamental incompleto. Apenas um entrevistado declarou possuir ensino superior completo e, também, somente um disse ter ensino médio completo. Interessante destacar que a entrevistada que disse ter ensino superior é, atualmente, professora aposentada, mas que sempre escolheu viver no campo por uma opção de vida. *“Estamos aqui por opção, eu gosto da roça”* (ENTREVISTADO 12). Ainda que atualmente a fonte de renda dessa família composta pelo casal só venha de alguns produtos vendidos e da aposentadoria, percebe-se que em algum momento de sua vida, essa família era pluriativa, já que a mulher realizava os trabalhos agrícolas e atuava também como professora na cidade.

Importante que se destaque que esses números referem-se somente aos entrevistados, de forma que, dentre os membros de cada família, houve casos encontrados de analfabetismo e de pessoas que possuíam nível superior completo. No entanto, a tendência que se verificou em todas as famílias foi a de os membros adultos possuírem ensino fundamental incompleto.

Com relação ao tamanho médio das propriedades, estas possuem entre 2 e 17 hectares, havendo um único caso de uma propriedade com 110 hectares. A distribuição é ilustrada pelo gráfico abaixo.

Gráfico 9. Tamanho das propriedades do grupo entrevistado

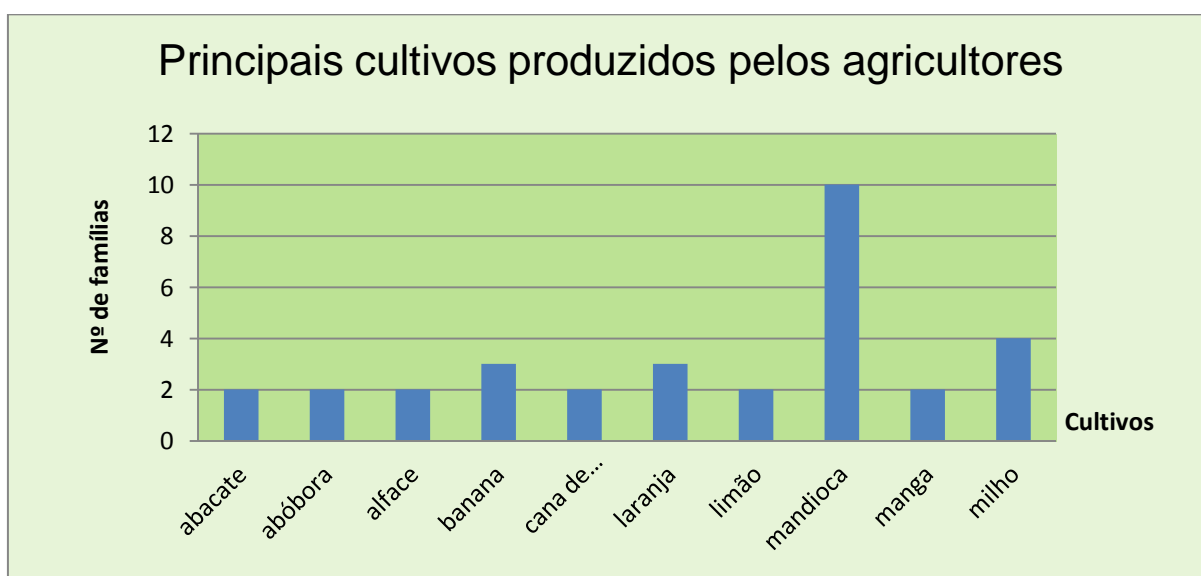


Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Do tamanho total das propriedades, constatou-se que as famílias destinam, em média, 40% de suas terras para produção agrícola. Os valores mínimos e máximos encontrados para esse quesito variou de 7% a 80% de área ocupada com a produção.²⁰

Dentre os produtos agrícolas com mais frequência entre as propriedades, destacam-se os ilustrados pelo gráfico abaixo.

Gráfico 10 - Produção agrícola das famílias.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

²⁰ Dois entrevistados disseram não saber quanto da área de suas propriedades são destinados a algum tipo de cultivo.

À exceção de duas famílias, que destinam sua produção apenas para consumo interno, todas as outras declararam vender ao menos um tipo de produto *in natura*. De uma maneira geral, pode-se perceber, dentre todas as famílias entrevistadas, que os principais cultivos destinados ao mercado são o milho e a mandioca. Ainda assim, há que se dizer que, em todas as propriedades, verificou-se uma produção bastante diversificada.

Sobre a criação de animais, verificou-se que em apenas um estabelecimento não há essa prática. O restante das propriedades diversifica-se na criação de aves, bovinos e suínos. As aves são as que aparecem com mais ocorrência e, em sua maioria, tem a função de subsistência dessas famílias. O mesmo destino tem os bovinos (com função de produção de leite para consumo interno), e suínos, ambos criados em pequena escala.

No que toca à questão da organização do trabalho dentro das propriedades em questão, a força de trabalho é essencialmente familiar. Sobre a utilização de mão-de-obra externa para ajuda nas atividades desenvolvidas na propriedade, 21% (3) das famílias declararam utilizar ao menos uma mão-de-obra externa para ajudar nos afazeres da propriedade. Dessas, apenas uma afirmou possuir mão-de-obra do tipo permanente. A do tipo temporária, por sua vez, é tida somente em épocas de plantação e/ou colheita, ou ainda quando há a necessidade de tratar a terra com a prática da capinagem, por exemplo. Todas as referidas mãos-de-obra são do tipo assalariada, não existindo a prática de troca de serviços no contexto dessas famílias.

Os motivos apresentados para quem não possui mão-de-obra externa vão desde a não necessidade à falta de condição de pagamento. “*Além de não ter como pagar, não há gente para trabalhar*” (ENTREVISTADO 3). A dificuldade em encontrar alguém para realizar esse tipo de atividade está tanto no baixo salário oferecido, quanto na própria ausência de demanda. Outro fator importante apresentado pelo mesmo entrevistado é que, pelo fato de o governo ajudar a vizinhança com bolsas e auxílios, muitas pessoas não sentem interesse em trabalhar com esse tipo de atividade.

Tendo-se, pois, a noção das características que compõem o grupo entrevistado, passemos para a percepção que este grupo tem acerca do programa do qual foi beneficiário.

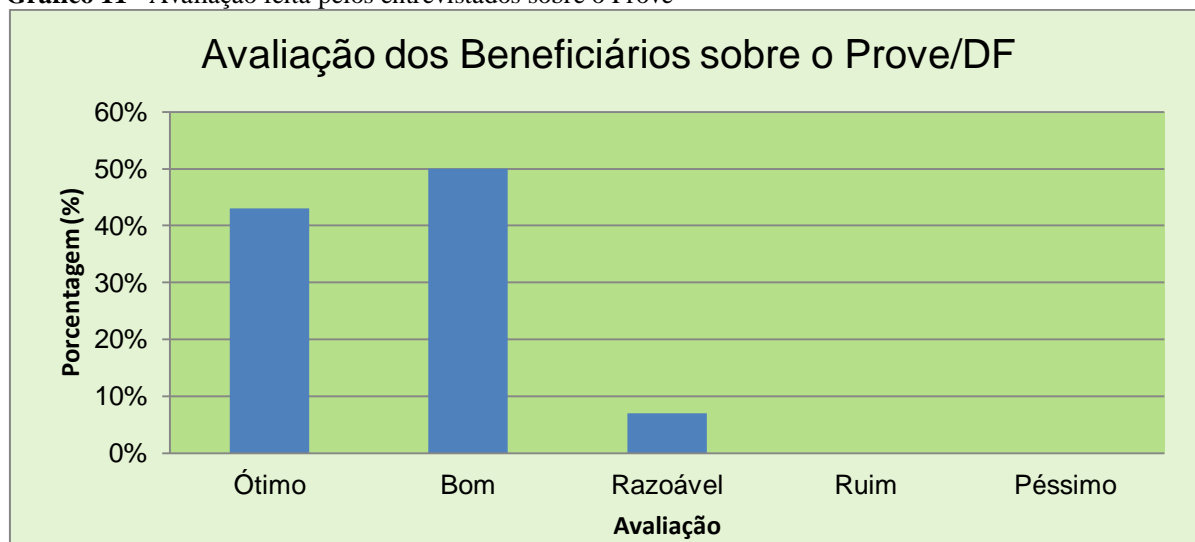
4.3. A percepção dos envolvidos sobre o programa

Nesse tópico buscaremos apresentar como os entrevistados avaliam o programa do qual foram beneficiários. O intuito dessa análise está em subsidiar as novas formas de intervenção que o governo possa fazer no contexto dessas famílias. Sabendo-se, dos próprios

agricultores, como é sua avaliação acerca de um programa, é dado a esses uma participação mais democrática e ativa.

O gráfico abaixo mostra a avaliação dos entrevistados sobre o Prove.

Gráfico 11 - Avaliação feita pelos entrevistados sobre o Prove



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Ao serem indagados sobre a forma que o programa ajudava, as respostas giravam em torno dos seguintes fatores: i) facilidade no escoamento/comercialização; ii) presença recorrente da assistência técnica - através de cursos de profissionalização - o que, para os agricultores foi um ótimo ponto, já que tal fato proporcionava o aumento da aprendizagem; iii) benefícios financeiros (empréstimos); iv) renda fixa tida através da agroindústria.

À exceção de um caso²¹, todos os entrevistados avaliaram o programa de forma positiva. *"Era um programa que viabilizava a melhor condição de vida do produtor [...] Um dos melhores programas de governo que vi em Brasília [...] com o fim do governo, o PROVE foi estrangulado"* (ENTREVISTADO 12). *"Enquanto durou foi muito bom. Foi o melhor programa que já teve aqui. Quem soube trabalhar ganhou dinheiro"* (ENTREVISTADO 14).

No que concerne aos benefícios financeiros, foi unânime a resposta de facilidade na aquisição do empréstimo. Ressalta-se sobre esse fator, o tempo viável para pagamento que era concedido, os juros baixos e, em alguns casos, os subsídios iniciais. *"Pra mim o programa foi*

²¹ O referido caso foi um problema específico de falha na assistência técnica. O entrevistado afirma ter perdido muito de sua produção por conta de um remédio errado que os técnicos passaram para tratar de várias galinhas que estavam doentes. *"As galinhas estavam adoecendo. Me passaram um remédio que não era o certo. Perdi muito"* (ENTREVISTADO 7). O entrevistado trabalhava com a venda de ovos de galinha caipira.

ótimo. Fiz o empréstimo, consegui fazer o que queria e consegui pagar tranquila por causa do prazo que deram" (ENTREVISTADO 10).

Também foi perguntado se os beneficiários encontraram algum problema à época do programa: 50% disseram que não encontraram nenhum problema, a outra metade deu respostas diversas sobre as dificuldades encontradas. A Entrevistada 5, por exemplo, disse que só encontrou problema ao final do programa, pois teve que receber de volta todos os frangos que tinha deixado no mercado. Tal fato foi evidenciado pela maioria dos agricultores ao dizerem que, após a posse do governo subsequente ao Prove, todos os produtos que ainda estava nas gôndolas dos supermercados foram devolvidos às famílias.

Outro problema encontrado era em relação à quantidade de visitas recebidas na propriedade. *"As visitas eram tantas que até atrapalhavam o serviço. No começo foi difícil e quando começou a melhorar o governo tirou"* (ENTREVISTADO 6). Tal problema devia-se ao fato de inúmeras pessoas (curiosos e estudiosos) visitarem as propriedades a fim de conhecer melhor as propostas do programa. *"Vinha visita aqui de tudo quanto é parte, até japoneses vieram aqui conhecer a agroindústria"* (ENTREVISTADO 11). Há de se ressaltar que, tendo o Prove sido pioneiro como programa de verticalização agrícola familiar, muitas instituições iam a campo ver a prática do programa. Isso viabilizou, até mesmo, a implantação de programas semelhantes em outros estados e até mesmo em outros países.

Outro problema relatado estava na própria dificuldade de venda dos produtos, em especial do ovo caipira. Essa situação foi relatada por praticamente todas as agroindústrias que vendiam ovos. *"A venda era complicada, pois as pessoas não queriam pagar o preço que o ovo valia"* (ENTREVISTADO 10). Segundo o entrevistado, os consumidores preferiam comprar os ovos de granja pelo fato de serem mais baratos. Sobre essa situação verifica-se a falha do programa em não ter viabilizado um estudo no mercado consumidor para saber as preferências, ou mesmo necessidade de certos produtos no mercado.

Outro entrave apresentado foi em relação à falta de capital inicial para poder fazer girar a produção. Tal fato foi evidenciado pelo Entrevistado 1 e pelo Entrevistado 11. Para estes, era necessário que houvesse um subsídio inicial destinado à compra de insumos.

Ainda que os entrevistados reconheçam alguns limitantes para uma eficácia plena do programa, ao serem indagados sobre a possibilidade de serem novamente beneficiários de um programa como o Prove, 64% (9) responderam que sim, 22% (3) responderam que não e 14% (2) não souberam responder. Entre os que responderam positivamente, o motivo de querer participar de novo foi apresentado como uma nova oportunidade e aumento da renda. Já os

motivos apresentados entre aqueles que disseram não querer participar novamente foram, majoritariamente, a idade avançada (cansaço) *“Não tenho mais saúde pra tudo isso”* (ENTREVISTADO 9).

Dado a experiência que todos tiveram com um programa que priorizava a verticalização da produção, procurou-se saber como eles avaliam produtos que são beneficiados através da agroindústria. Todos avaliaram de forma positiva e apontaram para os seguintes fatores: i) Aumento da renda; ii) Reconhecimento no mercado através do registro; iii) Maior credibilidade *“Quando temos o selo de qualidade fica mais fácil pra vender. Hoje em dia o mercado exige muito”* (ENTREVISTADO 14); iv) Maior facilidade em vender, uma vez que o produto *in natura* tem que estar visualmente bonito para o consumidor.

Por fim, procurou-se saber como ficaram as vidas dessas pessoas após o fim do programa. Metade dos entrevistados disse que as condições posteriores mantiveram-se, basicamente, iguais. *“Não melhorou, nem piorou, Continuamos produzindo outros produtos”* (ENTREVISTADO 1). Em contrapartida, outros 43% afirmaram que a vida piorou e somente uma pessoa disse que sua vida mudou pra melhor, pois hoje recebe uma pensão.

Tendo-se pois conhecido percepção que os entrevistados tiveram sobre o Prove, passaremos para a análise da atual situação em que se encontram.

4.4. A realidade dos agricultores no contexto pós-Prove

Aqui, buscaremos saber as principais mudanças que ocorreram no contexto dessas famílias, bem como essas passaram a atuar na ausência de um programa que lhes concediam apoio na produção, processamento e comercialização de produtos beneficiados.

Uma das primeiras mudanças que se pode perceber no atual contexto dessas famílias foi em relação à sua composição. Como pode ser visto no tópico sobre a caracterização geral das famílias, estas compõem-se, em média, de 2,5 membros. Os entrevistados declararam que na época do programa, as famílias eram compostas por mais membros, uma vez que era necessária mais ajuda nas tarefas das agroindústrias. O Entrevistado 7, por exemplo, afirmou que durante o programa trabalhava o casal e mais cinco filhos. Situação semelhante aconteceu com o Entrevistado 3 e o Entrevistado 5. Ambos afirmaram ter a ajuda de quatro e de três filhos, respectivamente. Havia também casos em que era empregada mão-de-obra externa, como são os casos afirmados pelo Entrevistado 11, que possuía uma mão de obra do tipo permanente, e o Entrevistado 12, que possuía empregados do tipo permanente e temporário.

Outra importante constatação feita foi sobre a atual situação de funcionamento das agroindústrias, tendo em vista que uma das hipóteses aqui trabalhadas aponta para o fato de que, após o fim do programa, grande parte dessas foi fechada. A tabela abaixo expõe a nova realidade.

Tabela 10. Situação das agroindústrias no atual contexto.

Situação das agroindústrias	Quantidade
Em funcionamento	5 (36%)
Desativadas	9 (64%)
TOTAL	14 (100%)

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Conforme pode ser visto, mais de 60% das agroindústrias foram desativadas. O tempo de fechamento dessas após o término do programa variou, caso a caso. Mas, em sua maioria, aconteceu logo que pararam de receber o apoio. Os motivos apresentados para tal fato referem-se, essencialmente, a ausência de retorno que os agricultores passaram a ter. *“Depois que o Prove acabou, o mercado ficou pouco. Não compensava mais [...] Tinha dado toda a oportunidade pra gente e depois foi tirada”* (ENTREVISTADO 9).

Para muitas famílias, outro limitante de continuidade com a agroindústria refere-se à falta de transporte próprio. *“Parei porque não tinha como entregar. Não dava pra sair de ônibus com um balde de ovo de codorna”* (ENTREVISTADO 6). Embora não tão recorrente entre o grupo entrevistado, havia casos em que os próprios dirigentes do programa iam até as propriedades buscar os produtos processados para levá-los até aos supermercados.

Outro ponto importante trabalhado refere-se a um comparativo sobre os principais cultivos que as famílias passaram destinar ao mercado. A tabela abaixo ilustra bem essa situação.

Tabela 11. Comparativo sobre os produtos destinados ao mercado na época do Prove e atualmente.

	Principais produtos/cultivos destinados ao mercado	
	Na época do Prove	Atualmente
Família 1	Melado e rapadura	Leite e derivados, milho e mandioca
Família 2*	Doces de frutas	Doce de frutas e queijo

Família 3	Frango caipirão abatido	Mandioca
Família 4*	Frango abatido	Biscoitos (petas) e mandioca
Família 5	Frango abatido	Mandioca e ovos de galinha
Família 6	Conserva de ovos de codorna	Mandioca
Família 7	Ovos de galinha caipira	Vagem e galinha caipira viva
Família 8 *	Rapadura	Rapadura
Família 9	Biscoito e bolo	Milho e Mandioca
Família 10	Ovos de galinha caipira	Atimóia e abacate
Família 11*	Bolos, biscoitos e pralinê de amendoim	Bolos, biscoitos e pralinê de amendoim
Família 12**	Geléias, compota, doces	Geléias, compota, doces
Família 13*	Temperos	Temperos
Família 14	Doces de frutas	Mandioca e frutas (banana, goiaba, laranja)

*Agroindústrias ainda em funcionamento

**Agroindústria não funciona há um mês, mas o principal produto destinado ao mercado continua o mesmo porque ainda há estoque. Futuramente, a família pensa em não mais comercializar nenhum tipo de produto.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Conforme pode ser visto, é fato que, dentre aquelas que continuaram com a agroindústria, o produto destinado ao mercado continua o mesmo e, em algumas situações, houve o incremento de mais um produto (como no caso da Família 2). Em apenas um caso foi possível perceber a mudança de beneficiamento do produto entre as épocas em questão. A Família 4, que na época do Prove vendia frango abatido, passou a destinar a finalidade de sua agroindústria para o processamento de biscoitos. O motivo apresentado para a mudança estava na maior rentabilidade que a família enxergou na produção dos biscoitos.

No que concerne à comercialização dos produtos, é fato relatado entre todos os entrevistados que, à época do programa, esta era facilitada pelos pontos fixos de venda que estes tinham acesso (tais como a SAB, Quiosques do Produtor, Ceasa).

Atualmente, em todos os casos, as famílias passaram a vender seus produtos nas feiras mais próximas ao local que residem. Observou-se que a Torre Digital, localizada em

Sobradinho, também tem sido um importante ponto de venda tanto para os que nessa cidade reside, quanto para os que vivem em Planaltina. O mesmo acontece com a Feira do Produtor, em Ceilândia, que é utilizada tanto pelos que na cidade mora, quanto por algumas famílias de Brazlândia.

É recorrente, também, além da venda nas feiras locais de cada cidade, a própria venda para atravessadores. Houve um único caso em que uma família disse que, esporadicamente, a Emater busca seus produtos para venda em exposições.

No geral, as vendas são feitas aos finais de semana e é o próprio agricultor quem leva, havendo ainda alguns casos em que os filhos (que não mais moram com os pais) vão buscar os produtos para venda nas feiras. Outra alternativa buscada para quem não possui nenhuma dessas opções é o pagamento de frete.

Ainda que todas as famílias tenham algum ponto de venda na comercialização, é fato recorrente entre estas que há pouca opção de mercado. Além disso, a infraestrutura precária das estradas contribui para a perda da produção. *“Chega tudo amassado. O pessoal acaba não querendo comprar”* (ENTREVISTADO 10). Essa é uma reclamação constante, principalmente nas famílias que residem em Sobradinho.

Para as famílias que ainda possuem a agroindústria foi perguntando quanto a mais conseguem obter industrializando sua produção. A maioria não soube responder o valor ao certo, mas disseram saber que vale mais. A Entrevistada 2, que industrializa frutas para fazer doces, disse conseguir obter quatro vezes mais o valor. *“Utilizo 36 figos pra fazer um pote de doce, que custa 12 reais. Se eu vendesse os mesmos figos, obteria uns 3 reais”*. Esse mesmo público, ao ser indagado se encontra melhoria de vida através da agroindústria, foi unânime a resposta positiva. Todos levaram em consideração o fato de conseguirem uma renda a mais para o sustento da família. E, ao serem questionados sobre a viabilidade de trabalhar, exclusivamente, com a plantação, colheita e comercialização dos produtos *in natura*, à exceção de um entrevistado, todos os outros responderam achar que não é viável esse tipo de trabalho para eles. *“Eu teria mais prejuízo. É complicado vender as hortaliças porque elas devem estar muito bem aparentadas”* (ENTREVISTADO 13). Além disso, apontaram para o fato de que, caso optasse por esse tipo exclusivo de trabalho, teriam que *“pagar alguém pra ajudar e isso não compensaria”* (ENTREVISTADO 8). O único caso em que se reconheceu ser viável trabalhar somente com a comercialização dos produtos *in natura* afirma que seria possível, contudo, *“seria bem mais difícil. A agricultura é temporária. A agroindústria ajuda a complementar”* (ENTREVISTADO 4).

Sabe-se, contudo, que essa é a situação vivenciada pela maioria das famílias entrevistadas. Em relação às que não mais possuem a agroindústria, verificou-se que todas as famílias buscaram destinar ao mercado, após o fim do programa, produtos sem qualquer tipo de beneficiamento²².

Com relação à diversificação da fonte de renda dessas famílias (total de 9 famílias), observou-se que apenas uma destas é pluriativa. Nessa família, composta por três membros, o filho, além de exercer atividades agrícolas na propriedade juntamente com sua mãe, também trabalha como ajudante numa fábrica de cimento. Tal ocorrência é explicada pela mãe pelo fato de a renda proveniente da venda dos produtos agrícolas não ser suficiente para o sustento da família. *“A renda só dá chácara não dá pra gente”* (ENTREVISTADO 6).

Considerando-se, também, que é pluriativa a família em que pelo menos um dos membros que a integra exerce a combinação de atividades agrícolas, para-agrícolas e/ou não-agrícolas (Schneider, 2009), há de se falar que todas as famílias que possuem a agroindústria são pluriativas, uma vez que, segundo o mesmo autor, as atividades desempenhadas na agroindústria constituem-se em para-agrícolas. Em suma, no universo de famílias agricultoras dessa pesquisa, constatou-se que a pluriatividade está presente em 43% destas.²³

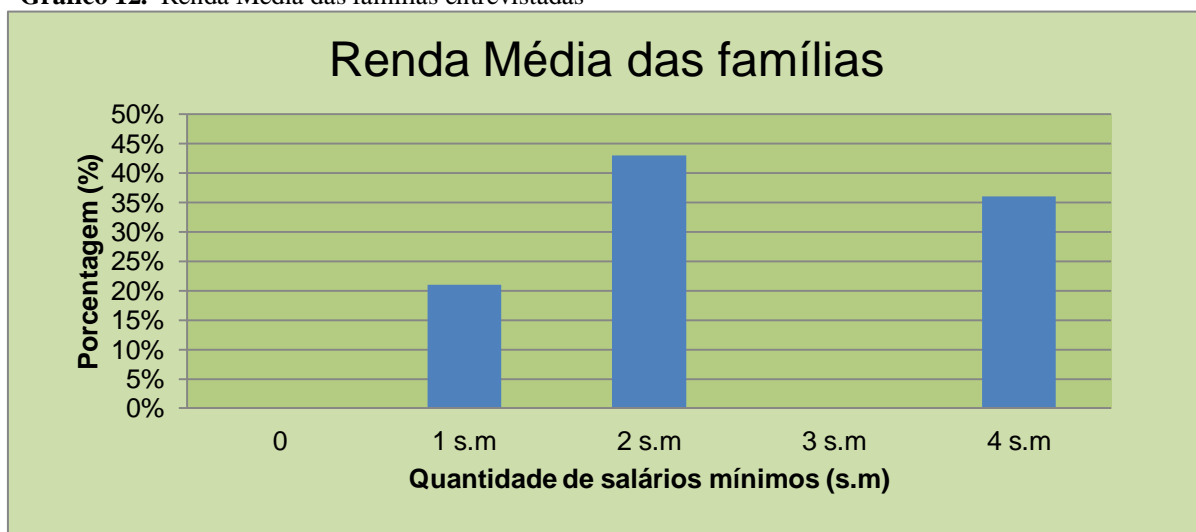
Há ainda que se falar, também, que foram encontrados casos (21%) em que alguns membros (em geral, os filhos) exerciam atividades não-agrícolas nas cidades, contudo, tal ocorrência não se configurou como pluriatividade dado o fato de que esses indivíduos não realizavam atividades agrícolas, mas tão somente as não-agrícolas.

Sobre a fonte de renda de todas as famílias entrevistadas, 36% (ou 5 pessoas) recebem quatro salários mínimos, 43% (ou 6 pessoas) recebem dois salários mínimos e 21% (ou 3 pessoas) recebem até um salário mínimo.

²² Com exceção da Família 1, que além da venda da mandioca e do milho, tem no queijo uma importante fonte de renda. O processamento desse alimento é feito na própria cozinha da casa, já que a agroindústria não funciona desde o fim do Prove.

²³ Soma entre as famílias que possuem a agroindústria com a família que, mesmo não possuindo a agroindústria, compõe-se de um membro que combina a atividade agrícola com uma não-agrícola.

Gráfico 12. Renda Média das famílias entrevistadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Sobre esses resultados, verificou-se uma tendência: todas as famílias que declararam receber de dois a quatro salários mínimos recebem proventos em aposentadoria ou, em alguns casos, recebem pensão. Os que recebem até um salário mínimo têm sua fonte de renda ligada, exclusivamente, à produção agrícola.

Ao serem indagados sobre a possibilidade de trabalhar fora (nas cidades), todos os entrevistados disseram não querer exercer outra profissão senão a de agricultor. Os motivos apresentados referem-se, basicamente, a três fatores:

1º) O gosto pela vida em morar e trabalhar no campo, também ligado à questão da tranquilidade e do sentimento de identidade e pertencimento. *“Prefiro [trabalhar] só no campo. Aqui eu to dentro d’água. Sou agricultor nato. Não tive interesse em aprender nenhuma outra profissão”* (ENTREVISTADO 9).

2º) Idade avançada. *“A luta lá [na cidade] é muita e já estou de idade”* (ENTREVISTADO 13). Em contrapartida à idéia apresentada, o Entrevistado 2 afirma que preferiria trabalhar na cidade por conta do serviço ser mais fácil. *“Serviço na roça é complicado demais”*. Entretanto, enxerga essa possibilidade somente se fosse mais jovem.

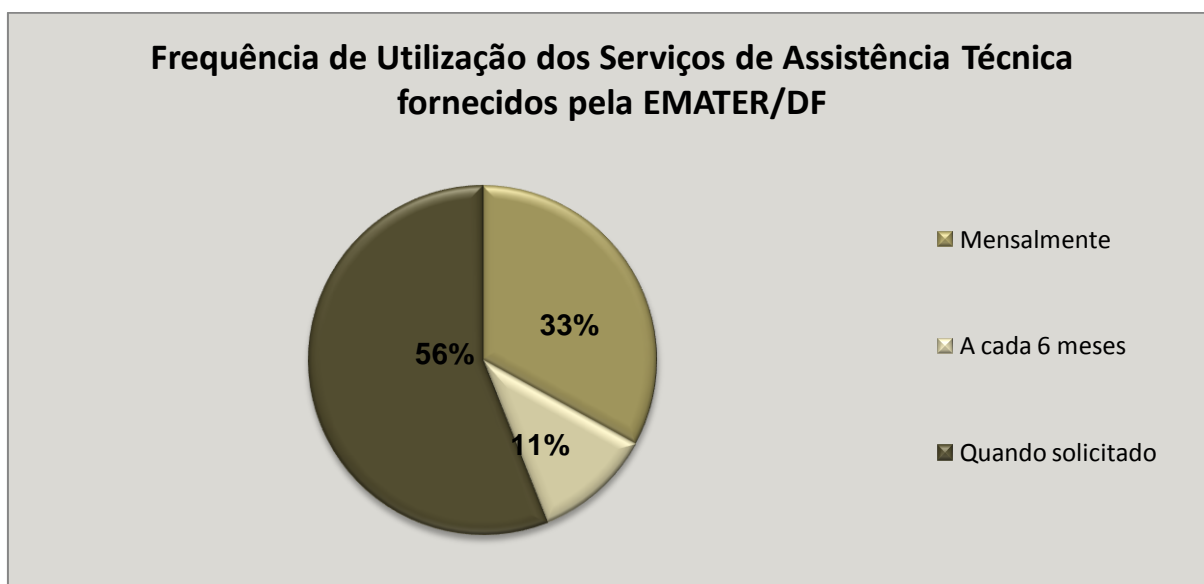
3º) Falta de perspectiva relacionada ao melhoramento de vida caso trabalhasse fora. *“O salário que eu conseguiria lá eu tenho aqui. Lá eu trabalharia de doméstica”* (ENTREVISTADO 4).

Com relação aos apoios governamentais que atualmente recebem, 64% (9) das famílias afirmaram receber algum tipo de apoio sendo, em todos os casos, o do tipo técnico,

realizado pela Emater/DF²⁴. Ainda assim, dessas famílias, apenas uma declarou receber apoio social do governo, recebendo pão e leite e uma quantia de R\$ 300 reais por mês.

À frequência de utilização dos serviços técnicos oferecidos pela Emater/DF, têm-se as seguintes ocorrências:

Gráfico 13. Frequência de utilização dos serviços da Emater.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Entre os entrevistados foi unânime a resposta positiva quanto ao reconhecimento do papel da Emater como órgão relevante no auxílio do desenvolvimento local. As principais assistências, segundo os entrevistados, dão-se nas formas de curso técnico, orientações, visitas de monitoramento, auxílios na aplicação de algum tipo de remédio em plantas ou animais e até mesmo apoio moral, conforme apresentado pelos Entrevistados 3 e 11. *“Se não fosse a Emater, eu não estaria mais nessa [referindo-se à continuidade com a agroindústria], pois eles me incentivam a não parar”* (ENTREVISTADO 11).

Em relação aos que afirmaram não receber nenhum tipo de apoio, o que corresponde a 36% (ou 5 pessoas), 22% disseram que gostariam de receber apoio do tipo técnico, enquanto apenas 7% disseram querer receber apoio do tipo financeiro. Dos que preferiram receber apoio técnico, muitos afirmaram que não querem mais receber apoio financeiro do governo ou por conta da responsabilidade que se adquire com esse tipo de compromisso, ou porque seria incapaz de poder pagar devido a atual condição financeira não permitir pagamento posterior.

²⁴ Destas, apenas uma declarou receber apoio técnico também da Sebrae.

Segundo o Entrevistado 12, que preferiu não responder sobre que tipo de apoio gostaria de receber afirmou que “*A gente responde essa pergunta a vida inteira e nunca vê resultado*”.

Dado a importância que as famílias deram ao apoio da Emater, essas ainda afirmam haver muitas dificuldades e limitações no dia-a-dia de agricultor.

Sobre os principais entraves, as famílias apresentaram os seguintes fatores:

a) A principal dificuldade está no escoamento da produção, sendo a falta de mercado definido como um grande entrave na comercialização;

b) A precária infraestrutura das estradas²⁵ impõe certas limitações quanto ao escoamento dos produtos daquelas propriedades localizadas distantes de estradas pavimentadas, havendo muita perda da produção;

c) Ausência de mão de obra para auxiliar nos afazeres;

d) Falta de apoio governamental para poder crescer;

e) Falta de segurança.

Como possíveis soluções para tais problemas, os próprios agricultores sugeriram: a ação do governo para melhoramento das estradas, como tapamento dos buracos a ser feito com cascalho, por exemplo; a abertura de novos mercados; maior acesso à CEASA e, por fim, a maior atuação da polícia nas localidades. Sobre a falta de mercado, uma das possibilidades vistas pelos próprios agricultores seria “*mais ajuda do governo comprando nossos produtos para as escolas, creches e restaurantes comunitários*” (ENTREVISTADO 10).

Pode-se perceber que, ainda que as famílias analisadas residam em diferentes localidades, é similar a situação compartilhada por todas. Buscou-se analisar aqui a atual situação dos beneficiários, quinze anos após o término do Prove para se ter conhecimento dos impactos que o programa causou na vida dessas pessoas. Como pode ser visto, há ainda hoje, famílias que possuem a agroindústria e realizam a prática da verticalização agrícola. Como apontada por estas, tal prática permite que estas consigam obter uma renda maior para sustentar sua família e garantir sua reprodução social. Deve-se considerar, portanto, que a situação vivenciada por estas famílias refletem, ainda hoje, as ações propostas pelo Prove entre os anos 1995 e 1998.

Entretanto, viu-se que, como já apontado entre uma das hipóteses, que a maior parte das famílias abandonou o processo de verticalização, uma vez que não estavam mais amparadas pela assistência técnica, financeira e de comercialização. Nesse quesito, foi

²⁵ A questão da pouca infraestrutura nas estradas foi relatada pelas famílias residentes em Sobradinho, Brazlândia e Planaltina.

unânime que, após o fim do programa, não havia mais retorno da produção realizada nas agroindústrias.

Em relação às famílias que abandonaram a prática da verticalização, esperou-se encontrar outras formas de atividades não-agrícolas atuando no atual contexto, tais como a realização de atividades ligada ao comércio ou à indústria próximas às residências dessas pessoas. Acreditou-se que tais práticas seriam, na verdade, uma forma de suprir a falta de alternativas de renda que estes tinham com a agroindústria. Entretanto, evidenciou que tal fato não ocorreu, à exceção de uma família. Uma das razões que se pode especular sobre a tendência da não ocorrência dessa prática é de que as famílias, compostas, em geral, por casais já idosos, não optam por outras atividades tendo em vista já apresentarem declínio da força produtiva. Além disso, ressalta-se que mais de 80% dos entrevistados, que eram os chefes de família ou o cônjuge já recebiam aposentadoria, ou seja, passaram a ter uma renda a mais.

A proposta desse capítulo, além de ter tido como foco principal os efeitos de uma política pública de verticalização na vida dos agricultores familiares, teve também, como ideia subjacente, analisar a necessidade de continuidade ou não de uma política de agroindústrias familiares.

4.5. Análise dos impactos do Prove na produção agrícola e no desenvolvimento rural

Com relação aos impactos do programa na produção agrícola, observou-se, através do estudo de caso que, quando do funcionamento do programa, a produção era em maiores escalas, uma vez que os agricultores sabiam que teriam onde vender seus produtos (supermercados, Ceasa). Em contrapartida, ao fim do programa, mesmo aquelas famílias que afirmaram ainda possuir a agroindústria, verificou-se a produção agrícola foi mais contida, pois os agricultores tiveram que se adaptar à nova realidade de poucos pontos de venda e passaram a produzir somente a quantia que sabem que vão conseguir vender.

Atualmente, ainda que se saiba que são poucas as agroindústrias provenientes do Prove que estão em funcionamento, percebe-se que as famílias valorizam muito esse tipo de empreendimento, tendo em vista que se sentem mais seguras quanto às vendas no mercado, além de conseguir aumento na renda através da verticalização do produto.

Tendo em vista a complexidade de fatores que compõem a proposta de desenvolvimento rural, mas que tal proposta contempla, essencialmente, a melhoria das condições de vida das populações rurais, vê-se que o Prove atuou como subsidiário dessa proposta ao propor a inclusão dos agricultores marginalizados do processo produtivo, uma vez que, ainda que as ações do programa estivessem ligadas a transformação e aumento da produção agrícola, eram subjacentes a essas ideias a noção de inclusão social e melhoria de vida dos produtores excluídos.

A complexidade do desenvolvimento rural está na própria heterogeneidade de situações encontradas no território brasileiro que, caso a caso, deve ser analisada e proposta medidas diferenciadas para cada contexto.

Uma vez que por melhoria das condições de vida das populações rurais considera-se, também, a diminuição do desemprego, pode-se dizer que o Prove conseguiu atuar de forma positiva nesse quesito já que, em média, conseguiu gerar 238 empregos (Azevedo et al., 2005).

No que tange, mais especificamente sobre o impacto do programa no desenvolvimento rural, o trabalho de Azevedo et al. (2005) é de sua importância pois, além de analisarem a questão da comercialização preconizada pelo programa, também trabalharam com a questão da inclusão social. Sendo assim, buscaram responder, essencialmente, a cinco perguntas:

a) O Prove conseguiu obter a efetiva inclusão social das famílias marginalizadas na sociedade? “Sim, pois o bem social causado às agroindústrias atendidas pelo programa foi eficiente” (Azevedo et al., 2005, p.12).

b) A agregação de valor aos produtos foi capaz de incrementar, de fato, a renda dos participantes? “Sim, as agroindústrias implementadas foram capazes de aumentar o nível de vida do produtor” (Azevedo et al., 2005, p.12).

c) Houve diminuição do número de desempregados no meio rural? “O número de empregados gerados pelo PROVE não é tão significativo para que se possa responder a esta questão positivamente” (Azevedo et al., 2005, p.12).

d) Houve mudança na qualidade de vida desses agricultores? “Sim, tanto é que a aprovação pelo programa entre os participantes é de quase 85%, muitos destes pequenos agricultores puderam mudar de vida” (Azevedo et al., 2005, p.12).

e) O Prove promoveu a educação e o aprendizado no campo ou apenas ofereceu benefícios materiais aos produtores? “O PROVE estimulou o conhecimento, mas não foi a proposta principal do programa” (Azevedo et al., 2005, p.12).

Por meio dessa análise, do estudo de caso aqui proposto, além das outras pesquisas exploratórias que foram feitas sobre o programa, pode-se afirmar que o Prove conseguiu alterar a situação de muitos beneficiários e o reflexo disso pode ser visto ainda hoje, com a presença de agroindústrias ainda em funcionamento. Além disso, uma vez que para Kageyama (2004) e Navarro (2001), uma política de desenvolvimento rural não pode se assentar sem uma prioridade ambiental, pode-se dizer que o Prove também atuou, ainda que indiretamente nessa questão, ao fortalecer a prática da agricultura familiar, que é vista por muitos como prática agropecuária que pouco interfere nas condições ambientais, ao se comparar com a agricultura do tipo patronal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mostrado no decorrer desse trabalho, as políticas públicas para a agricultura familiar constituem-se de fundamental importância para a concretização do desenvolvimento rural. Fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento rural são, portanto, questões que se interrelacionam. Viu-se, contudo, que o desenvolvimento dessas áreas contempla, também, uma complexidade de fatores, que abarcam desde as transformações nos campos econômicos e sociais, quanto no ambiental.

Além disso, as políticas de desenvolvimento rural devem estar relacionadas ao desenvolvimento urbano e vice-versa. Tal constatação pode ser evidenciada ao longo desse trabalho, no momento em que se procurou discutir sobre a relação campo-cidade. Viu-se que, uma vez que tais áreas são integradas e articuladas, necessárias seriam novas formas de dinamização dessas relações, capazes de contemplar, também, as novas características presentes no meio urbano.

A pluriatividade, como fenômeno essencialmente recente, tornou-se fato no contexto de diversas famílias. As razões para tal fato podem ser diversas, mas estão ligadas, normalmente, ao aumento da renda dessas famílias e à reprodução familiar. A proposta da verticalização agrícola, por meio da agroindústria familiar, surgiu em um contexto em que se buscava melhorar as condições de produção das famílias agricultoras. Sendo assim, viu-se, ao longo dessa pesquisa, a presença de algumas políticas públicas que passaram a incentivar tal prática mas que, por se constituírem em programas de governo, atuaram por tempo determinado.

O papel do Estado, frente as necessidades da agricultura familiar constitui-se importante uma vez que é por meio de políticas públicas que se pode propor a alteração dos cenários compostos por famílias alijadas do desenvolvimento do país. Entretanto, conforme pode ser visto no decorrer dessa pesquisa, as políticas pra essas áreas não podem ser tomadas como solução única para todos os problemas.

Uma vez que as transformações ocorridas no campo permitiram, dentro vários outros fatores, o crescimento da pluriatividade, procurou-se analisar como a prática da verticalização agrícola, como espécie da pluriatividade, pode atuar na melhoria das condições de vida das populações rurais.

A análise do Prove/DF permitiu verificar os possíveis impactos de uma política de verticalização agrícola na agricultura familiar. Através de pesquisas exploratórias e da própria

análise de campo, foi possível concluir que o programa conseguiu, de fato, alterar de modo positivo a situação de muitas famílias que estavam excluídas social e economicamente.

Além disso, procurou-se conhecer que possíveis reflexos o programa ainda tinha, mesmo não existindo há quinze anos. O estudo de caso aponta para o fato de que ainda existem agroindústrias em funcionamento, mesmo que em menor quantidade. As famílias que continuaram com esse tipo de empreendimento afirmam conseguir melhoria de vida através das atividades desempenhadas na agroindústria, uma vez que conseguem facilidades no escoamento da produção, dado o fato de que a venda do produto *in natura*, na maioria dos casos, recebe mais exigências do consumidor. Além disso, afirmaram também conseguir obter maiores rendas através de seu beneficiamento.

Para as famílias que não mais têm a prática da verticalização, viu-se que estas voltaram a vender os produtos *in natura*, mas não porque era mais vantajoso e sim porque, sem o acesso aos vários pontos de venda que o programa proporcionava, a produção teve que ser reduzida. Atualmente, todas as famílias passaram a comercializar seus produtos, essencialmente, em feiras próximas aos locais onde moram e, em alguns casos, vendem também para pirangueiros, a um preço mais baixo.

Inicialmente, foram apresentadas três hipóteses que deveriam ser corroboradas ou refutadas. A primeira delas, que afirma que grande parte das famílias abandonou o processo de verticalização após o fim do programa, foi verificada no estudo de campo pois, conforme ilustrado pela tabela 10, 64% do total analisado está desativada. Além disso, foi relatado pelos próprios entrevistados que muitos vizinhos que participaram do programa acabaram indo embora após o término deste.

Com relação à possibilidade de outras formas de atividades não-agrícolas passarem a atuar no contexto das famílias que não mais trabalham nas agroindústrias, verificou-se que essa situação não foi fato entre os entrevistados, uma vez que apenas uma família declarou que um membro realiza atividades fora do estabelecimento. Entretanto, acredita-se que o fato de a maioria desse público já contar com pessoas no estágio de declínio produtivo e, além disso, já serem aposentadas, possibilitou que estas não apresentassem interesse ou mesmo grandes necessidades de procurarem fontes alternativas de renda.

Por fim, com relação a possibilidade de as ações do Prove terem conseguido alterar, positivamente, as situações dos envolvidos, têm-se a constatação afirmativa. Esse fato pode ser evidenciado tanto em trabalhos anteriores de outros autores, como Azevedo et al. (2005),

quanto pelo estudo de caso proposto. Tal questão pode ser inferida da própria aprovação e avaliação que a maior parte do público deu ao programa.

O trabalho aqui exposto teve como propósito, dentre outros, incentivar e subsidiar as políticas de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção do desenvolvimento rural. À guisa de conclusão, baseado nos apontamos em que se pode ter sobre as reais necessidades dos agricultores, torna-se desejável que as políticas públicas destinadas a esse público mantenham, sob um longo período, a sustentação de ações que busquem dar condições dignas à reprodução social dos agricultores familiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial, Reforma Agrária, Campinas, v.28 e 29, nº 1, 2 e 3, p.49-67, jan/dez de 1998 e jan/ago de 1999.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA. Disponível em: <<http://www.brazlandia.df.gov.br/>>. Acesso: 06 jul. 2013

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO. Disponível em: <<http://www.sobradinho.df.gov.br/>>. Acesso: 08 jul. 2013

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33-55.

ALTAFIN, Iara. Reflexões Sobre o Conceito de Agricultura Familiar. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2008.

AZEVEDO, M. L. ; OLIVEIRA, N. M. ; DIAS, C. A. F. . Análise do Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal Prove: No Contexto da Inclusão Social e Comercialização. In: XLIII Congresso Brasília de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto, 2005.

BOTELHO FILHO, Flávio Borges. As relações rural-urbano no Distrito Federal. Tese de Doutorado. UNICAMP/Instituto de Economia, 226f., Campinas, 2001.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso: 26 set. 2013

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

CARNEIRO, Maria José., MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: Agricultura familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate/ Flávio Borges Botelho Filho (org) – Brasília: Universidade de Brasília, CEAM/NEA, v.5, n. 17, p.44-58, 2005.

CARNEIRO, Maria José. Política Pública e agricultura familiar: Uma leitura do Pronaf. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 8, abril 1997: 70-82. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/carneiro8>> Acesso 25 jul. 2013.

CARVALHO, João Luiz Homem de (org). (1998). Agricultura Cidadã: A agricultura do Distrito Federal (1995/1998): Novas formas de intervenção do Estado para um novo modelo de desenvolvimento rural. Brasília: Secretaria de Agricultura do Distrito Federal. 87 p.

_____. PROVE - Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar – Brasília – Brasil. Quito.- Programa de Gestão Urbana / UN HABITAT, 2ed., (Caderno de Trabalho N°83), Março 2003, 55p.

CHAVES, Weber José Neiva. *Brazlândia, agricultura e identidade: fragarias, da festa do morango e da reificação triunfante da mercadoria ao simulacro e à venda sem charme dos ambulantes*. 134 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9877/1/2011_WeberJoseNeivaChaves.pdf>

Acesso: 13 jul. 2013.

CODEPLAN - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. Coletânea de Informações socioeconômicas: Região Administrativa RA IV - Brazlândia. 2007a. Disponível em:

<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/Colet%C3%A2nea%20das%20RAs/RA_Brazlandia.pdf> Acesso: 13 jul. 2013.

CODEPLAN - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. Coletânea de Informações socioeconômicas: Região Administrativa RA V - Sobradinho. 2007b. Disponível em:

<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/Colet%C3%A2nea%20das%20RAs/RA_Sobradinho.pdf> Acesso: 13 jul. 2013.

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2013 – BRAZLÂNDIA. Disponível em: <<http://www.brazlandia.df.gov.br/images/Relat%C3%B3rio%20Final%20Brazl%C3%A2ndia%20-%20PDAD%202013.pdf>> Acesso em: 06 jul. 2013a.

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2013 – CEILÂNDIA. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/PDAD/2013/Ceil%C3%A2ndia-PDAD%202013.pdf>> Acesso: 06 jul. 2013b.

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2013 – PLANALTINA. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/PDAD/2013/PDADPlanaltina.pdf>> Acesso: 06 jul. 2013c.

CRIBB, André Yves, CRIBB, Sandra Lucia S. P. *Gestão Cooperativista e Verticalização Agroindustrial: estratégias para a agricultura familiar*. Revista tecnologia e Inovação Agropecuária. Dez. 2008. Disponível em: <http://www.dge.apta.sp.gov.br/Publicacoes/T&IA2/T&IAv1n2/Artigo_Agricultura_Familiar_12.pdf> Acesso: 14 mai. 2013.

CYPAS, Daniel.; YAZAKI, Marcelo. *Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária (PROVE) do estado do Mato Grosso do Sul. Projeto Conexão Local - Ano II*. 2006

DENARDI, Reni Antônio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001, p. 56-62. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.pdf> Acesso: 18 jul. 2013

DISTRITO FEDERAL. Anuário do DF. 2012. Disponível em: <<http://www.anuariododf.com.br/regioes-administrativas/>>. Acesso: 22 nov. 2013

DISTRITO FEDERAL (Brasil) Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Distrito_Federal_RA%27s.svg Acesso: 21 nov. 2013a

DISTRITO FEDERAL, Lei nº 1.825, de 13 de janeiro de 1998. Institui o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal - PROVE, cria incentivos e estabelece normas relativas ao tratamento diferenciado e simplificado à Unidade Familiar de Processamento Agroindustrial - UFPA.

DISTRITO FEDERAL. Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal. Relatório do Diagnóstico – Subproduto 3.2. Volume II. Disponível em: <<http://www.zee-df.com.br/Arquivos%20e%20mapas/Volume%20II%20-%20Socioeconomia.pdf>> Acesso: 7 jul. 2013b.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. Sociologia, problemas e práticas, nº 33, 2000, p. 45-54.

GRAZIANO DA SILVA, José Graziano da. O Novo Rural Brasileiro. Nova Economia, Belo Horizonte. 7(1): 43-81. 1997. Disponível em: <http://www.geografia.ufflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf> Acesso: 07 maio. 2013

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário, 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1109&z=p&o=2&i=P>> Acesso em: 13 jul. 2013

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=3&i=P&c=608>>. Acessado em: 08 jul. 2013.

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702>> Acesso: 25 de jun. 2013.

MIYASHITA, Hadjimu. Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola. 1 ed. Brasília, 1998. 9p.

MÜLLER, Ana Luíza. A construção das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação de Mestrado. Programa

de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre – Rio Grande do Sul, 2007.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, vol.15, n.43, pp. 83-100. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>> Acesso: 25 jun. 2013.

OLIVEIRA, Augusto de Andrade. “Prove, o gosto da inclusão social: Análise da ação do poder público no processo de implementação do Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal (PROVE)”. 236f. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

ORSI, Sérgio Dias. Desafios institucionais para a inserção das pequenas agroindústrias rurais no Distrito Federal. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA. Tese de Mestrado, 2001.

SANTOS, Maria do Socorro dos. A produção social do espaço: do campo à cidade, da cidade ao campo. *Revista de Humanidades*, v.1 –n.1 – ago/set de 2000. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme. Acesso em: 25 de abril de 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial – Contribuições para o debate, CEAM/NEAGRI/UnB, ano V, nº17, p.23-42, 2005

_____. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n. 51, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>. Acesso: 13 mai. 2013

SILVA, José Ribeiro da.; JESUS, Paulo de. Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil. In: Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação, 5, CONNEPI, Alagoas, 2010.

SULZBACHER, Aline Weber. Agroindústria familiar rural: caminhos para estimar impactos sociais. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-25. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Sulzbacher_AW.pdf> Acesso: 4 jun. 2013.

TAVARES, Hernani. M. Análise do Programa Creditrabalho nas propriedades familiares do Distrito Federal. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2010, 91p. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6312> Acesso: 21 nov. 2013.

TINOCO, S.T.J. Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica. 2008. Artigo em Hypertexto. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm>. Acesso: mai. 2013.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Convênio CNDRS, MDA, NEAD, 2ª reimpressão. Texto para Discussão nº 01, 2001.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. Análise comparada dos programas estaduais de agroindustrialização na agricultura familiar brasileira. Ponencia apresentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.

ANEXO

Roteiro de entrevista semi-estruturada aplicada junto aos produtores beneficiários do PROVE/DF

Nome da Propriedade/Localização	
Nome do Proprietário	
Tamanho da propriedade	
Entrevistado (a)	

Eixo família

1.Composição do grupo familiar (incluindo o entrevistado):

Nome	Sexo	Idade	Relação de parentesco	Escolaridade	Trabalha na unidade? O que faz?	Trabalha fora da propriedade? Em que? Motivo?

Eixo Trabalho

2. Utiliza ajuda de outras pessoas para produzir? () Sim () Não

Tipo	Nº de pessoas	Em que época do ano	Para qual (is) atividade (s)	Assalariado
() Troca de serviço				
() Temporário				
() Permanente				

()Outro:				
-----------	--	--	--	--

3. Produção da família

a)Cultivos

Produto	Área cultivada	Quantidade colhida	Comercializa? Onde? Pra quem?	Quanto comercializou?	Renda obtida

b) Criação de animais

Animais	Nº de cabeças	Comercializa? Onde? Para quem?	Nº cabeças vendidas/ ano	Renda obtida

c) Outros

Uso	Área ocupada	Finalidade	Renda obtida
Pastagens			
Reflorestamento			
Madeira			

4. Principal cultivo/criação destinado ao mercado: _____

5. Planeja ter novas culturas? Algo que possa ou pareça ser mais rentável? O que seria?

6. Atualmente recebe algum tipo de apoio?()Sim ()Não

6.1Se não, gostaria de receber? De que tipo? _____

6.2Se sim, completar a tabela abaixo:

Tipo	De quem	Quanto	Frequência	Por quanto tempo	Em que ajuda/ ajudou	Em que poderia melhorar
()Técnico						
()Financeiro						
()Social						

()Outro						
----------	--	--	--	--	--	--

7. Qual a principal fonte de renda da família?_____

7.1 Renda familiar:

- ()Até 01 salário mínimo ()10 a 20 salários mínimos
()04 a 10 salários mínimos ()Acima de 20 salários mínimos

8. Possuem maquinários? Se sim, quantos?

Tipo	Origem	Financiado	Quitado

8.1. Considera importante possuir maquinários? Por quê? Como te ajudam?

9. Você gosta/gostaria de trabalhar fora (nas cidades) ou preferiria somente trabalhar no campo? Por quê?

10. Quais os principais problemas que você encontra no seu dia-dia como agricultor?

10.1. Que ações poderiam reduzir esses problemas?

11. Quais as vantagens de viver e trabalhar no campo? Quais as desvantagens?

12. Já pensou em deixar de ser agricultor? Se sim, por que motivo?

13. Existem formas melhores de ganhar dinheiro nessa região do que sendo agricultor? Quais?

Eixo PROVE e Contextualização das atuais condições

14. Como você avalia o programa do qual foi beneficiário?

()ótimo ()bom ()razoável ()ruim ()péssimo

Por que?

15. Quais problemas você e sua família encontraram à época do programa?

16. O que era necessário melhorar?

17. De que forma o programa te ajudava?

18. À época do programa, era necessário que você e/ou outro membro da família exercesse outras atividades para complementar a renda? E como é atualmente?

19. Após o fim do programa, você acha que sua vida melhorou ou piorou? Em quais termos?

20. Gostaria de ser novamente beneficiário de um programa como o PROVE? Por que?

21. A agroindústria que possui atualmente é proveniente do PROVE?()Sim ()Não

22. Qual (ais) produto(s) você/sua família industrializa?

23. Você encontra melhoria na sua condição de vida através da sua agroindústria? Como?
24. Você acha que o produto industrializado gerado a partir da agroindústria oferece maiores benefícios? () Sim () Não Por que?
25. Quanto, a mais, você consegue obter industrializando o seu produto? E quanto ele valeria se fosse vendido sem nenhum processamento (in natura)?
26. Como você avalia sua vida (e de sua família) antes de não possuírem a agroindústria?
27. Caso não possuísse uma agroindústria, acha que seria viável trabalhar exclusivamente com a produção (plantação, colheita e comercialização do produto 'in natura')?
() Sim () Não. Porque?
28. Quais as principais dificuldades que você encontra com os produtos que industrializa (falta de mercado, falta de apoio técnico)?
29. De uma forma geral, como e para quem são comercializados seus produtos (principal comprador)?
- 29.1. Encontra alguma dificuldade para comercializar? Quais?
30. De uma maneira geral, como você avalia sua vida no campo?
- Anotação de outros dados relevantes na entrevista: